



Aplicação de Sistemas de Informação Geográfica ao Património da Cidade da Praia (Cabo Verde)

Versão final após defesa

Admir Hamilton Fernandes Alves

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em
Sistemas de Informação Geográfica
(2.º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Dra. Ana Lúcia Moreira Machado Santos das Virtudes

Dezembro de 2024

Declaração de Integridade

Eu, **Admir Hamilton Fernandes Alves**, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M12088 do Curso **Sistemas de Informação Geográfica, da Faculdade de Engenharia**, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 30/ 12 / 2024



Dedicatória

Aos meus pais, minha Esposa, meus irmãos e a todos aqueles que contribuíram, participaram e me apoiaram em todas as metas, bem como as dificuldades encontradas. Dedico a todos os meus familiares pela presença constante na minha vida e por me apoiarem em mais uma etapa para o meu desenvolvimento pessoal.

Agradecimentos

Na presente dissertação de investigação pretendo agradecer a todos aqueles que me apoiaram e acreditaram em mim, para concretizar este objetivo. Agradeço a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e que de uma forma ou de outra facilitaram a realização desta pesquisa.

Primeiramente agradeço, à minha orientadora científica, Professora Doutora Ana Lídia Virtudes, de quem a paixão pela pesquisa, determinação e entusiasmo foram uma constante fonte de inspiração ao longo deste trabalho. Agradeço pela incansável disponibilidade, pelo incentivo contínuo e pela generosa partilha de conhecimentos, além da amizade e confiança que me foram depositadas.

À minha Avó Segunda pelos ensinamentos dos bons princípios da vida, aos meus pais, por todo o apoio e acreditarem sempre em mim.

À minha Esposa, pelo incentivo, carinho e pela paciência e compreensão mesmo nas horas difíceis e por estar sempre do meu lado acreditando em mim e me apoiando.

Aos meus irmãos e a todos os meus familiares pela presença, força, carinho e amizade, em especial à minha tia Zéza e ao Pedro por todo o suporte, à minha tia Helena que sempre está do meu lado me incentivando, uma pessoa que amo admiro e respeito bastante.

Aos responsáveis da C.M. da Praia, pela partilha dos documentos, ao IPC pela plataforma e dados dos inventários disponibilizados em tempo real.

Aos meus amigos presentes e à distância que de alguma forma contribuíram com palavras carinhosas e encorajadoras.

A mim mesmo por sempre acreditar e nunca desistir, ao Santo São Francisco Xavier, Nossa Senhora da Graça e a Deus pela presença constante na minha vida e pela bênção a cada dia.

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado, tem como foco os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a sua aplicação ao património cultural imóvel da cidade da Praia, capital de Cabo Verde. O estudo refere-se à ligação entre tecnologias geoespaciais e salvaguarda e valorização do património histórico e cultural, tendo como caso de estudo o espaço urbano ou bairro do Plateau, correspondente à zona histórica da cidade.

O principal objetivo é demonstrar como os SIG podem ser uma ferramenta eficaz para mapear e criar bases de dados, descrevendo as infraestruturas do património. Mapearam-se e sintetizaram-se numa base de dados, as 74 infraestruturas do património cultural do Plateau, em 10 tipologias distintas. Entre outros atributos, refira-se que datam de 1800 a 1960 e cerca de 60% são residenciais. Inserem-se em solo Urbano, na UOPG 2 da Praia Centro (U2) do Plano Diretor Municipal da Praia e 5,4% situam-se em ruas que privilegiam a circulação de peões. Cerca de 68% estão em bom estado de conservação, o que é uma vantagem na sua salvaguarda e valorização.

Foi efetuada uma revisão detalhada da literatura, bem como o acesso à plataforma do Instituto do Património de Cabo Verde (IPC), que veio a revelar-se um elemento-chave, para a recolha de dados. Foi também contextualizada a importância dos SIG na salvaguarda e valorização do património cultural, utilizando dados geoespaciais da Cidade da Praia.

Os resultados obtidos realçam várias aplicações práticas dos SIG, como a elaboração de inventários específicos do património. Além do mais, foram abordados os desafios enfrentados e as soluções essenciais para implementar seguramente os SIG na salvaguarda e valorização do património cultural, em circunstâncias urbanas como a Cidade da Praia.

Espera-se que os resultados alcançados possam vir a contribuir para a perceção das vantagens e importância dos SIG na gestão do património cultural, apresentando *insights* importantes para os decisores administrativos e investigadores com interesse neste assunto. Bem como poder vir a contribuir para informar as autoridades nacionais de Cabo Verde, o Governo, o IPC e as entidades locais, como a Câmara Municipal da Cidade da Praia, acerca das boas práticas a seguir para salvaguardar e valorizar este património.

Palavras-chave:

Sistemas de Informação Geográfica; Infraestruturas do Património Cultural; Salvaguarda e Valorização; Plateau; Cidade da Praia, Cabo Verde.

Abstract

This Master's Dissertation focuses on Geographic Information Systems (GIS) and their application to the immovable cultural heritage of the city of Praia, the capital of Cape Verde.

The study concerns the link between geospatial technologies and the safeguarding and enhancement of historical and cultural heritage, taking as its case study the urban space or neighborhood of Plateau, corresponding to the historic area of the city.

The main objective is to demonstrate how GIS can be an effective tool for mapping and creating databases describing heritage infrastructures. The 74 cultural heritage infrastructures of the Plateau were mapped and summarized in a database, in 10 different typologies. Among other attributes, they date from 1800 to 1960 and around 60% are residential. They are located on urban land, in UOPG 2 Praia Centro (U2) of the Praia Municipal Master Plan and 5.4% are on streets that favor pedestrian circulation. Around 68% are in a good state of repair, which is an advantage when it comes to safeguarding and enhancing them.

A detailed literature review was carried out on the case studies, as well as access to the platform of the Cape Verde Heritage Institute (IPC), which proved to be a key element for data collection. The importance of GIS in safeguarding and enhancing cultural heritage was also contextualized, using geospatial data from the city of Praia.

The results obtained highlight various practical applications of GIS, such as the preparation of specific heritage inventories. In addition, the challenges faced and the essential solutions for safely implementing GIS in the safeguarding and enhancement of cultural heritage in urban circumstances such as the City of Praia were addressed.

It is hoped that the results achieved will contribute to the perception of the advantages and importance of GIS in cultural heritage management, providing important insights for administrative decision-makers and researchers with an interest in this subject. It may also help to inform Cape Verde's national authorities, the government, the IPC and local entities such as the City Council of Praia, about good practices to be followed in order to safeguard and enhance this heritage.

Keywords:

Geographic Information Systems, Cultural Heritage Infrastructures, Safeguarding and Enhancement, Plateau, City of Praia, Cape Verde.

Índice

Dedicatória	v
Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Lista de Figuras	xvii
Lista de Tabelas	xx
Lista de Gráficos	xxii
Lista de Acrónimos	xxiv
CAPÍTULO 1 - Introdução	1
1.1. Justificação do Tema	1
1.2. Objetivo da Pesquisa	1
1.3. Metodologia	2
1.4. Estrutura da Dissertação	3
1.5. Estado da Arte	4
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: SIG E PATRIMÓNIO	15
CAPÍTULO 2 - Os SIG e o Património	15
2.1. Conceitos associados aos Sistemas de Informação Geográfica	15
2.2. Vantagens da utilização dos SIG aplicados ao património cultural	19
2.3. Síntese Conclusiva	23
PARTE II - ESTUDO DE CASO: CIDADE DA PRAIA	25
CAPÍTULO 3 - Cidade da Praia um exemplo marcante do Património Cultural	25
3.1. Localização geográfica do arquipélago de Cabo Verde	25
3.2. Enquadramento socioeconómico e demográfico	27
3.3. Património cultural no contexto cabo-verdiano	27

3.4. Políticas de salvaguarda e valorização do património cultural no contexto caboverdiano	32
3.5. Caracterização do Plateau no contexto da cidade da Praia	38
3.5.1. Localização geográfica da cidade da Praia	38
3.5.2. O Plateau - Área de estudo	41
3.6. Síntese conclusiva	44
CAPÍTULO 4 - Aplicação dos SIG ao Património Cultural do Plateau	45
4.1. Mapeamento das infraestruturas	45
4.1.1. Levantamento do património	45
4.1.2. Descrição dos tipos de património	51
4.1.3. Distribuição geográfica do património	66
4.1.4. Época de construção do património	69
4.1.5. Área ocupada pelo património	73
4.1.6. Estado de conservação do património	77
4.2. Enquadramento no Plano Diretor Municipal da Praia	81
4.2.1. Uso do solo e modelo territorial	81
4.2.2. Delimitação dos graus de proteção do património cultural	83
4.2.3. Ruas pedonalizadas	87
4.2.4. Uso das infraestruturas	90
4.3. Base de dados: Fichas de descrição das infraestruturas	95
4.3.1. Infraestrutura Administrativa (IA)	97
4.3.2. Infraestrutura Comemorativa (IC)	98
4.3.3. Infraestrutura Educativa (IE)	99
4.3.4. Infraestrutura Financeira (IF)	100
4.3.5. Infraestrutura Hospitalar (IH)	101
4.3.6. Infraestrutura Militar (IM)	102

4.3.7. Infraestrutura Recreativa (IRC)	103
4.3.8. Infraestrutura Religiosa (IRG)	104
4.3.9. Infraestrutura Residencial (IRS)	105
4.3.10. Infraestrutura Segurança (IS)	106
4.4. Síntese conclusiva	107
CAPÍTULO 5 - Conclusões e Sugestões	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	121

Lista de Figuras

Figura 1: Plano Diretor Básico de Urbanização da Cidade da Praia - zonamento e equipamentos previstos. Coordenado pela arquiteta Maria Emília Caria (1969). Fonte: IAHN-CV ³⁰ .	9
Figura 2: Plano Diretor Básico de Urbanização da Cidade da Praia - esquema base. Coordenado pela arquiteta Maria Emília Caria (1969). Fonte: IAHN-CV ³¹ .	9
Figura 3: Componentes de um SIG.	19
Figura 4: Localização do arquipélago de Cabo Verde.	26
Figura 5: Localização Geográfica da Cidade da Praia com os concelhos envolventes.	38
Figura 6: Localização Geográfica e Delimitação do Plateau, Cidade da Praia.	41
Figura 7: Localização do Bairros envolventes ao Plateau, com maior concentração de população.	43
Figura 8: Níveis de proteção das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	49
Figura 9: Infraestruturas do património cultural do tipo administrativo, localizadas no Plateau.	53
Figura 10: Infraestruturas do património cultural do tipo comemorativo, localizadas no Plateau.	54
Figura 11: Infraestruturas do património cultural do tipo educativo, localizadas no Plateau.	55
Figura 12: Infraestruturas do património cultural do tipo financeiro, localizadas no Plateau.	56
Figura 13: Infraestruturas do património cultural do tipo hospitalar, localizadas no Plateau.	57
Figura 14: Infraestruturas do património cultural do tipo militar, localizadas no Plateau.	58
Figura 15: Infraestruturas do património cultural do tipo recreativo, localizadas no Plateau.	59
Figura 16: Infraestruturas do património cultural do tipo religioso, localizadas no Plateau.	60
Figura 17: Infraestruturas do tipo residencial do património cultural no Plateau,	64
Figura 18: Infraestruturas do património cultural do tipo segurança, localizadas no Plateau.	65
Figura 19: Mapeamento dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	66
Figura 20: Mapeamento dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	67

Figura 21: Linha de tempo da construção das Infraestruturas património cultural no Plateau.	70
Figura 22: Mapeamento da época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	71
Figura 23: Mapeamento da área de ocupação (m ²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	74
Figura 24: N.º de pisos dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	76
Figura 25: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	80
Figura 26: Tipos de usos do solo (PDM) das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	81
Figura 27: Tipo de modelo territorial (PDM) das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	82
Figura 28: Extrato do PDM da Praia, Modelo Territorial da cidade da Praia.	83
Figura 29: Extrato do PDM da Praia, Proteção Hídrica da cidade da Praia.	84
Figura 30: Proposta de delimitação das Zonas de Proteção de 50 m do património cultural do Plateau: amostra de 10 infraestruturas piloto representativas dos 10 tipos de infraestruturas existentes.	87
Figura 31: Infraestruturas do património cultural do Plateau, localizadas em ruas pedonalizadas.	89
Figura 32: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	91
Figura 33: Uso atual das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	94
Figura 34: Ficha de descrição da infraestrutura Palácio da Presidência da República.	97
Figura 35: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Estátua Diogo Gomes.	98
Figura 36: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Liceu Domingos Ramos.	99
Figura 37: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Banco Comercial do Atlântico.	100
Figura 38: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Complexo Hospitalar da Praia.	101
Figura 39: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Quartel Jaime Mota.	102
Figura 40: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Praça Alexandre Albuquerque.	103

Figura 41: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.	104
Figura 42: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Palácio da Cultura Ildo Lobo.	105
Figura 43: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Comando Polícia Nacional.	106

Lista de Tabelas

Tabela 1: População residente no concelho de Praia, em 2021, por sexo e grupos etários.	40
Tabela 2: Tipos de infraestruturas do património cultural localizadas no Plateau, Cidade da Praia.	46
Tabela 3: Época de construção das infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	70
Tabela 4: Área de ocupação (m ²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	73
Tabela 5: N.º de pisos dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	77
Tabela 6: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	78
Tabela 7: Infraestruturas do património cultural do Plateau, localizadas em ruas pedonalizadas.	88
Tabela 8: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	90
Tabela 9: Uso atual das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	93

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Tipos de infraestruturas do património cultural em número, localizadas no Plateau.	47
Gráfico 2: Tipos de infraestruturas do património cultural localizadas no Plateau.	47
Gráfico 3: Níveis de proteção das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	50
Gráfico 4: Níveis de proteção segundo o tipo de Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	51
Gráfico 5: Época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	72
Gráfico 6: Época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	72
Gráfico 7: Área de ocupação (m ²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.	75
Gráfico 8: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.	78
Gráfico 9: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	79
Gráfico 10: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	92
Gráfico 11: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.	92

Lista de Acrónimos

ACOLP	Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria
ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
ALUPEC	Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
CCSL	Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres
CGIS	<i>Canadian Geographic Information System</i>
CMPCN	Carta Municipal do Património Cultural e Natural
DNC	Direção Nacional da Cultura
ESRI	<i>Environmental Systems Research Institute,</i>
EUA	Estados Unidos de América
GAEEIS	Gabinete de Atendimento das Evacuações Externas Inclusão Social
GIS	<i>Geographic Information System</i>
IA	Infraestruturas Administrativas
IC	Infraestruturas Comemorativo
ICIEG	Instituto cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género
IE	Infraestruturas Educativo
IF	Infraestruturas Financeiro
IH	Infraestruturas Hospitalar
IM	Infraestrutura Militar
INC	Instituto Nacional da Cultura
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIC	Instituto Nacional de Investigação Cultural
INGT	Instituto Nacional Gestão do Território
IPC	Instituto do Património Cultural
IRC	Infraestrutura Recreativo
IRG	Infraestrutura Religioso
IRS	Infraestrutura Residencial
IS	Infraestrutura Segurança
LDR	Liceu Domingos Ramos
MAI	Ministério de Administração Interna
PDMP	Plano Diretor Municipal da Praia

PN	Polícia Nacional
PNDS	Plano Nacional de desenvolvimento sustentável
PUD	Plano Urbanístico Detalhado
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
TI	Tecnologias de Informação
UNESCO	United Nations Educational Scientific Cultural Organization
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

CAPÍTULO 1 - Introdução

1.1. Justificação do Tema

A salvaguarda e valorização do património cultural representam desafios complexos num mundo em constantes evoluções, onde as mudanças urbanas, sociais e ambientais têm impacto direto sobre os bens históricos e culturais. No contexto específico da cidade da Praia, em Cabo Verde, o Plateau destaca-se como um espaço de inestimável valor histórico, cultural e arquitetónico. Com raízes profundas na história colonial e pós-colonial do arquipélago, o Plateau constitui um símbolo da identidade cultural local, que necessita de abordagens inovadoras para a sua salvaguarda e valorização.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), oferecem um conjunto de ferramentas poderosas para a gestão e análise de dados espaciais, permitindo uma abordagem integrada e multidimensional à gestão do património cultural. Ao combinar informações georreferenciadas com atributos descritivos, os SIG tornam-se fundamentais para identificar, documentar, monitorizar e planear intervenções em áreas de interesse cultural. No caso do Plateau, esta tecnologia pode contribuir para a valorização do património, promover o turismo sustentável e apoiar a formulação de políticas públicas voltadas para a salvaguarda e valorização deste espaço histórico, como também os resultados da sua aplicação contribuem para informar os decisores políticos nacionais ou locais, acerca de boas práticas a seguir no domínio da intervenção urbana.

Em países africanos como Cabo Verde, a aplicação dos SIG vem sendo uma constante. Contudo, em alguns domínios da análise territorial, poder-se-á referir que o seu uso está ainda longe de constituir uma realidade.

Ora, no que concerne à vertente do património cultural, o Instituto do Património Cultural (IPC) de Cabo Verde é a entidade com responsabilidades à escala nacional, de ditar as diretrizes conducentes à sua salvaguarda e valorização. Neste contexto, verifica-se que a aplicação dos SIG neste setor, é ainda um objetivo por concretizar. Pelo que, qualquer estudo traçado com o objetivo de aplicar as ferramentas SIG ao património cultural em Cabo Verde, nomeadamente ao espaço urbano central histórico da Cidade da Praia, é de per si uma temática não desprovida de interesse científico.

1.2. Objetivo da Pesquisa

Face à justificação do tema anteriormente descrita, o objetivo desta dissertação é aplicar os SIG ao património cultural de Cabo Verde, como ferramenta de análise territorial, que inclui quer a capacidade de produzir cartografia, quer a faculdade de criar bases de dados. A capital do país, é um

dos núcleos urbanos de maior importância, não apenas em termos políticos ou administrativos, mas também no que concerne ao legado histórico e patrimonial.

Esta dissertação tem como caso de estudo, o espaço urbano central do Plateau na Cidade da Praia. O objetivo é aplicar a ferramenta SIG, ao levantamento das infraestruturas do património.

Para tal, será necessário proceder à concretização das seguintes tarefas:

- Levantamento dos tipos de infraestruturas classificadas como património cultural imóvel, inseridas na área de estudo;
- Identificação e sistematização dos atributos que caracterizam as infraestruturas do património;
- Produção de cartografia que identifique a localização e demais atributos, das infraestruturas do património na área geográfica em estudo;
- Criação de uma base de dados que descreva em detalhe os atributos que caracterizam as infraestruturas do património, do espaço urbano do Plateau.

Em síntese, o objetivo desta dissertação é aplicar a ferramenta SIG, ao levantamento das infraestruturas do património cultural do Plateau. A utilização de softwares constitui uma ferramenta de modo a introduzir maior eficiência ao presente processo de investigação.

1.3. Metodologia

A metodologia utilizada na realização desta dissertação caracteriza-se por três etapas de investigação, consideradas fundamentais:

1.^a etapa metodológica - levantamento bibliográfico e documental.

Trata-se de proceder ao levantamento documental e bibliográfico acerca do caso de estudo e da temática central desta dissertação. Pretende-se recolher informação bibliográfica, de modo a proceder ao estado da arte sobre a aplicação dos SIG às infraestruturas do património cultural. Bem como, proceder à recolha de documentação (tal como cartografia, fotografias, relatórios entre outros), relativas à zona do Plateau e às infraestruturas do património que nele se localizam.

2.^a etapa metodológica - funcionamento do ArcGIS-Pro® versão 3.0 como ferramenta SIG

Trata-se de proceder ao conhecimento e operacionalidade das funcionalidades do *software ArcGIS-Pro®* versão 3.0, utilizado como ferramenta de sistemas de informação geográfica. Pretende-se

dominar todos os procedimentos, comandos e ações deste software, em dois domínios de análise, a produção de cartografia e a criação de bases de dados, com aplicabilidade à análise territorial.

3.^a etapa metodológica - aplicação do software ArcGIS-Pro® versão 3.0 como ferramenta SIG às infraestruturas do património no Plateau da Cidade da Praia e análise de resultados

Considera-se esta terceira e última tarefa, como a etapa metodológica mais significativa no contexto global desta dissertação. Isto porque, é a etapa chave da investigação proposta e dos objetivos traçados desde o início. Trata-se da etapa que respeita à aplicação dos SIG, através da utilização do software *ArcGIS-Pro®* versão 3.0, às infraestruturas do património cultural, do espaço urbano central do Plateau na Cidade da Praia. Tal tarefa, pretende produzir informação cartográfica e uma base de dados acerca deste legado, quer em termos da sua localização, quer no que concerne aos atributos que caracterizam as infraestruturas do património histórico e cultural do Plateau.

A produção dos elementos cartográficos respeitou uma série de regras e normas, nomeadamente no que respeita às fontes dos dados geográficos base oficiais. As principais fontes foram através do acesso à plataforma e o inventário do Instituto do Património Cultural de Cabo Verde (IPC) e o Instituto Nacional de Gestão do Território de Cabo Verde (INGT). As *shapes* das infraestruturas do património cultural extraídas, tiveram como fonte a base cadastral da Cidade da Praia, fornecida pela Câmara Municipal da Cidade da Praia (CMP). As escalas gráficas foram definidas com valores inteiros. No que diz respeito ao Sistema de Coordenadas optou-se por ser incluído no corpo do mapa. Trata-se do *WGS84 Cape Verde Grid*. Por último o *Google Earth* foi a fonte de informação para extrair a imagem de satélite do Plateau, a área de estudo.

Espera-se que os resultados da aplicação do SIG ao património do Plateau, possam vir a contribuir para informar as autoridades nacionais de Cabo Verde, o Instituto do Património Cultural e as entidades locais, como a Câmara Municipal da Cidade da Praia, acerca das boas práticas a seguir, no sentido de valorizarem e salvaguardarem este património.

1.4. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em duas partes fundamentais. A Parte I é designada por “Enquadramento Teórico: SIG e Património”. A Parte II é intitulada de “Estudo de Caso: Cidade da Praia”.

A **primeira parte** corresponde a um capítulo. Trata-se de uma análise teórica sobre o SIG e a sua aplicação ao património cultural em geral. É constituída pelo Capítulo 2 intitulado “Enquadramento

dos SIG no estudo do património cultural”. Começa por abordar as questões relativas ao conceito de SIG e as vantagens da sua utilização, nomeadamente no domínio da gestão do património cultural.

A **segunda parte** corresponde ao estudo de caso da cidade da Praia em Cabo Verde. Inclui o Capítulo 3 “Cidade da Praia: Um exemplo marcante do Património Cultural”, que começa por proceder ao enquadramento sociogeográfico do arquipélago de Cabo Verde e centra-se, seguidamente, no estudo do património cabo-verdiano. Descreve, ainda, as entidades, o enquadramento legal e os principais desafios que se colocam neste domínio.

E incluía também o Capítulo 4 “Aplicação do SIG ao património do Plateau na Cidade da Praia”. Este ponto tem início com a identificação dos tipos de infraestruturas do património presentes no Plateau e as suas características, tais como a época de construção, a área por elas ocupada (m²), o número de pisos, no caso de serem estruturas edificadas ou o seu estado de conservação, entre outras. O principal objetivo deste capítulo é elaborar, com o recurso ao SIG, utilizando a aplicação do software *ArcGIS-Pro*® versão 3.0, o mapeamento pormenorizado do património do Plateau, com a produção da respetiva cartografia e base de dados.

Neste capítulo, foi também um dos objetivos, proceder ao enquadramento urbanístico e territorial das 74 infraestruturas, do património identificadas no Plateau. Para tal, procedeu-se ao seu enquadramento no Plano Diretor Municipal da Cidade da Praia, analisando aspetos tais como a identificação do tipo do uso do solo, o tipo de modelo territorial ou a proteção hídrica. Foi ainda recorrendo ao SIG, que se definiram as zonas de proteção de 50 metros dos elementos do património. Mapearam-se também aspetos relativos à morfologia urbana e à utilização dos espaços públicos, tais como a identificação de ruas pedonalizadas e de ruas não pedonalizadas.

A análise acima descrita foi acompanhada pela produção de informação estatística (gráficos, tabelas e cartas) que permitiram uma abordagem comparativa mais detalhada entre os elementos do património em estudo.

1.5. Estado da Arte

Para a elaboração da presente dissertação, cujo tema definido foi a **Aplicação de Sistemas de Informação Geográfica ao Património da Cidade da Praia (Cabo Verde)**, foram consideradas como essenciais, em resultado da pesquisa e consultas bibliográficas, várias temáticas de investigação.

Sobre o **Património Cultural da Cidade da Praia** em particular ou do arquipélago de Cabo Verde em geral, mencionam-se algumas referências consideradas de maior relevância no âmbito desta dissertação. Contudo, não se pretende aludir a uma listagem exaustiva das medidas de

salvaguarda e valorização do património em Cabo Verde em geral, e no Plateau em particular, desde os tempos mais remotos da sua história, nomeadamente de índole colonial. Isto porque, por um lado, não se trata de uma dissertação em História e por outro lado, o foco é identificar referências bibliográficas que descrevam a temática em análise neste país, com ênfase no seu percurso independente e autónomo. A referência a períodos históricos anteriores a 1975, apenas pretende servir de enquadramento e explicação dos antecedentes, aos momentos posteriores.

José Silva¹ centra a sua análise no Património do concelho da Ribeira Grande em Santiago, a mesma ilha onde se localiza a área de estudo do Plateau na cidade da Praia. Trata-se de uma referência que aborda a estratégia patrimonial e museológica da Cidade Velha, apresentando um diagnóstico, identificando as problemáticas e propondo um conjunto de ações. Refere o autor, a propósito, que em Cabo Verde a proteção do Património Cultural através do Boletim Oficial (BO), encontra-se “seccionada em três momentos: os primeiros contributos após a independência (...); o advento de um novo paradigma patrimonial; a consolidação do novo paradigma patrimonial”².

1.ª fase da política do património cultural em Cabo Verde (1975-1989): primeiros contributos após a independência

No primeiro momento, correspondente aos primeiros passos dados após a independência, em 5 de julho de 1975, destaca-se um elemento que poderá ser considerado pioneiro, num período de transição para a independência. Trata-se do diploma que reconhece “a marginalização a que a cultura cabo-verdiana esteve sujeita durante a dominação colonial”³. Consequentemente, é criada a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural de Cabo Verde, com os seguintes objetivos:

- Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde;
- Divulgar os resultados do inventário do Património Cultural.

De acordo com a mesma fonte⁴, em 1978 foi criada uma Comissão Nacional com o objetivo de classificar, conservar, defender e inventariar os monumentos nacionais e outros valores culturais. Um ano depois, Cabo Verde e Portugal comprometeram-se a colaborar na “edição e divulgação de livros, revistas, publicações, reproduções de obras de arte e outros conhecimentos”⁵ relativos aos valores culturais.

Em 1983, numa visita ao país, um consultor da UNESCO deixou algumas recomendações, nomeadamente no que concerne ao património subaquático de Cabo Verde, advogando ser

¹ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p. 90.

² Ibidem, p. 93.

³ Ibidem, p. 95.

⁴ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p. 96.

⁵ Ibidem, p. 96.

propriedade do Estado. Pelo que, um ano mais tarde foi promulgada legislação nacional⁶ neste sentido.

Por último, refira-se que em 1989, o país aderiu à Carta Cultural de África para afirmar a “identidade, diversidade e cooperação cultural deste continente, concebendo-se um conjunto de ações para se atingir esse fim”⁷.

2.ª fase da política do património cultural em Cabo Verde (1990-2008): advento de um novo paradigma

Esta segunda fase, teve início em 1990 com a publicação da nova Lei de Bases do Património⁸, cujo objetivo era a preservação, defesa e valorização do património cultural.

Em 1993 definiram-se as bases da política do Ambiente⁹, evidenciando a relação entre património cultural e natural, referindo-se que “o património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural serão objeto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização (...) políticas de recuperação dos centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e rurais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído.”¹⁰

Em 1995 é aprovado o Estatuto dos Municípios¹¹ que reforça as suas competências e atribuições em matéria de defesa e preservação dos valores históricos e culturais. Dois anos mais tarde é criado o Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC)¹² e o Instituto de Promoção Cultural (IPC)¹³.

Finalmente, em 2005¹⁴, era assumido o papel do Estado em parceria com os municípios, na salvaguarda e proteção dos principais centros urbanos e sítios naturais, de modo a evitar a sua descaracterização. Destes lugares fazia parte o Plateau do centro histórico da Cidade da Praia.

3.ª fase da política do património cultural em Cabo Verde (2009-atualidade): consolidação do novo paradigma

⁶ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p. 97.

⁷ Ibidem, p. 99.

⁸ Trata-se da Lei n.º 102/III/90, de 29 de dezembro.

⁹ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p. 103.

¹⁰ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p.103.

¹¹ Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho.

¹² Resolução n.º 64/97, de 31 de dezembro.

¹³ Resolução n.º 63/97, de 31 de dezembro.

¹⁴ Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, p. 107.

A 3.^a fase da política do património cultural de Cabo Verde, pode ser assinalada, como tendo tido início simbólico em 2009, quando a Cidade Velha, Centro Histórico da Ribeira Grande, também na ilha de Santiago, passa a integrar a lista de lugares declarados como Património da Humanidade pela UNESCO.

Também a nível nacional, foram sendo reconhecidos diversos lugares como património cultural, pelo Governo de Cabo Verde. Data de 2010 a classificação da vila da Ribeira Brava de São Nicolau, de 2012 o Centro Histórico do Mindelo, o Sítio de Pedra de Lume, o Centro Histórico de Vila Nova da Sintra e o Centro Histórico de São Filipe. Em 2013¹⁵ o Centro Histórico da Praia foi classificado como património histórico e cultural de âmbito nacional.

Para além da Cidade Velha, o primeiro local classificado pela UNESCO como património cultural da humanidade, a lista foi integrando desde 2016, outros 8 sítios do património cultural, natural ou misto em Cabo Verde:

- Campo de Concentração do Tarrafal (cultural), na ilha de Santiago;
- Centro Histórico da Praia (cultural), na ilha de Santiago;
- Centro Histórico de São Filipe (cultural), na ilha do Fogo;
- Parque Natural da Cova, Ribeira do Paul e Ribeira da Torre (natural), na ilha de Santo Antão;
- Salinas de Pedra de Lume (misto), na ilha do Sal;
- Centro Histórico de Nova Sintra (cultural), na ilha Brava;
- Complexo de áreas protegidas de Santa Luzia, Branco e Raso (natural), na ilha de Santa Luzia;
- Parque Natural do Fogo-Chã das Caldeiras (natural), na ilha do Fogo.

Em 2020¹⁶ é aprovado o Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural de Cabo Verde.

Outra fonte apresenta um estudo sobre a arquitetura, o património e o turismo, centrado na Cidade Velha. Um aspeto relevante para esta dissertação é a referência ao conceito de património apresentado de acordo com esta fonte. Refere a propósito que o património é uma herança que passa “de geração em geração, um legado que deve ser transmitido às gerações seguintes (...) permite criar

¹⁵ Resolução n.º 67/2013, de 17 de maio.

¹⁶ Lei n.º 85/IX/20, de 20 de abril.

uma ligação entre o passado, presente e o futuro, (...) não é só o que herdamos, mas também o legado que queremos deixar (...) às gerações futuras”¹⁷.

Também sobre o património, mas desta vez de cariz natural, é a pesquisa efetuada por Francisca Coelho, centrada na ilha de Santo Antão. Apresenta uma análise que relaciona o património natural com o ambiente. Conclui defendendo duas ideias que se consideram pertinentes. A primeira é a de que a promoção do desenvolvimento económico deverá efetuar-se “com base na utilização dos (...) recursos e num turismo sustentável - que trará a melhoria de vida dos habitantes, criando empregos que envolvem todas as comunidades - melhorando (...) o bem-estar e contribuindo para a integração social dos residentes”¹⁸. A segunda centra-se na educação dos “cidadãos para a preservação do seu(s) Património(s) (...) ação que deveria ser realizada pelo Governo a nível das escolas (ocupação dos tempos livres ou atividades curriculares) (...) pois só através da sensibilização das bases se pode vir a obter bons resultados na gestão e proteção de Cabo Verde.”¹⁹

O trabalho de Ailton Correia sobre as práticas de salvaguarda do património arquitetónico de Cabo Verde incide sobre cinco estudos de caso: a Cidade Velha, analisada como “impulso para a salvaguarda do património cabo-verdiano”²⁰; o Museu da Resistência na ilha de Santiago, estudado como a memória de “uma colónia penal isolada”²¹; a Espingueira na ilha da Boavista, referida como uma aldeia alternativa “entre o calcário e as dunas”²²; a Ribeira da Torre na ilha de Santo Antão, como “o lugar, a habitação tradicional na atualidade”²³; e a Sede do Parque Natural do Fogo na ilha do Fogo, numa abordagem “entre a tradição e a inovação”²⁴.

O trabalho de Jaana Albert constitui também uma importante referência bibliográfica, acerca da evolução do conceito de património arquitetónico e arqueológico no contexto da reabilitação, salvaguarda e valorização. Explica a autora que este conceito está enquadrado por diretrizes internacionais, promovidas por entidades como a UNESCO, o ICOMOS²⁵ ou o Conselho da Europa, organizado em três tipos de documentos: convenções, recomendações e demais atos. Por convenções a autora refere entenderem-se os “documentos jurídicos que comprometem os Estados aderentes a

¹⁷ Vilas-Boas, Carlos M. R. (2013), “Arquitetura, Património e Turismo; o caso da Cidade Velha Cabo Verde. Concurso de ideias”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, p. 9.

¹⁸ Coelho, Francisca D. (2010), “Santo Antão: O Património e o Ambiente”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Universidade de Évora, p. 91.

¹⁹ *Ibidem*, p. 93.

²⁰ Correia, Ailton A. R. (2019), “Projeto e Identidade, Práticas de Salvaguarda do Património Arquitetónico em Cabo Verde” Dissertação de Mestrado Integrado Arquitetura, Universidade do Porto, p. 99.

²¹ *Ibidem*, p. 127.

²² *Ibidem*, p. 155.

²³ *Ibidem*, p. 175.

²⁴ *Ibidem*, p. 193.

²⁵ International Council on Monuments and Sites, <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>, (consultado em 31.08.2024).

aplicar no seu território as normas definidas, bem como os princípios neles expressos”²⁶. Por recomendações entendem-se os “documentos que definem os princípios capazes de orientar as políticas de cada Estado aderente”²⁷. Os demais atos respeitam a “documentos que incluem cartas, orientações, princípios, declarações e outros atos que definem os princípios e conceitos”²⁸ no domínio do património.

Outras fontes centram-se no estudo do centro histórico da Cidade da Praia. Gilson Varela apresenta uma descrição geográfica e histórica do Plateau e da sua arquitetura. Inclui também uma cronologia dos Planos Urbanísticos elaborados para esta área histórica da Cidade da Praia, desde a década de 1960. Começa por se referir²⁹ ao “Plano de Urbanização da Cidade da Praia” (1961), que propunha um zonamento, com espaços habitacionais, verdes, portuários, industriais, de turismo e recreio, desportivos e da praia de pesca. Este plano foi coordenado pelo arquiteto José Luís Amorim.

Alude ao “Plano Diretor Básico de Urbanização da Cidade da Praia” (1969), que pretendia ordenar a cidade, capital do país e o território envolvente.

Para tal, propunha assegurar a coesão dos aglomerados urbanos, criar equipamentos coletivos, definir zonas para o desenvolvimento económico e consolidar a rede viária. Este plano foi coordenado pela arquiteta Maria Emília Caria (Figura 1 e Figura 2).



Figura 1: Plano Diretor Básico de Urbanização da Cidade da Praia - zonamento e equipamentos previstos. Coordenado pela arquiteta Maria Emília Caria (1969). **Fonte:** IAHN-CV³⁰.



Figura 2: Plano Diretor Básico de Urbanização da Cidade da Praia - esquema base. Coordenado pela arquiteta Maria Emília Caria (1969). **Fonte:** IAHN-CV³¹.

²⁶ Albert, Jaana (2024), “Políticas e Ações de Reabilitação Urbana em Aldeias Históricas: Idanha-a-Velha” Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, p. 12.

²⁷ Ibidem, p. 12.

²⁸ Ibidem, p. 12.

²⁹ Varela, Gilson B. T. (2013), “Estratégia de reabilitação integrada do centro histórico da Praia”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra. p. 25.

Segue-se a referência ao “Plano Urbanístico Detalhado (PUD) do Plateau (Plano de salvaguarda)” (1998), que visava, entre outros aspetos³⁰, salvaguardar e valorizar o centro histórico. Advogava ainda, assegurar a população residente, desenvolver o comércio local, os produtos de artesanato e o turismo, melhorar os equipamentos sociais, as condições de habitabilidade e o conforto, estabelecer regras de reabilitação de edifícios históricos, integrar os imóveis dissonantes e organizar os espaços públicos. Este autor³¹, aborda ainda algumas estratégias de reabilitação e revitalização urbana, baseada em três eixos de intervenção:

- Reabilitar o tecido edificado, valorizando o património cultural;
- Revitalizar e reorganizar o espaço público;
- Desenvolver o turismo cultural.

Sobre a **aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica à Cidade da Praia** destaca-se como referência o trabalho de Patrik Silva³². Aborda o sistema de gestão territorial em Cabo Verde com todos os seus instrumentos, incluindo os planos urbanísticos de âmbito municipal, tais como o Plano Diretor Municipal. Prossegue com uma análise detalhada do processo de evolução urbana da cidade da Praia, desde o centro histórico no Plateau, até à expansão urbana de criação e consolidação dos bairros periféricos.

A propósito do perfil urbano da cidade da Praia, uma importante referência é o relatório das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. No que concerne aos alojamentos e condições de vida nos bairros espontâneos informais, refere a “inexistência de um parque de Património Cultural legalmente classificado”³³. Ora, o Plateau sendo a zona histórica da cidade, está rodeado por uma série de zonas residenciais, incluindo assentamentos urbanos informais. Assim, este documento das Nações Unidas alerta para o facto de não existir neste território periférico, a identificação de elementos do património que pudessem ser objeto de classificação. Contudo, tal não acontece no que concerne à zona histórica do Plateau, pois como se irá demonstrar nesta dissertação, é precisamente neste local que se concentram as infraestruturas do património cultural da cidade da Praia. Outro alerta deste documento, refere-se à pertinência de vir a ser concluída a “Carta Municipal do Património Cultural e Natural”³⁴. No domínio da governação urbana e desenvolvimento

³⁰ Varela, Gilson B. T. (2013), “Estratégia de reabilitação integrada do centro histórico da Praia”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra, p. 37.

³¹ Ibidem, p. 63.

³² Silva, Patrik F. P. da (2014), “Avaliação das dinâmicas do crescimento urbano na cidade da Praia de 1969 a 2010, Cabo Verde”, Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, p.13.

³³ AA, VV. (2013) “Perfil Urbano da Cidade da Praia. Ilha de Santiago. República de Cabo Verde”, in Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), HS Number: HS/023/14P, ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7, ISBN Number (Volume): 978-92-1-132612-3, p. 31.

³⁴ Ibidem, p. 31.

socioeconómico menciona a “inexistência de Planos Específicos de Requalificação Urbana e Ambiental dos Bairros da Cidade”³⁵, o que reforça a situação de informalidade, anteriormente referida, dos bairros periféricos na envolvente ao Plateau. Conclui mencionando a necessidade de “valorizar o espaço urbano e melhorar a qualidade de vida no meio urbano”³⁶.

Acerca do Património Cultural, Nireide Tavares explica corresponder ao “conjunto de bens, costumes, tradições materiais e imateriais, transmitidos pelos (...) antepassados, que são de reconhecida importância para a memória, a identidade e a cultura.”³⁷ Estes bens devem ser permanentemente preservados e salvaguardados, para que tenham continuidade e usufruto entre as diferentes gerações³⁸. No caso de Cabo Verde, a autora refere que o Património Cultural respeita ao “conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo (...) ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana. (...) integram (...) elementos móveis e imóveis, que pelo valor histórico e bibliográfico, artístico, arqueológico, científico fazem parte do património cultural (...) e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através de tempo (...)”³⁹. A autora apresenta ainda uma proposta de metodologia para a criação do inventário do património arqueológico de Cabo Verde, ou⁴⁰ seja, a “catalogação de sítios terrestres com intervenção arqueológica”⁴¹. Alerta para a necessidade de ser desenvolvido um SIG, com o objetivo de a partir da recolha e análise de informação, criar uma base de dados, “que sirva como mais uma ferramenta, na gestão e valorização do património arqueológico nacional.”⁴² Ora, é precisamente neste domínio que esta dissertação pretende vir a contribuir.

Ainda sobre os Bairros Informais da Periferia do Plateau outros autores⁴³ explicam tratar-se de zonas habitacionais construídas sem licenciamento e que não cumprem os requisitos formais de registo de propriedade. Esta fonte identifica nestes bairros a “ausência de um sistema formal de planeamento e ordenamento, capaz de fazer face à demanda de uma população progressivamente crescente, jovem

³⁵ AA, VV. (2013) “Perfil Urbano da Cidade da Praia. Ilha de Santiago. República de Cabo Verde”, in Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), HS Number: HS/023/14P, ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7, ISBN Number (Volume): 978-92-1-132612-3, p. 31.

³⁶ *Ibidem* p. 38.

³⁷ Tavares, Nireide T. (2017), “Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural” Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, p. 24.

³⁸ Mendes, A. R. (2012), “O que é o Património Cultural”. Olhão. Gente Singular Lda, p. 11.

³⁹ Tavares, Nireide T. (2017), “Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, p.24. De acordo com a redação do art.º 2º. e 3º da Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, p. 92.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 93.

⁴¹ *Ibidem*, p. 93.

⁴² *Ibidem*, p. 93.

⁴³ Nascimento, Judite M., Lopes, Antero E., Pires, Zuleica S., “O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável”, in Revista Brasileira de Geografia Física 06 (2012) 1358-1373, p. 1364.

(...) fez com que a cidade crescesse de forma desordenada, (...) ausência e ou falta de implementação das normas urbanísticas (...), criou oportunidades à especulação fundiária clandestina e constitui um dos fatores que contribuem para o crescimento espontâneo/informal.”⁴⁴

No que respeita à aplicação de Sistemas de Informação Geográfica no Arquipélago de Cabo Verde em geral e na Cidade da Praia em particular, a literatura revela a “existência de uma demanda”⁴⁵ face à escassez de exemplos que tenham posto em prática os SIG na análise espacial e territorial. Segundo esta autora, verifica-se que em quase todos os municípios de Cabo Verde e em particular no Município da Praia, existe uma carência de organização e gestão dos elementos e fatores geográficos. Desta forma torna-se essencial começar, desde logo, por proceder ao levantamento cadastral de dados com as suas características específicas, para que cada município tenha um modelo de informação geográfica adaptado à sua realidade. Esta fonte refere ainda o facto de o SIG “contribuir fortemente para a disponibilização de informação constante, atualizada e vai proporcionar ao Município dispor de um novo e importante instrumento (...) de muito utilidade (...) já que a maior parte da informação (...) tem natureza geográfica e alfa numéricas”⁴⁶. A mesma autora⁴⁷ alega que a tecnologia SIG tem demonstrado um grande potencial para uma exploração mais sistemática da informação geográfica, verificando-se um alargamento da sua utilização a várias outras áreas, nomeadamente aos bens imóveis. A gestão do cadastro urbano no município da Praia é um desses exemplos, de aplicação do SIG no espaço geográfico da capital do país. Conclui a autora que o cadastro, mais do que um inventário das propriedades fundiárias, constitui uma ferramenta de base que serve de referência essencial e indispensável à gestão urbanística municipal. Ora, tal ferramenta é também imprescindível à definição e execução de estratégias de salvaguarda e valorização do património, o que está por fazer.

Em síntese, a Cidade Velha, respeitante ao património da Ribeira Grande na ilha de Santiago, foi o primeiro lugar em Cabo Verde inserido na lista de monumentos e sítios classificados da UNESCO em 2009. Pelo que são inúmeras as referências bibliográficas que analisam este caso. Como se pôde observar, autores como José Silva, Vilas-Boas ou Ailton Correia, centraram os seus estudos em aspetos relativos ao património, arquitetura ou turismo na Cidade Velha.

Sobre o conceito de património cultural e a sua evolução, as referências estudadas foram também diversas. Contudo, todas elas concordam com o significado atribuído ao património, respeitante a bens materiais, imateriais, móveis ou imóveis. Llorenç Prats, Jaana Albert, Mendes e Nireide

⁴⁴ Nascimento, Judite M., Lopes, Antero E., Pires, Zuleica S., “O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável”, in Revista Brasileira de Geografia Física 06 (2012) 1358-1373, p. 1362.

⁴⁵ Fortes, Maria F. J. F. (2007), “Sistemas de Informação Geográfica na Gestão do Cadastro Urbano Municipal Aplicado ao Município da Praia”, Dissertação de Mestrado em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, p. 3.

⁴⁶ Ibidem, p. 4.

⁴⁷ Ibidem, p. 20.

Tavares são unânimes em associar o conceito de património, a uma herança que passa de geração em geração, na continuidade e usufruto entre gerações, nomeadamente no contexto da sua proteção e salvaguarda. Francisca Coelho, apresentou uma perspetiva do património natural associada ao ambiente, tendo como estudo de caso a ilha de Santo Antão.

No caso em particular de Cabo Verde, Nireide Tavares, acrescentou que o património legado pelo povo, marca a identidade do país. Esta autora avançou com uma proposta de catalogação do património cultural, alertando para a necessidade de criar uma base de dados em SIG, que seja aplicada como ferramenta de gestão e valorização do património arqueológico nacional. Maria Fortes, revelou a existência de uma procura nos municípios de Cabo Verde pelos SIG, na gestão do cadastro, já implementado no município da Praia. Advogou que os SIG disponibilizam informação atualizada, geográfica e alfanumérica e propôs alargar a sua utilização a outros domínios.

Por fim, sobre a capital de Cabo Verde, são também inúmeros os autores que em diversos domínios científicos têm vindo a analisar este caso. Numa perspetiva mais urbana, refiram-se Gilson Varela, Patrik Silva e Judite Nascimento que descreveram aspetos do centro histórico da Praia, do ponto de vista histórico, geográfico e arquitetónico. Patrik Silva e Judite Nascimento analisaram o sistema de gestão territorial em Cabo Verde e todos os seus instrumentos, as dinâmicas do crescimento urbano e dos bairros informais periféricos ao Plateau. Estes últimos, são locais sem licenciamento, que não cumprem os requisitos de planeamento, revelando a fragilidade do sistema de gestão territorial e a falta de normas urbanísticas, face a uma população jovem e em crescimento. Já o programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos, chamou a atenção para os alojamentos e condições de vida nos bairros informais que rodeiam o Plateau, alertando para a importância da classificação do património cultural.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: SIG E PATRIMÓNIO

CAPÍTULO 2 - Os SIG e o Património

Neste ponto abordar-se-ão alguns dos principais conceitos associados aos Sistemas de Informação Geográfica, bem como as vantagens da sua utilização e importância no estudo do património cultural. O principal objetivo é apresentar uma descrição teórica para a compreensão do que são os SIG e o contexto no qual se enquadram e contribuem para o levantamento, mapeamento e constituição de bases de dados, acerca das infraestruturas pertencentes ao património cultural. Pretende ainda, descrever e assinalar as vantagens da utilização de Sistemas de Informação Geográfica de um modo geral na análise territorial.

2.1. Conceitos associados aos Sistemas de Informação Geográfica

O uso dos Sistemas de Informação Geográfica não é uma ferramenta recente, nem em termos gerais, nem no âmbito da sua aplicação no domínio do património cultural ou em outras áreas.

O termo GIS (*Geographic Information System*) ou SIG associado aos Sistemas de Informação Geográfica, surge na década de 1960⁴⁸ nos Estados Unidos da América (EUA), no contexto de grupos académicos que se organizaram com foco no desenvolvimento de programas informáticos (*softwares*), relacionados com os sistemas de informação. Neste contexto, foram desenvolvidas aplicações específicas para a área dos transportes, através de um grupo pioneiro formado na Universidade de Washington. A partir desse trabalho, a modelação dos SIG começou a ser amplamente divulgada, o que veio a influenciar a criação de outros grupos de investigação, onde é possível destacar o *Harvard's Laboratory Computer and Spatial Analysis* e o laboratório de SIG de Buffalo da *State University of New York*⁴⁹, também nos EUA. Neste cenário, era apresentada pela geografia, uma abordagem para avaliar de forma integrada as características naturais e sociais, fundamentada na teoria dos sistemas, que foi denominada pelos geógrafos russos de “Geossistema”⁵⁰.

⁴⁸ ZNTGEO “Consultoria, Cursos e Treinamentos”, in <https://zntgeo.com/sistema-de-informacao-geografica/>, (consultado em 21.08.2024).

⁴⁹ Ibidem, (consultado em 21.08.2024).

⁵⁰ Ibidem, (consultado em 21.08.2024).

Os Sistemas de Informação Geográfica, surgiram no Canadá, como parte de um programa governamental do Departamento de Agricultura do Governo, no âmbito do projeto de desenvolvimento do sistema CGIS (*Canadian Geographic Information System*⁵¹). Tinha como principal intuito, implementar um SIG para minimizar os impactos ambientais, como ferramenta de apoio ao exercício do planeamento de espaços rurais, através da criação de um inventário dos seus recursos naturais. Visou⁵² permitir processar um elevado volume de informação, a partir de aplicações informáticas, como meio de sobrepor e combinar diversos tipos de dados num mesmo documento cartográfico.

Os SIG foram-se difundindo de uma forma genérica, nomeadamente no contexto académico. A sua utilização tem aplicação nos diversos domínios da análise espacial, quer em contexto urbano quer em contexto rural. Entre a diversidade de especificidades da análise territorial à escala urbana, os SIG têm vindo a constituir uma ferramenta cujos resultados da sua aplicação, contribuem para informar os decisores políticos nacionais ou locais, acerca das boas práticas a seguir neste domínio.

A inovação nos recursos de hardware, veio possibilitar o desenvolvimento de forma comercial, e uma ampla difusão dos Sistemas de Informação Geográfica. Com esta divulgação, foram surgindo novos fundamentos matemáticos, impulsionados pelo desenvolvimento de estudos relativos à cartografia computacional. Consequentemente, várias empresas foram desenvolvendo aplicações informáticas baseadas em SIG, como por exemplo a ESRI (*Environmental Systems Research Institute, Inc.*), fundado em 1969, nos EUA⁵³, que se tornaria líder mundial na conceção e comercialização do *software ArcGIS®*.

De acordo com alguns autores⁵⁴, a década de 1980 caracterizou-se por um processo de transição nos SIG, com maior impacto no que respeita ao seu desenvolvimento, a partir das academias. Tal desenvolvimento repercutiu-se num avanço para a sua popularidade na década de 1990. O uso do SIG afirmou de forma mais consolidada, como importante ferramenta no apoio à tomada de decisão, tanto em instituições governamentais, como em organizações comerciais em diversos domínios.

Os SIG são, portanto, oriundos da ciência geográfica e podem ser definidos como uma ferramenta que possibilita o levantamento, mapeamento e criação de uma base de dados mais acessível e eficaz.

⁵¹ Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto Politécnico de Tomar, p. 17.

⁵² Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural à Gestão do Território com recurso a Tecnologias de Informação Geográfica: Contributos Metodológicos”, Tese de Doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, p. 48.

⁵³ ESRI, in <https://www.esri.com/pt-br/about/about-esri/company>, (consultado em 04.09.2024).

⁵⁴ Ferreira, Marcos C., Matias, Lindon F. B., Édson L. (2008), “Sistemas de Informação Geográfica: uma abordagem contextualizada na história”. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 33, n. 1, pp. 69-88.

Atribuir um conceito único aos Sistemas de Informação Geográfica não é uma questão elementar, pois, ao longo da sua evolução, vários autores apresentaram conceitos que apontam diversas facetas. Inequívoco é o facto de que a evolução dos SIG está diretamente vinculada ao progresso da informática, tanto a nível de hardware como de software. Estas evoluções têm sido a fonte de extensos recursos e ferramentas, pois, à medida que o progresso tecnológico avança, o SIG evolui. A literatura define os SIG como “um sistema de apoio à decisão que envolve a integração de dados georreferenciados num ambiente orientado para a resolução de problemas”⁵⁵. Alguns autores, advogam que o SIG respeita a “um sistema de ferramentas que permite recolher, guardar, encontrar, pesquisar, transformar e visualizar dados espaciais do mundo real”⁵⁶. Paralelamente, são entendidos como “um sistema de hardware, software e procedimentos, organizado de forma a possibilitar a aquisição de dados espaciais, de tal modo que seja possível resolver problemas complexos de planeamento”⁵⁷.

O avanço do conceito de SIG, entendido como “um sistema de hardware, software e procedimentos desenhado para realizar a captura, armazenamento, manipulação, análise, modelação e apresentação de dados referenciados espacialmente para a resolução de problemas complexos de planeamento e gestão”⁵⁸ é aprimorado com a introdução dos conceitos de análise espacial e de modelação. Assim, o SIG é conotado com um sistema constituído por hardware, software e procedimentos, que visa permitir “a captura, gestão, manipulação, análise, modelação e visualização de informação referenciada no espaço, possibilitando a resolução de problemas complexos de planeamento e gestão que envolvem a realização de operações de análise espacial”⁵⁹.

Segundo a ESRI⁶⁰, um Sistema de Informação Geográfica permite visualizar, questionar, analisar e interpretar dados para compreender relações, padrões e tendências, com raízes na ciência da

⁵⁵ Cowen, (1988), Maguire, (1991) apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar, p. 18.

⁵⁶ Burroug, P., (1986), apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar, p. 18.

⁵⁷ Entidade Federal Interagency Coordinating Committée, 1988, apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar, p.18.

⁵⁸ Goodchild & Kemp, (1990) apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar, p. 19.

⁵⁹ Cowen, (1990) apud Anastácio. R. (2016). Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, p. 48.

⁶⁰ ESRI, O que são os SIG?, s.d., in <https://www.esri-portugal.pt/pt-pt/o-que-sao-os-sig/overview>, (consultado em 22.08.2024).

geografia. Ou seja, os SIG incorporam diversos tipos de dados, analisam a localização espacial e organizam diversas camadas de informação, que são visualizadas através de documentos cartográficos (tais como mapas) e imagens 3D. Consequentemente, permitem armazenar conhecimentos profundos sobre os dados recolhidos, tal como padrões, relações e situações, de modo a apoiar uma tomada de decisão mais inteligente e eficaz.

De acordo com outra fonte⁶¹, os SIG são definidos como tecnologia para processar a informação geográfica. Sendo este processamento entendido como a criação, aquisição, armazenamento, edição, transformação, análise, visualização, partilha e quaisquer outras funções executáveis em domínio digital. Tal informação geográfica liga a localização na superfície da Terra, com atributos específicos, tais como, refiram-se a título de exemplos, a população, a elevação topográfica ou a temperatura.

A literatura refere que os SIG são compostos por⁶² hardware, módulos de software, dados e pessoas que podem usar o software para vários propósitos. No entanto, outra fonte⁶³ designa os Sistemas de Informação Geográfica como uma ferramenta amplamente utilizada em atividades que necessitam de gestão espacial diversificada. Desta forma, os SIG são compostos pelas seguintes três partes fundamentais⁶⁴: interface dos utilizadores, ferramentas e sistema de gerenciamento de dados. Os utilizadores interagem com o sistema a partir da interface gráfica, que dá acesso às ferramentas de SIG com os respetivos recursos e funções que o software possui para o processamento dos dados geográficos (figura 7). Estes dados são armazenados em formato de arquivo em bancos de dados ou serviços na web⁶⁵ e organizados por programas de gerenciamento de dados.

⁶¹ Goodchild, M. (2000), “New Horizons for the social sciences: geographic information systems”. In OECD, Social Sciences for a Digital World: Building Infrastructure and Database for the Future, pp. 173-182.

⁶² Maguire (1991), Volk et al., (2001) apud Serafim, Vânia F. de M., (2014), Sistemas de Informação de Marketing e Níveis Estratégicos em Organizações no Brasil, Dissertação de Mestrado em Gestão de Informação, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, p.28.

⁶³ Dill, Amélia C. et al., (2001), Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete, p. 18.

⁶⁴ Longley, P. A (2013) apud Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete, p. 18.

⁶⁵ Palavra em língua inglesa que equivale a um site, lugar, espaço para armazenamento de dados que pode ser acedido através dum motor de busca na internet (rede informática largamente utilizada para interligar computadores através de modem).

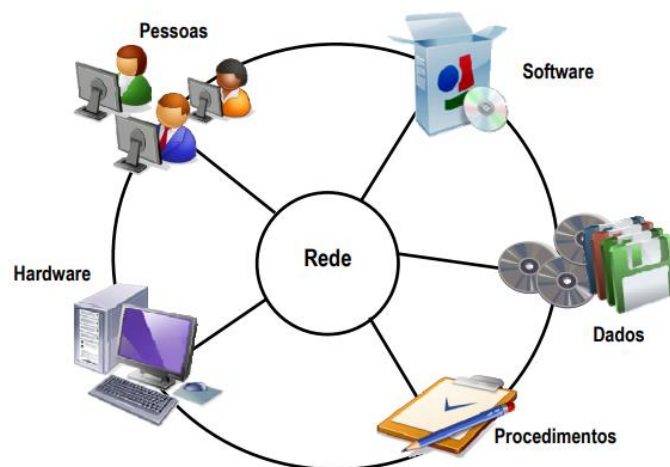


Figura 3: Componentes de um SIG.
(Fonte: adaptado de: Longley et al. (2005))

Em síntese, segundo a literatura⁶⁶, para a organização, análise e modelagem dos dados espaciais, o uso de um software que permita armazenar, processar e visualizar os dados é fundamental, constituindo um dos principais componentes de um SIG.

2.2. Vantagens da utilização dos SIG aplicados ao património cultural

Os SIG estão associados a uma série de vantagens, em comparação com as técnicas tradicionais de mapeamento e cartografia.

Segundo alguns autores⁶⁷ uma das vantagens adicionais do SIG é o facto de permitir que a informação espacial possa ser exibida em vários formatos. Possibilita a visualização individualizada resultante de análises espaciais complexas através da criação personalizada de mapas, gráficos e estatísticas. A mesma fonte refere que o SIG possibilita a digitalização do conhecimento, com benefícios na representação e comunicação, em particular na sua dimensão espacial, simplificando a mobilidade dos dados, a acessibilidade remota a produtos e serviços e as novas economias.

⁶⁶ Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete, p. 18.

⁶⁷ Fernandes D., Alonso J., Julião R. P., Lourenço J., Ramos R. A. R. (2014), “O uso de SIG no património cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro, Engenharia Civil / Civil Engineering, Issue 48, 7-21, p. 9.

As aplicações de SIG à gestão do património têm vindo a ganhar espaço nos últimos anos, com exceção das aplicações à Arqueologia que já remontam aos anos 80 do Séc. XX. Têm início em trabalhos de desenvolvimentos conceptuais e teóricos e com as primeiras aplicações em análise espacial⁶⁸.

No âmbito da gestão do património cultural, proporcionam um conjunto de vantagens que abrangem desde a otimização na eficiência e precisão dos procedimentos até à orientação da tomada de decisões estratégicas e medidas de valorização. Essas vantagens, contribuem substancialmente para a preservação, monitorização e revalorização destes bens e para a criação de cartografia detalhada, o mapeamento, com a localização exata desses sítios e respetivos atributos na base de dados.

Os SIG permitem a implementação de bases de dados espaciais precisos, que associam informações geográficas com elementos essenciais, salvaguardando um inventário dos bens patrimoniais mais detalhado e atualizado. Disponibilizam ferramentas para implementar análises detalhadas, como a identificação de infraestruturas e o seu estado de conservação e possíveis ameaças. Tal informação é fundamental para criar medidas preventivas de proteção e salvaguarda do património.

Os Sistemas de Informação Geográfica, possuem uma grande variedade de funcionalidades na gestão do território, incluindo a sua aplicação ao património cultural. Essas funcionalidades possibilitam uma estratégia mais eficiente e eficaz, integrada e sustentável para a conservação e valorização dos bens culturais, incorporando edifícios históricos, sítios e monumentos. Através dos SIG, cada um dos elementos culturais, pode ser georreferenciado e acompanhado de informações acerca do seu estado de conservação, época de construção e localização no espaço geográfico, entre outros aspetos considerados importantes para a sua descrição. Para além de ser uma imposição legal em Cabo Verde e na cidade da Praia, a elaboração e manutenção de inventários do património cultural, constitui uma necessidade para a boa gestão de ativos e proteção dos bens públicos, partindo do princípio de que não é possível gerir bem, o que não se conhece⁶⁹. De acordo com a mesma fonte⁷⁰, a Informação Geográfica e os SIG podem também ser aplicados à gestão do património imóvel a nível municipal.

Recentemente, em diversas áreas, a implementação das ferramentas de informação geográfica passou a ser um procedimento comum para os gestores, assim como para os profissionais especializados nas atividades ligadas ao património cultural. Têm-nas aplicado em vários contextos

⁶⁸ Hodder, I. & Orton, C. (1976), apud Anastácio. R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica”: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo, Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, p. 67.

⁶⁹ Maria, Bessa J. & Rui, Julião (2018) apud Soares, Cristiana B. G. (2020), “Os Sistemas de Informação Geográfica na Gestão do Património- Município de Aveiro”, Relatório Estágio de Mestrado em Tecnologias de Informação Geográfica aplicadas ao Ambiente e Ordenamento do Território, do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 12.

⁷⁰ Ibidem, p.12.

de inventariação e gestão⁷¹. A sua eficiência depende do modelo conceitual de implementação, das metodologias, da precisão e rigor da informação de base utilizada.

De acordo com outros autores, “a característica mais importante do SIG reside no seu grande poder de análise, o que o distingue de qualquer dos outros sistemas”⁷². Desta forma, o SIG é uma importante ferramenta na gestão do património cultural, permitindo a interação entre “espaços físicos, atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes nas áreas essenciais no processo de gestão integrada do território”⁷³. Proporciona apoiar as tomadas de decisões essenciais, no controle e preservação dos patrimónios culturais.

Ultimamente, várias entidades e responsáveis das autarquias locais, reconheceram o impacto dos Sistemas de Informação Geográfica como instrumentos de promoção e gestão das informações. Assim sendo estão a criar as suas próprias bases de dados para o armazenamento das informações relativa ao património.

A literatura⁷⁴ revela que os SIG constituem um importante mecanismo de valorização e defesa do património, pois, permitem o aumento do rigor e da qualidade da informação geográfica, se forem respeitadas as metodologias e técnicas subjacentes à ciência da informação geográfica. A integração de diversas áreas do conhecimento e abordagens metodológicas no estudo do Património Cultural num SIG, permite ainda a avaliação da intervenção humana nas paisagens. Possibilita relacionar o património cultural com o uso do solo e definir o grau de ameaça, pois, diversas atividades antrópicas ameaçam significativamente a integridade do património⁷⁵. Para tal, é necessário identificar as ameaças e regulamentá-las com base no estabelecimento de um regime de proteção, que deve fazer parte integrante de uma estratégia de gestão patrimonial. Tal estratégia, deverá ter como objetivo a sustentabilidade cultural, ou seja, a transmissão do património às gerações vindouras.

⁷¹ Fernandes, D., Alonso, J., Julião, R.P., Lourenço, J., Ramos, R. (2014), “O uso de SIG no Património Cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro”, *Revista Engenharia Civil*. Nº48. pp. 7-21.

⁷² Maguire, D. (1991). An overview and definition of GIS, in *Geographical Information Systems: Principles and Applications*, D. J. Maguire, M.F. Goodchild, and D. Rhind, Editors, Wiley & Sons, Inc.: New York 199, p. 58.

⁷³Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, p. 79.

⁷⁴ Ibidem, p. 48.

⁷⁵ Zocche, J., Campos, J., Scarpato, P., Marcomin, F. (2012), “Ecologia de Paisagem: bases teórico-metodológicas para o gerenciamento territorial”. In: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (Ed.). *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre*. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, Vol. 32. pp.17-28.

Assim, a construção de projetos de apoio à gestão do património em Sistemas de Informação Geográfica no seu modelo conceptual, contempla as seguintes três etapas:⁷⁶

- Criação do inventário - consiste na junção e organização dos dados de forma a poderem ser utilizados em futuras pesquisas;
- Análise - requer um cruzamento de informação e exige o uso de métodos estatísticos e conhecimento espacial, recorrendo ao desenvolvimento de algoritmos que procuram dar resposta aos objetivos pré-estabelecidos;
- Gestão - representa o aproveitamento das potencialidades dos SIG, no apoio à tomada de decisão, relativas a estratégias a seguir quanto à salvaguarda e valorização do património.

São inúmeras as áreas de estudo⁷⁷, no campo da ciência de informação geográfica, que têm contribuído para perceber a forma como as TI (Tecnologias de Informação) estão incorporadas na mudança das várias geografias sociais, políticas, económicas e culturais. Os SIG constituem instrumentos de gestão e de planeamento físico financeiro, económico, social, ambiental e patrimonial, com vantagens na investigação, pois, por meio de modelos matemáticos tornam possível inovar e analisar detalhadamente relações espaciais complexas⁷⁸. É neste sentido que os SIG são ferramentas indispensáveis às entidades com responsabilidades na gestão do património cultural. Permitem a tais entidades, modelar e aplicar metodologias específicas de avaliação de risco (de impacto e destruição), monitorização em vários níveis, operacionalização da fiscalização e avaliação. Ajudam a estabelecer formas de valorização e promoção do património em articulação com a informação ambiental, socioeconómica e sobretudo com as políticas públicas na área da gestão do território, de acordo com a natureza e objetivos dos projetos.

⁷⁶ Anastácio, R. (2012b), “Sistema de Informação Geográfica para Gestão do Património: Caso Estudo do Médio Tejo”, *Arqueologia Ibero-americana e Arte Rupestre*. Revista *Arkeos* 32. CEIPHAR. pp. 82-88.

⁷⁷ Elwood, S. (2010), apud Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, p. 67.

⁷⁸ Henriques, R. (1990), apud Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, p. 67.

2.3. Síntese Conclusiva

Este capítulo permitiu perceber um pouco mais acerca dos SIG. Estão associados a um sistema constituído por hardware, software e uma série de procedimentos que visam permitir a captura, gestão, manipulação, análise, modelação e visualização de informação referenciada no espaço. Possibilitam a resolução de problemas complexos de planeamento e gestão que envolvem a realização de operações de análise espacial. São uma ferramenta essencial para a gestão atualizada de dados geoespaciais, dada a sua capacidade de combinar, analisar e visualizar. Facilitam uma compreensão mais detalhada dos desafios enfrentados em diferentes campos do saber, nomeadamente no património.

Como se pôde verificar, a aplicação dos SIG ao património da Cidade da Praia não só impulsionará uma gestão mais eficiente e aprimorada dos bens culturais, como também proporcionará uma visão mais completa e abrangente no contexto urbano. A destreza dos SIG em interpretar e representar dados espaciais, serve como ferramenta fundamental para a salvaguarda da identidade histórica dos patrimónios culturais de Cabo Verde e para a tomada de decisões estratégicas. Trazem benefícios para a conservação do património e o bem-estar da comunidade local.

PARTE II - ESTUDO DE CASO: CIDADE DA PRAIA

CAPÍTULO 3 - Cidade da Praia um exemplo marcante do Património Cultural

Este capítulo tem como principais objetivos proceder à localização geográfica de Cabo Verde, com um breve enquadramento socioeconómico e demográfico. Aborda depois as principais políticas do património e termina com a caracterização da área de estudo do Plateau, na qual incide esta dissertação.

3.1. Localização geográfica do arquipélago de Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto entre 1460 e 1462⁷⁹ e esteve sob a soberania de Portugal durante mais de 5 séculos (513 anos), até à independência a 5 de julho de 1975.

Localiza-se no Oceano Atlântico Norte e integra o designado território da Macaronésia, constituído ainda pelos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias. Situa-se entre os paralelos 14º 23' e 17º 12' de latitude Norte e os meridianos 22º 40' e 25º 22' Oeste. É constituído por 10 ilhas e vários ilhéus (figura 3), sendo a ilha da Boa Vista a mais próxima (a cerca de 450 Km) a Oeste da costa do Senegal. Geograficamente organiza-se em duas zonas, as ilhas do Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista) e as ilhas do Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava).

Compreende uma superfície total de 4.033 km² no seu conjunto e uma população residente de aproximadamente meio milhão de pessoas, 491.233⁸⁰ habitantes (Censos 2021). Está organizado em 32 freguesias e nos seguintes 22 concelhos: na ilha de Santo Antão, Ribeira Grande, Paul e Porto Novo; S. Vicente na ilha de São Vicente; Ribeira Brava e Tarrafal na ilha de São Nicolau; Sal na ilha do Sal; Boa Vista na ilha da Boa Vista; Maio na ilha de Maio; na ilha de Santiago, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia, São Domingos, São Miguel, São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos e Ribeira Grande; na ilha do Fogo, Mosteiros, São Filipe e Santa Catarina; Brava na ilha Brava.

A ilha de Santa Luzia com uma superfície total de 35 Km² é a mais pequena⁸¹. A ilha de Santiago com uma superfície total de 991 km² é a maior, na qual se localiza a capital, a cidade da Praia. É aqui que

⁷⁹ INE Cabo Verde Censo 2021, V Recenseamento Geral da População e Habitação, p. 9.

⁸⁰ Ibidem, p. 8.

⁸¹ Silva, Patrik F. P. da (2014), “Avaliação das dinâmicas do crescimento urbano na cidade da Praia de 1969 a 2010, Cabo Verde”, Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, p. 6.

se situa a área de estudo desta dissertação, o Plateau, que corresponde ao espaço urbano histórico da capital e que se estende por uma superfície total de 28 hectares⁸².

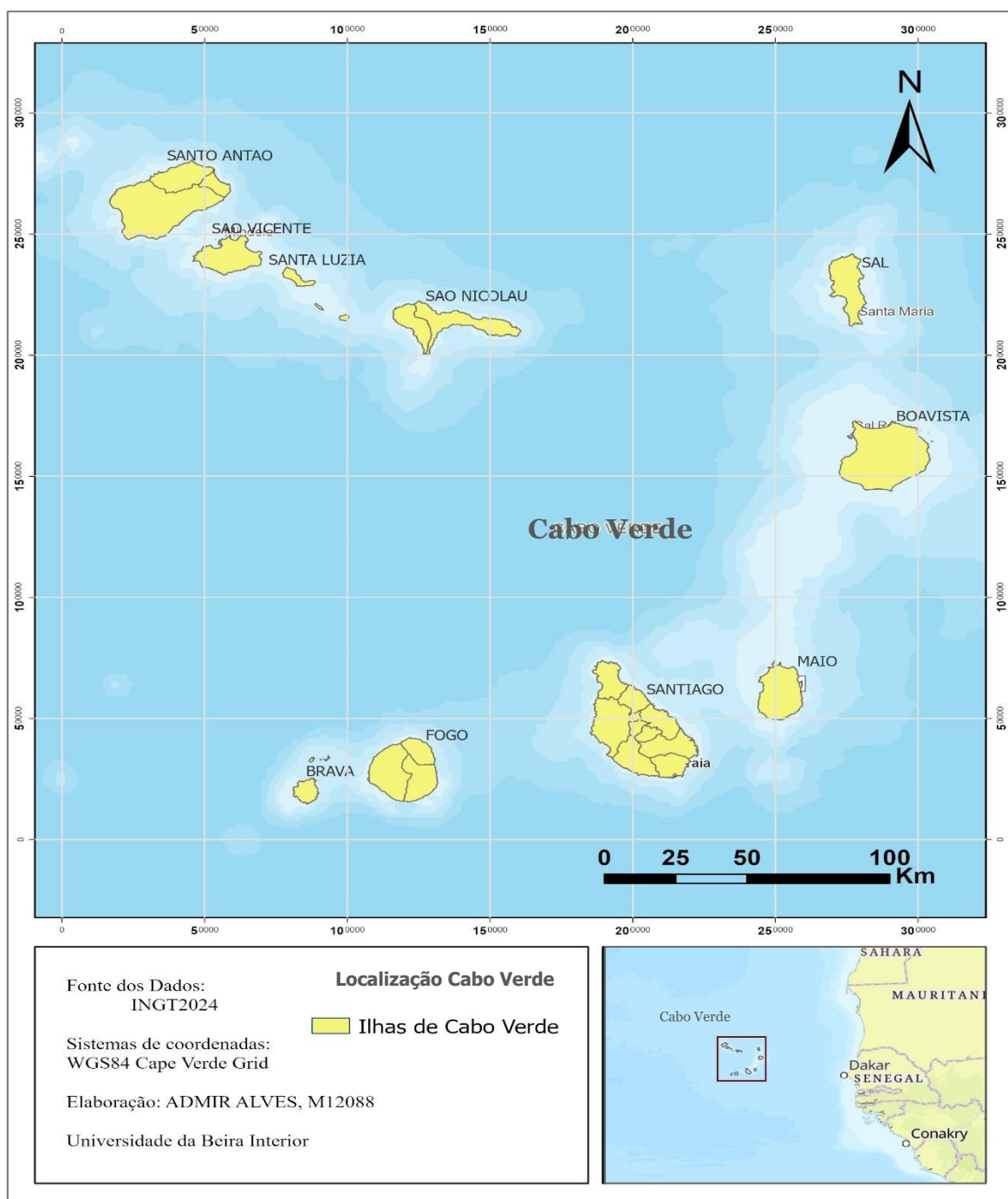


Figura 4: Localização do arquipélago de Cabo Verde.

⁸² Instituto Património Cultural (IPC), <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/centro-historico-da-praia/>, (consultado em 03.09.2024).

3.2. Enquadramento socioeconómico e demográfico

Poder-se-á considerar que no último período censitário, a população de Cabo Verde manteve-se. Registou um ligeiro decréscimo de 450 habitantes (0.09%) no período que decorreu entre os dois últimos censos. Passou de 491.683 habitantes em 2010⁸³ para 491.233 habitantes em 2021⁸⁴, distribuídos por 147.984 agregados familiares⁸⁵.

A esperança média de vida à nascença⁸⁶ era de 69 anos no ano 2000, 75 em 2010 e 73 em 2021, diminuição à qual não terá sido alheia a pandemia COVID-19.

De acordo com a mesma fonte, o número médio de pessoas que constitui os agregados familiares tem vindo a diminuir, passando de “4,1 para 3,5 entre 2012 e 2019, depois para 3,6, em 2020, e 3,3 (...) a proporção de mulheres aumentou em relação à dos homens em 2021 (52,8% contra 47,2%, respetivamente)”⁸⁷.

No que respeita às condições socioeconómicas (2020) a pobreza extrema era de “13,1%, (...) tem maior incidência no meio rural, 24,3%, contra 8,2% no urbano. (...) 19,3% dos desempregados e 14,0% dos inativos vivem em pobreza extrema.”⁸⁸ Para obviar esta situação, Cabo Verde identificou a necessidade de atuar na melhoria do “rendimento; cuidados e proteção das crianças e adolescentes; educação; formação, empreendedorismo e inclusão produtiva; saúde; habitação; e segurança social”⁸⁹.

A cidade da Praia é o principal Pólo socioeconómico⁹⁰ de Cabo Verde, onde se concentram as principais empresas do setor terciário, comércio e serviços, incluindo de cariz administrativos do Governo.

3.3. Património cultural no contexto cabo-verdiano

À semelhança de outros países, também Cabo Verde tem vindo a evidenciar uma atenção crescente para com as questões relativas ao património, através de uma série de medidas de modo a salvaguardar e a valorizar este legado. A nível nacional, poder-se-á referir que tem vindo a registar-se uma evolução, em termos do quadro legal constituído pelas principais políticas de salvaguarda e valorização do património.

A preservação do Património Cultural tem sido, pois, uma preocupação constante desde a independência nacional. Portanto, durante o governo de transição após a independência, apontou-

⁸³ INE Cabo Verde Censo 2021, V Recenseamento Geral da População e Habitação, p. 44.

⁸⁴ *Ibidem* p. 8.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 13.

⁸⁶ *Ibidem* p. 44.

se para a necessidade de *“Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde. Orientar toda a atividade cultural e artística do Estado de molde a enquadrá-la na situação histórica atual, (...) e inserindo-a como parte atuante da cultura universal”*⁹¹.

Cabo Verde tem enfrentado grandes desafios em diferentes domínios, sociais e económicos, ante a escassez de recursos. Com a independência formou-se uma comissão nacional para promover o restauro e a reabilitação, a defesa e a conservação dos monumentos nacionais e de outros valores do património artístico e cultural. Neste contexto, a primeira República determinava ser “imperativo fundamental (...) criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural, (...). O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do povo cabo-verdiano.”⁹²

Neste período, aconteceram as primeiras candidaturas (sem sucesso) a Património Mundial, da Cidade Velha e da “Tabanka”. Durante o último quarto do Séc. XX, com Cabo Verde como país independente, as intervenções levadas a efeito nos monumentos históricos em particular e no domínio cultural em geral, orientavam-se numa perspetiva mais protecionista do que valorativa, ou seja, o principal objetivo era garantir a conservação dos edifícios históricos do Património Cultural e não tanto a sua inserção no contexto sociocultural e económico do país e da sociedade da época.

Com o reconhecimento por parte da UNESCO, Cabo Verde abriu caminho para a cooperação com outros países no domínio cultural, rubricando o primeiro acordo de Cooperação Bilateral com Portugal em 21 de janeiro de 1977⁹³. Visava a recuperação da Cidade Velha e a elaboração da História Geral de Cabo Verde.

Em 1978, de modo a materializar o imperativo anteriormente descrito, são criadas as primeiras instituições na área da cultura, nomeadamente a Direção Nacional da Cultura (DNC), que tem como missão promover a recuperação do património cultural e “sensibilizar a UNESCO no sentido de declarar a Cidade Velha como Património Universal”⁹⁴.

Nesse mesmo ano e em 1980, Cabo Verde recebeu missões da UNESCO, com o objetivo de avaliar o estado de conservação do património cultural existente, potencialmente objeto de reconhecimento internacional por esta entidade. Por outro lado, a UNESCO pretendia capacitar os quadros técnicos e as instituições locais para procederem a ações de inventariação do património nacional, apoiando na criação do Instituto Nacional da Cultura. Estas missões conduziram à adesão do país à Convenção

⁸⁷ INE Cabo Verde Censo 2021, V Recenseamento Geral da População e Habitação, p. 44.

⁸⁸ Ibidem, p. 45.

⁸⁹ Ibidem, p. 45.

⁹⁰ Inventário dos Recursos Turísticos, Município da Praia (2015), p. 9.

⁹¹ Decreto Lei N.º 45/75, de 24 de Maio de 1975.

⁹² Constituição da República de Cabo Verde de 13 de Outubro de 1980, artigo 16.º.

⁹³ Decreto n.º 50/77 de 12 de Abril.

⁹⁴ De acordo com a redação do Decreto-Lei n.º 45/75.

do Património Mundial em 1987, comprometendo-se junto da UNESCO, a proteger e valorizar o património cultural e natural nacionais, permitindo a sua transmissão às futuras gerações⁹⁵.

Assim, são criados instrumentos normativos com vista a garantir uma efetiva preservação e salvaguarda do património do país. Em 1984 é publicada a lei⁹⁶, que declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado.

Em 1990 é aprovada a primeira Lei de Bases do Património Cultural⁹⁷, e a Cidade Velha é classificada⁹⁸ como Património Nacional. Em 1991, à medida que o Estado independente se vai afirmando e consolidando, com maior abertura política, dá-se um processo de reestruturação do setor da cultura do ponto de vista organizacional, com a criação do Ministério da Cultura de Cabo Verde, responsável por definir e pôr em prática um conjunto de orientações estratégicas nos domínios da cultura e do património. É neste quadro político que surgem as propostas de classificação a projetos estruturantes de recuperação, na Cidade Velha na ilha da Boavista, e na ilha de São Nicolau, bem como o projeto de valorização da língua materna. Em 1998⁹⁹, a título experimental é instituído o Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (ALUPEC), que é definido como sendo um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som linguístico.

Com o dealbar do Séc. XXI e durante a VI legislatura que decorreu de 2001 a 2006, as orientações políticas sobre o Património Cultural apresentam a primeira lista indicativa dos elementos de maior interesse cultural junto da UNESCO. Entre os valores definidos, pretendia-se alavancar a diplomacia cultural, reforçar a cabo-verdianidade, a música e as artes cénicas (como o teatro e a dança), elevar a criação artística, as bibliotecas e os arquivos, facilitar o acesso e estimular a leitura.

Mais tarde, já na VII legislatura há uma continuidade em termos de política cultural e do património com a legislatura anterior. As principais ações concentraram-se no objetivo de promover a reabilitação da Cidade Velha e garantir a sua elevação à categoria de Património Mundial, feito este alcançado em 2009. Para além deste, outros objetivos estavam identificados: a Musealização do Campo de Concentração do Tarrafal e efetivar a sua candidatura à categoria de Património Nacional, aprovar o alinhamento do país com instrumentos internacionais de proteção, nomeadamente do Património Imaterial e do Património Subaquático.

⁹⁵ Instituto de Património Cultural, in <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/> (Consultado em 10.09.2024).

⁹⁶ Lei n.º 48/II/84.

⁹⁷ Lei n.º 102/III/90, 29 de Dezembro.

⁹⁸ Decreto n.º 121/90, de 8 de Dezembro.

⁹⁹ Decreto-Lei n.º 67/98, de 31 de Dezembro

Durante a VIII legislatura, ou seja, entre 2011 e 2016¹⁰⁰, o governo estabelece através do seu programa, a Salvaguarda do Património Nacional como uma exigência inerente à consciência da Nação. Consequentemente, constitui tarefa do governo tomar em devida conta a defesa e a afirmação do património material e imaterial de Cabo Verde. Neste período houve uma grande campanha de classificação dos bens na categoria de Património Nacional: Centros Históricos como, o Centro Histórico Ribeira Grande da Cidade Velha (ilha de Santiago) e declarados como património da humanidade, tem se o campo de concentração do Tarrafal (ilha de Santiago), o Centro Histórico da Praia (ilha de Santiago), o Centro Histórico de São Felipe (ilha do Fogo), o Centro Histórico de Nova Sintra (ilha da Brava) e dois bens imateriais (a morna e as Boas Festas).

A criação do IPC, Instituto do Património Cultural de Cabo Verde em 2014¹⁰¹, veio confirmar e pôr em prática a visão de sucessivos governos, acerca da necessidade de implementar uma entidade responsável por gerir o património cultural, através de um quadro legislativo cada vez mais exigente e da classificação dos diversos bens.

Na IX legislatura que decorreu de 2016 a 2021¹⁰², o principal objetivo para o sector do património cultural foi definido como a promoção do “Turismo Cultural (...), com o objetivo de mobilizar nacionais e estrangeiros para o conhecimento das tradições e do património material e imaterial do país, promovendo os locais históricos, com destaque para a Cidade Velha, e o turismo interno, a par da promoção cultural no mercado internacional”¹⁰³. Em 2017, Cabo Verde fez novo acordo, desta vez com Cuba, no domínio do património cultural. É ainda neste período e no quadro destas agendas, que Cabo Verde ambiciona a integração da Morna na Lista do Património Imaterial da Humanidade, através de uma candidatura submetida em Março de 2018, e o resultado foi obtido a 11 de dezembro do ano seguinte, quando a UNESCO declarou a morna como Património Cultural Imaterial da Humanidade¹⁰⁴. Em 2020, o Governo de Cabo Verde aprova¹⁰⁵ o novo estatuto do Instituto do Património Cultural (IPC). Esta entidade afirma-se como o instituto público cuja tarefa visa identificar, inventariar, investigar, salvaguardar, defender e divulgar os valores da cultura, do património móvel e imóvel, material e imaterial do povo cabo-verdiano. Incluindo no domínio das tradições orais, da história, sociologia, antropologia, museologia e arqueologia. Foi ainda em 2020, que o Governo de Cabo Verde aprovou o estatuto¹⁰⁶ do IPC. Ora, o património cultural cabo-verdiano é extremamente rico e diversificado, pelo que o país é tido como referência a nível internacional. No

¹⁰⁰ Decreto-Regulamentar n.º 8/2014 de 10 de Fevereiro, p. 270.

¹⁰¹ Decreto-Regulamentar n.º 26/2014, 27 de Junho.

¹⁰² Programa do Governo de Cabo Verde, 2016-2021, p. 131.

¹⁰³ Ibidem, p.131

¹⁰⁴ Instituto do Património Cultural (IPC), in <https://ipc.cv/patrimonio-imaterial/morna-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade/>, (consultado em 10.09.2024)

¹⁰⁵ [Decreto-Regulamentar n.º 3/2020](#), de 18 de Janeiro. Decreto este que revogou, portanto, o Decreto-lei n.º 26/2014, de 17 de Junho.

¹⁰⁶ Decreto- Regulamentar n.º 3/2020, de 17 de janeiro e que revogou, entretanto, o decreto-lei n.º 26/2014, de 17 de junho.

decorso dos cinco séculos da sua vivência, o povo cabo-verdiano foi construindo e legando às gerações seguintes, um importante património, que nos dias de hoje testemunha a sua história e caracteriza a identidade cultural do seu povo.

É pretensão deste Instituto fomentar a pesquisa e promover ações de salvaguarda do património histórico e cultural. Devolver este legado à comunidade de forma a ser por ela utilizado como importante recurso de desenvolvimento local e nacional. Pretende ser uma referência nacional e internacional, no seu campo de atuação, contribuindo sempre para a implementação de políticas públicas neste setor. Fazer de cada cidadão um colaborador e parceiro comprometido com a preservação da memória e por conseguinte do património histórico e cultural de Cabo Verde, é um dos objetivos do IPC. Trata-se de uma instituição que prima pelo profissionalismo, aprimorando continuamente as suas competências, liderança, integridade, responsabilidade e compromisso com a missão de salvaguarda patrimonial.

Fica evidente uma visão estratégica do património cultural, alinhada com a nova agenda de desenvolvimento global assumida no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030¹⁰⁷ particularmente com o objetivo 11.4 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Este propósito visa fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o Património Mundial, inserindo-o nas dinâmicas socioculturais das comunidades onde se patenteiam e do PEDS (Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável), através da integração do novo conceito de valorização do património cultural no quadro do desenvolvimento sustentável. Através do qual se procura universalizar a sua identidade cultural e a “krioulidade” presentes na sua história e cultura, mormente na língua crioula cabo-verdiana, símbolo maior da mestiçagem cultural. Este património é partilhado com a humanidade, através do Atlântico e constitui, portanto, o legado que Cabo Verde quer continuar a partilhar e deixar às futuras gerações.

¹⁰⁷ BCSD Portugal, in <https://ods.pt/ods/>, (consultado em 10.09.024).

3.4. Políticas de salvaguarda e valorização do património cultural no contexto cabo-verdiano

À semelhança de outros países, também Cabo Verde tem vindo a evidenciar uma atenção crescente para com as questões relativas ao património, através de uma série de medidas de modo a salvaguardar e a valorizar este legado. A nível nacional, poder-se-á referir que tem vindo a registar-se uma evolução, em termos do quadro legal constituído pelas principais políticas de salvaguarda e valorização do património.

A preservação do Património Cultural tem sido, pois, uma preocupação constante desde a independência nacional. Portanto, durante o governo de transição após a independência, apontou-se para a necessidade de *“Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde. Orientar toda a atividade cultural e artística do Estado de molde a enquadrá-la na situação histórica atual, (...) e inserindo-a como parte atuante da cultura universal”*¹⁰⁸.

Cabo Verde tem enfrentado grandes desafios em diferentes domínios, sociais e económicos, ante a escassez de recursos. Com a independência formou-se uma comissão nacional para promover o restauro e a reabilitação, a defesa e a conservação dos monumentos nacionais e de outros valores do património artístico e cultural. Neste contexto, a primeira República determinava ser *“imperativo fundamental (...) criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural, (...) O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do povo cabo-verdiano.”*¹⁰⁹

Neste período, aconteceram as primeiras candidaturas (sem sucesso) a Património Mundial, da Cidade Velha e da “Tabanka”. Durante o último quarto do Séc. XX, com Cabo Verde como país independente, as intervenções levadas a efeito nos monumentos históricos em particular e no domínio cultural em geral, orientavam-se numa perspetiva mais protecionista do que valorativa, ou seja, o principal objetivo era garantir a conservação dos edifícios históricos do Património Cultural e não tanto a sua inserção no contexto sociocultural e económico do país e da sociedade da época.

Com o reconhecimento por parte da UNESCO, Cabo Verde abriu caminho para a cooperação com outros países no domínio cultural, rubricando o primeiro acordo de Cooperação Bilateral com Portugal em 21 de janeiro de 1977¹¹⁰. Visava a recuperação da Cidade Velha e a elaboração da História Geral de Cabo Verde.

Em 1978, de modo a materializar o imperativo anteriormente descrito, são criadas as primeiras instituições na área da cultura, nomeadamente a Direção Nacional da Cultura (DNC), que tem como

¹⁰⁸ Decreto Lei N.º 45/75, de 24 de Maio de 1975.

¹⁰⁹ Constituição da República de Cabo Verde de 13 de Outubro de 1980, artigo 16.º.

¹¹⁰ Decreto n.º 50/77 de 12 de Abril.

missão promover a recuperação do património cultural e “sensibilizar a UNESCO no sentido de declarar a Cidade Velha como Património Universal”¹¹¹.

Nesse mesmo ano e em 1980, Cabo Verde recebeu missões da UNESCO, com o objetivo de avaliar o estado de conservação do património cultural existente, potencialmente objeto de reconhecimento internacional por esta entidade. Por outro lado, a UNESCO pretendia capacitar os quadros técnicos e as instituições locais para procederem a ações de inventariação do património nacional, apoiando na criação do Instituto Nacional da Cultura. Estas missões conduziram à adesão do país à Convenção do Património Mundial em 1987, comprometendo-se junto da UNESCO, a proteger e valorizar o património cultural e natural nacionais, permitindo a sua transmissão às futuras gerações¹¹².

Assim, são criados instrumentos normativos com vista a garantir uma efetiva preservação e salvaguarda do património do país. Em 1984 é publicada a lei¹¹³, que declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado.

Em 1990 é aprovada a primeira Lei de Bases do Património Cultural¹¹⁴, e a Cidade Velha é classificada¹¹⁵ como Património Nacional. Em 1991, à medida que o Estado independente se vai afirmando e consolidando, com maior abertura política, dá-se um processo de reestruturação do setor da cultura do ponto de vista organizacional, com a criação do Ministério da Cultura de Cabo Verde, responsável por definir e pôr em prática um conjunto de orientações estratégicas nos domínios da cultura e do património. É neste quadro político que surgem as propostas de classificação a projetos estruturantes de recuperação, na Cidade Velha na ilha da Boavista, e na ilha de São Nicolau, bem como o projeto de valorização da língua materna. Em 1998¹¹⁶, a título experimental é instituído o Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (ALUPEC), que é definido como sendo um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som linguístico.

Com o dealbar do Séc. XXI e durante a VI legislatura que decorreu de 2001 a 2006, as orientações políticas sobre o Património Cultural apresentam a primeira lista indicativa dos elementos de maior interesse cultural junto da UNESCO. Entre os valores definidos, pretendia-se alavancar a diplomacia cultural, reforçar a cabo-verdianidade, a música e as artes cénicas (como o teatro e a dança), elevar a criação artística, as bibliotecas e os arquivos, facilitar o acesso e estimular a leitura.

¹¹¹ De acordo com a redação do Decreto-Lei n.º 45/75.

¹¹² Instituto de Património Cultural, in <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/>, (Consultado em 10.09.2024).

¹¹³ Lei n.º 48/II/84.

¹¹⁴ Lei n.º 102/III/90, 29 de Dezembro.

¹¹⁵ Decreto n.º 121/90, de 8 de Dezembro.

¹¹⁶ Decreto-Lei n.º 67/98, de 31 de Dezembro.

Mais tarde, já na VII legislatura há uma continuidade em termos de política cultural e do património com a legislatura anterior. As principais ações concentraram-se no objetivo de promover a reabilitação da Cidade Velha e garantir a sua elevação à categoria de Património Mundial, feito este alcançado em 2009. Para além deste, outros objetivos estavam identificados: a Musealização do Campo de Concentração do Tarrafal e efetivar a sua candidatura à categoria de Património Nacional, aprovar o alinhamento do país com instrumentos internacionais de proteção, nomeadamente do Património Imaterial e do Património Subaquático.

Durante a VIII legislatura, ou seja, entre 2011 e 2016¹¹⁷, o governo estabelece através do seu programa, a Salvaguarda do Património Nacional como uma exigência inerente à consciência da Nação. Consequentemente, constitui tarefa do governo tomar em devida conta a defesa e a afirmação do património material e imaterial de Cabo Verde. Neste período houve uma grande campanha de classificação dos bens na categoria de Património Nacional: Centros Históricos como, o Centro Histórico Ribeira Grande da Cidade Velha (ilha de Santiago) e declarados como património da humanidade, tem se o campo de concentração do Tarrafal (ilha de Santiago), o Centro Histórico da Praia (ilha de Santiago), o Centro Histórico de São Felipe (ilha do Fogo), o Centro Histórico de Nova Sintra (ilha da Brava) e dois bens imateriais (a morna e as Boas Festas).

A criação do IPC, Instituto do Património Cultural de Cabo Verde em 2014¹¹⁸, veio confirmar e pôr em prática a visão de sucessivos governos, acerca da necessidade de implementar uma entidade responsável por gerir o património cultural, através de um quadro legislativo cada vez mais exigente e da classificação dos diversos bens.

Na IX legislatura que decorreu de 2016 a 2021¹¹⁹, o principal objetivo para o sector do património cultural foi definido como a promoção do “Turismo Cultural (...), com o objetivo de mobilizar nacionais e estrangeiros para o conhecimento das tradições e do património material e imaterial do país, promovendo os locais históricos, com destaque para a Cidade Velha, e o turismo interno, a par da promoção cultural no mercado internacional”¹²⁰. Em 2017, Cabo Verde fez novo acordo, desta vez com Cuba, no domínio do património cultural. É ainda neste período e no quadro destas agendas, que Cabo Verde ambiciona a integração da Morna na Lista do Património Imaterial da Humanidade, através de uma candidatura submetida em Março de 2018, e o resultado foi obtido a 11 de dezembro do ano seguinte, quando a UNESCO declarou a morna como Património Cultural Imaterial da

¹¹⁷ Decreto-Regulamentar n.º 8/2014 de 10 de Fevereiro, p. 270.

¹¹⁸ Decreto-Regulamentar n.º 26/2014, 27 de Junho.

¹¹⁹ Programa do Governo de Cabo Verde, 2016-2021, p. 131.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 131.

Humanidade¹²¹. Em 2020, o Governo de Cabo Verde aprova¹²² o novo estatuto do Instituto do Património Cultural (IPC). Esta entidade afirma-se como o instituto público cuja tarefa visa identificar, inventariar, investigar, salvaguardar, defender e divulgar os valores da cultura, do património móvel e imóvel, material e imaterial do povo cabo-verdiano. Incluindo no domínio das tradições orais, da história, sociologia, antropologia, museologia e arqueologia. Foi ainda em 2020, que o Governo de Cabo Verde aprovou o estatuto¹²³ do IPC. Ora, o património cultural cabo-verdiano é extremamente rico e diversificado, pelo que o país é tido como referência a nível internacional. No decurso dos cinco séculos da sua vivência, o povo cabo-verdiano foi construindo e legando às gerações seguintes, um importante património, que nos dias de hoje testemunha a sua história e caracteriza a identidade cultural do seu povo.

É pretensão deste Instituto fomentar a pesquisa e promover ações de salvaguarda do património histórico e cultural. Devolver este legado à comunidade de forma a ser por ela utilizado como importante recurso de desenvolvimento local e nacional. Pretende ser uma referência nacional e internacional, no seu campo de atuação, contribuindo sempre para a implementação de políticas públicas neste setor. Fazer de cada cidadão um colaborador e parceiro comprometido com a preservação da memória e por conseguinte do património histórico e cultural de Cabo Verde, é um dos objetivos do IPC. Trata-se de uma instituição que prima pelo profissionalismo, aprimorando continuamente as suas competências, liderança, integridade, responsabilidade e compromisso com a missão de salvaguarda patrimonial.

Fica evidente uma visão estratégica do património cultural, alinhada com a nova agenda de desenvolvimento global assumida no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030¹²⁴ particularmente com o objetivo 11.4 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Este propósito visa fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o Património Mundial, inserindo-o nas dinâmicas socioculturais das comunidades onde se patenteiam e do PEDS (Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável), através da integração do novo conceito de valorização do património cultural no quadro do desenvolvimento sustentável. Através do qual se procura universalizar a sua identidade cultural e a “krioulidade” presentes na sua história e cultura, mormente na língua crioula cabo-verdiana, símbolo maior da mestiçagem cultural. Este património é partilhado com a humanidade, através do Atlântico e constitui, portanto, o legado que Cabo Verde quer continuar a partilhar e deixar às futuras gerações.

¹²¹ Instituto do Património Cultural (IPC), in <https://ipc.cv/patrimonio-imaterial/morna-patrimonio-cultural-imaterial-da-humanidade/>, (consultado em 10.09.2024)

¹²² Decreto-Regulamentar nº 3/2020, de 18 de Janeiro. Decreto este que revogou, portanto, o Decreto-lei nº 26/2014, de 17 de Junho.

¹²³ Decreto-Regulamentar nº 3/2020, de 17 de Janeiro e que revogou, entretanto, o decreto-lei nº 26/2014, de 17 de Junho.

¹²⁴ BCSD Portugal, in <https://ods.pt/ods/>, (consultado em 10.09.2024).

Em Cabo Verde, a salvaguarda e valorização do património constitui uma questão em discussão. Embora já se tenha feito muito, ainda há muito por fazer, face à diversidade do património cultural cabo-verdiano, que constitui a herança da identidade histórica e cultural do país.

Em abril de 2020, foi publicado¹²⁵ o Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural, que define as medidas e ações que precisam de ser implementadas para proteger, preservar e valorizar os bens materiais e imateriais com valor patrimonial. De entre tais medidas indicadas, destacam-se as seguintes:

- Reforçar a fiscalização e as medidas punitivas contra os crimes patrimoniais;
- Alargar a inventariação, investigação e divulgação do património construído;
- Assegurar à população, sobretudo às gerações mais novas, o conhecimento do seu património;
- Informar e sensibilizar a população sobre a importância da preservação do património;
- Envolver a comunidade local no plano de preservação dos bens patrimoniais;
- Desenvolver um plano de educação patrimonial;
- Recuperar e restaurar os edifícios do património degradados;
- Dar maior vida e funcionalidade aos edifícios do património;
- Promover a rentabilização económica do património, como fonte de desenvolvimento sustentável.

Ora, o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural, constituem um dever do Estado de Cabo Verde, das autarquias locais e de todos os membros da sociedade civil em geral.

Cabo Verde é um Estado que faz parte da Convenção de Paris¹²⁶, para a proteção do património mundial, cultural e natural. Sendo assim, a Convenção determina¹²⁷ que cada Estado Parte deve submeter, na medida do possível, ao Comité do Património Mundial (organismo responsável pela avaliação e entrada de bens na Lista do Património Mundial), um inventário dos bens do património cultural e natural, existentes no seu território.

De acordo com a legislação¹²⁸, os tipos de bens que atualmente integram o património cabo-verdiano são os seguintes:

- Monumentos (obras arquitetónicas, da escultura e da pintura);

¹²⁵ De acordo com a redação do Decreto-lei n.º 85/IX/2020 de 20 de Abril.

¹²⁶ UNESCO, in <https://whc.unesco.org/en/statesparties/cv> (Consultado em 22.08.2024).

¹²⁷ Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, III - Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural, de acordo com a redação do seu Art.º 11.

¹²⁸ B.O. I Série n.º 49, de 20 de Abril de 2020, Lei n.º 85/IX/2020, Art.º 12.

- Sítios (obras humanas ou conjuntas do Homem e da natureza);
- Conjuntos arquitetónicos (agrupamentos arquitetónicos urbanos e rurais);
- Monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, registos arquivísticos, bibliográficos e manifestações culturais imateriais.

Refira-se por último, que segundo os dados do IPC, o património cultural cabo-verdiano abrange os seguintes tipos de património: natural, cultural material e cultural imaterial.

Património natural:

- Parque Natural de Cova, Paul e Ribeira da Torre (ilha de Santo Antão);
- Parque Natural do Fogo – Chã das Caldeiras (ilha do Fogo);
- Salinas de Pedra de Lume (ilha do Sal);
- Parque Natural de Serra Malagueta (ilha de Santiago);
- Parque Natural de Monte Gordo (ilha de S. Nicolau);
- Dunas (ilha da Boa Vista);
- Reserva Natural de Santa Luzia e Ilhéus Raso e Branco.

Património cultural material:

- Sítio Histórico da Cidade Velha (ilha de Santiago);
- Centro histórico da Praia, i.e., Plateau (ilha de Santiago)
- Campo de concentração do Tarrafal (ilha de Santiago);
- Sobrados de S. Filipe (ilha do Fogo);
- Seminário-Liceu (ilha de S. Nicolau);
- Centro Histórico de Nova Sintra (ilha da Brava);
- Farol Dona Maria Pia – Prainha (ilha de Santiago).

Património cultural imaterial:

- Festa da bandeira de Nhô S. Filipe (ilha do Fogo);
- Festa de Nhô São João (ilha de Santo Antão);
- Tabanca (ilha de Santiago);
- Carnaval do Mindelo (ilha de São Vicente);
- Morna;
- Língua cabo-verdiana;
- Olaria de Fonte Lima (ilha de Santiago);
- Batuque.

3.5. Caracterização do Plateau no contexto da cidade da Praia

3.5.1. Localização geográfica da cidade da Praia

A Cidade da Praia localiza-se na zona sul da ilha de Santiago e faz fronteira com dois concelhos¹²⁹, o concelho de São Domingos a Nordeste e o concelho da Ribeira Grande de Santiago a Sudoeste (figura 5).

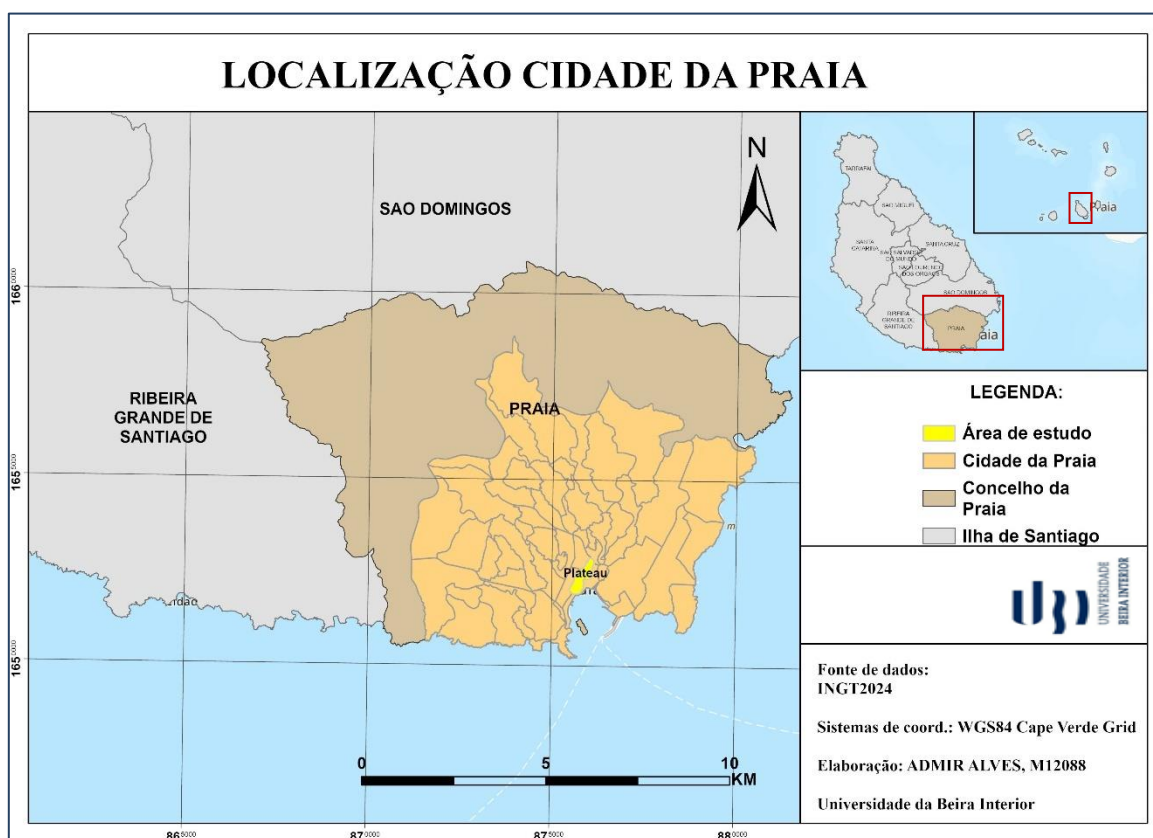


Figura 5: Localização Geográfica da Cidade da Praia com os concelhos envolventes.

A segunda metade do século XX assinalou o início de um período de expansão urbana da Cidade da Praia “nas vertentes mais próximas do Plateau”¹³⁰. De acordo com a mesma fonte, este processo de crescimento despoletou que na década de 1960 fossem elaborados vários planos urbanísticos para a cidade, da autoria de José Luís Amorim. Uma dessas figuras, o Plano Diretor da Cidade da Praia, foi

¹²⁹ Correia, Gilson B. de (2017), “Ordenamento do Território e a sua Relação com a Criminalidade na Cidade da Praia- Cabo Verde: Caso dos Bairros de Achada Santo António e Palmarejo”, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, p. 45.

¹³⁰ HPIP Património de Influência Portuguesa, in <https://hPIP.org/pt/contents/place/557> (consultado em 30.07.24).

elaborada em 1969, a par de vários outros Planos Parciais de Urbanização com “orientações estratégicas e estruturais para o posterior desenvolvimento de estudos parciais mais detalhados”¹³¹.

A Cidade da Praia é o maior centro de Cabo Verde, cuja área urbana corresponde a uma superfície de 97,90 Km², o que equivale a 2,4% da superfície emersa do arquipélago e a uma densidade populacional de 1.485 hab/Km²¹³². É o principal Pólo económico do país, pois ali concentra a maior parte das empresas e dos serviços, sendo que este último setor emprega mais de 80% da população ativa.

Em termos demográficos, o município da Praia é o maior do arquipélago. Representa cerca de 1/3 (29,59%) do total dos residentes em Cabo Verde, com uma população de 145.378 habitantes¹³³. A maioria são mulheres, com 73.575 pessoas (50,61%) e 71.803 do sexo masculino (49,39%)¹³⁴.

Em termos de estrutura etária, verifica-se que a população do município da Praia é maioritariamente pertencente ao intervalo entre os 15 e os 64 anos de idade (tabela 1) com 66,69% do total dos residentes. Segue-se a população nas faixas etárias mais novas, até aos 14 anos, que representa cerca de 1/3 (28,97%) do total. Os mais idosos, com idade superior a 65 anos, representam apenas 4,34% dos efetivos.

Trata-se, portanto, de um município jovem onde existe apenas um idoso por cada 4 jovens e uma forte representatividade da população em idade ativa. Estes indicadores demográficos evidenciam elevadas potencialidades de desenvolvimento do município, de renovação das gerações e de mão de obra em idade ativa.

¹³¹ Ibidem, in <https://hpiip.org/pt/contents/place/557> (consultado em 30.07.24).

¹³² INE Cabo Verde, Indicadores Gerais da População, por Concelho, V Recenseamento Geral da População (2021), in <https://inecabo Verde.maps.arcgis.com/apps/instant/basic/index.html?appid=06891dd92e3340c8ae6217e2d855eb53>, (Consultado em 06.08.2024).

¹³³ Ibidem, in <https://inecabo Verde.maps.arcgis.com/apps/instant/basic/index.html?appid=06891dd92e3340c8ae6217e2d855eb53>, (Consultado em 06.08.2024).

¹³⁴ Ibidem, in <https://inecabo Verde.maps.arcgis.com/apps/instant/basic/index.html?appid=06891dd92e3340c8ae6217e2d855eb53>, (Consultado em 06.08.2024).

SEXO						
GRUPOS ETÁRIOS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
0 a 14	21 411	14,73	20 702	14,24	42 113	28,97
15 - 64	47 940	32,98	49 013	33,71	96 953	66,69
65 +	2 452	1,69	3 860	2,66	6 312	4,34
TOTAL	71 803	49,39	73 575	50,61	145 378	100,00

Tabela 1: População residente no concelho de Praia, em 2021, por sexo e grupos etários.

(Fonte: Com base em INE (Censo 2021)).

3.5.2. O Plateau - Área de estudo

O Plateau é o espaço urbano central, (figura 6) também designado por Centro Histórico da Praia. Está classificado como património nacional e cultural da UNESCO desde 2013¹³⁵. Corresponde a um primitivo núcleo populacional, com 28 hectares de superfície, situado no planalto naturalmente fortificado de Santa Maria da Vitória, sobranceira ao porto marítimo.

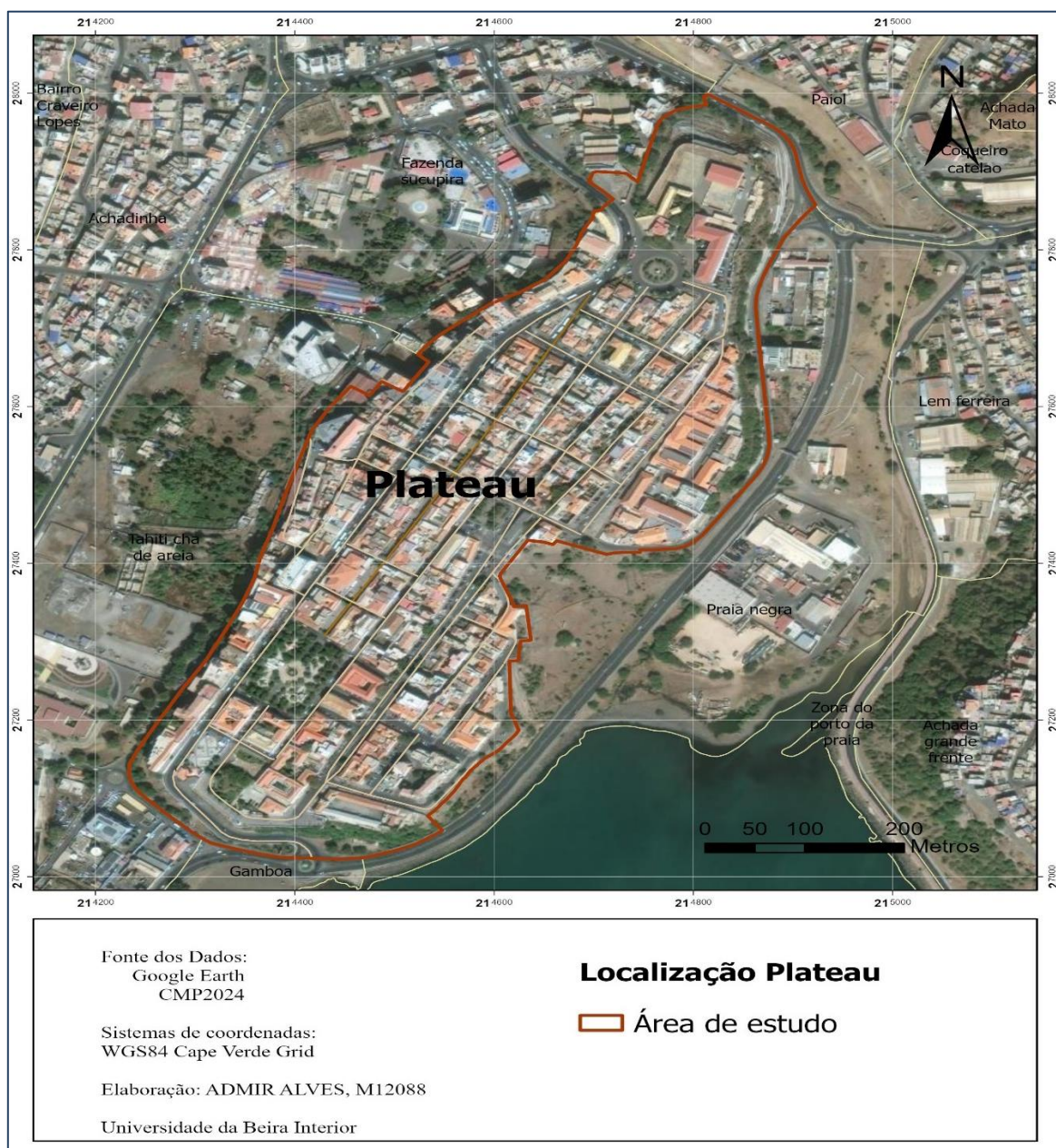


Figura 6: Localização Geográfica e Delimitação do Plateau, Cidade da Praia.

(Fonte: Com base google earth)

O povoamento de Cabo-Verde, remonta ao Séc. XV¹³⁶, quando os portugueses criaram na Ribeira Grande de Santiago, o primeiro assentamento urbano, a atual Cidade Velha. No Séc. XVI¹³⁷, o seu declínio é indissociável da origem do assentamento urbano da Cidade da Praia, no Plateau. Atualmente, o principal eixo viário é a rua Amílcar Cabral, com a extensão aproximada de 500 metros, de Norte a Sul. Em termos arquitetónicos, o estilo que mais sobressai é o designado neoclássico colonial¹³⁸.

Como principais pontos de interesse, destaca-se a praça Alexandre de Albuquerque rodeada de edifícios emblemáticos, tais como, o Palácio de Justiça, a Câmara Municipal da Praia ou a Igreja de Nossa Senhora da Graça.

De acordo com o Plano Diretor Municipal da cidade da Praia¹³⁹, a zona do Plateau está integrada na designada UOPG 2 da Praia Centro (U2). Esta zona corresponde, portanto, a áreas urbanas (U2), consideradas estruturantes no modelo territorial da cidade.

Em termos populacionais¹⁴⁰, o espaço urbano do Plateau tem uma população de 915 residentes, o que representa cerca de 0,63% da população da cidade da Praia, sendo 509 indivíduos do sexo masculino (55,63%) e 406 do sexo feminino (44,37%). Sendo, portanto, um dos bairros com menor quantitativo de população residente, quando comparado com outros de densidade populacional mais elevada, tais como os bairros de Palmarejo ou de Achada Santo António onde residem 13.416 habitantes e 10.843 habitantes respetivamente (figura 7).

¹³⁶ Gestor Património Cultural, in http://gestorpatrimoniocultural.cicop.com/PRAIA/PLATEAU_ou_PLAT%C3%94, (consultado em 06.08.2024).

¹³⁷ Inventário dos Recursos Turísticos (2015), Município da Praia, p. 9.

¹³⁸ Varela, Gilson B. T. (2013), “Estratégia de reabilitação integrada do centro histórico da Praia”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra. p. 85.

¹³⁹ Plano Diretor Municipal da Praia, 4ª versão - Novembro/2016, p. 35.

¹⁴⁰ INE Cabo Verde, Indicadores Gerais da População, por Concelho, V Recenseamento Geral da População (2021), p. 120.

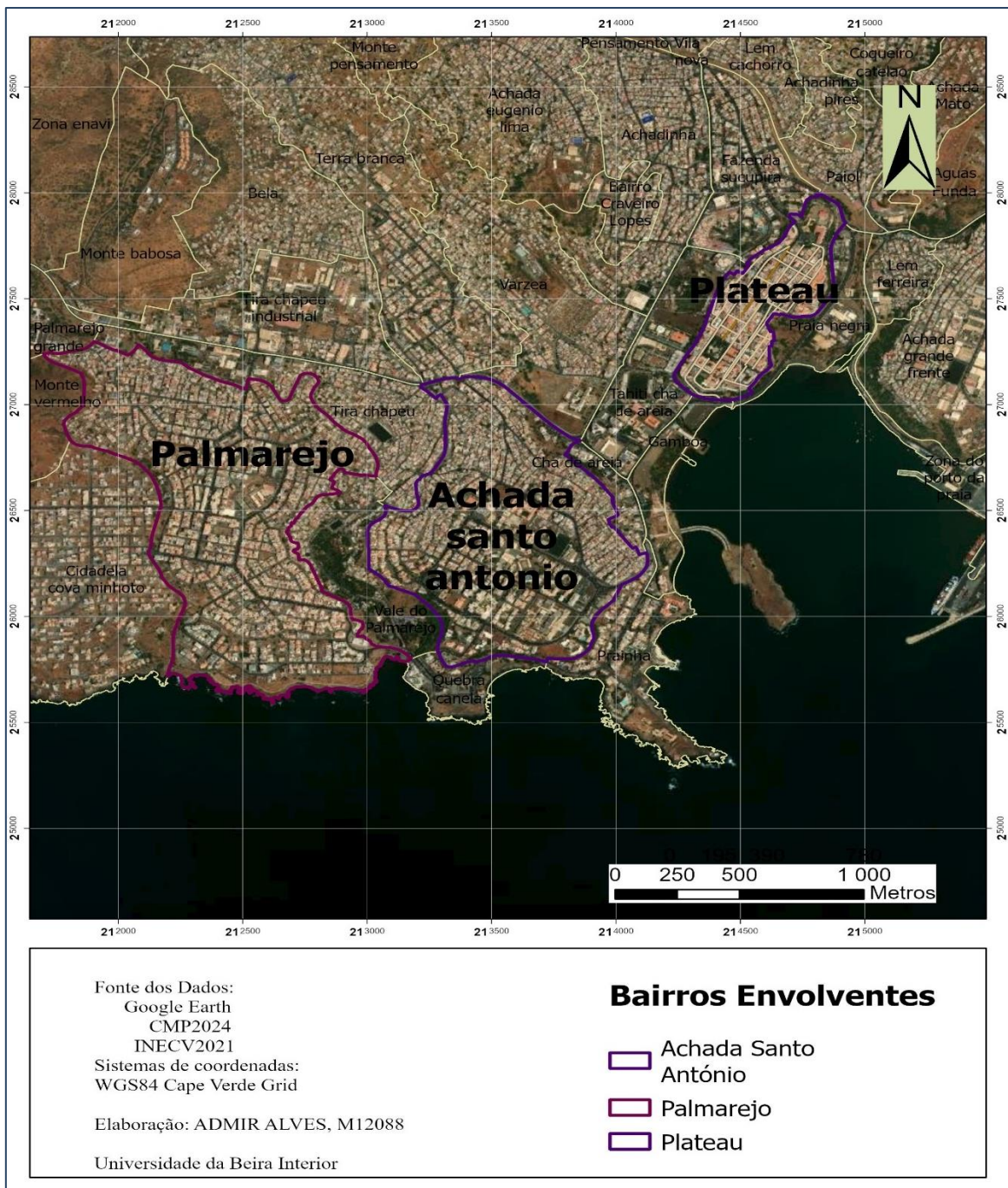


Figura 7: Localização do Bairros envolventes ao Plateau, com maior concentração de população. (Fonte: Com base Google earth)

Refira-se, por último, que o bairro do Plateau, pela sua importância histórica no contexto da origem da cidade, preserva ainda hoje um legado patrimonial que urge salvaguardar e valorizar. A falta de

estudo nesta matéria, colocam em perigo a sua identidade. Ora, é precisamente neste propósito que reside a oportunidade da temática presente nesta dissertação.

3.6. Síntese conclusiva

Como se pôde analisar ao longo do presente capítulo, a localização do arquipélago de Cabo Verde no oceano Atlântico situa-se a cerca de 450 km a Oeste da costa do Senegal. Geograficamente organiza-se em duas zonas, as 6 ilhas do Barlavento e as 4 ilhas do Sotavento. Esta localização estratégica, promoveu historicamente intercâmbios comerciais e culturais com outros países e favoreceu o crescimento de uma cultura rica e diversificada, transformando-se num centro de influência mundial.

Económica e demograficamente, o arquipélago evidencia um país em crescimento, com uma economia em transformação e uma população jovem e ativa. Contudo, ainda enfrenta alguns desafios, como a procura por um equilíbrio entre a emigração e o desenvolvimento local sustentável.

Quanto ao património cultural cabo-verdiano, é um elemento essencial da identidade nacional, ilustrando a fusão de influências com outras culturas. A sua salvaguarda e valorização é fundamental para preservar a sua história e tradições. Pelo que urge políticas para garantir a proteção desta herança cultural, que assegurem a preservação das tradições e dos monumentos, promovam o crescimento socioeconómico, e impulsionem um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A Cidade da Praia é reconhecida como um símbolo importante do património cultural, o maior centro urbano do país e o principal Pólo económico.

O Plateau ou Centro Histórico da Cidade da Praia, está classificado como património nacional e cultural da UNESCO e é considerado um símbolo da história e da identidade da cidade, servindo como elo entre o passado colonial e a modernidade dinâmica do arquipélago. A sua preservação é determinante para a memória histórica da cidade e do país.

CAPÍTULO 4 - Aplicação dos SIG ao Património Cultural do Plateau

Tal como referido na Introdução, este capítulo é o ponto central desta dissertação. Pretende proceder à aplicação dos SIG ao património cultural do Plateau. Começa por proceder ao mapeamento das infraestruturas culturais, fazendo a sua contextualização no Plano Diretor Municipal da Cidade da Praia. Depois cria a base de dados correspondente aos principais atributos que descrevem os elementos do património cultural, anteriormente mapeados, recorrendo ao *software ArcGIS-Pro®*.

Em síntese, este ponto tem como objetivo proceder à aplicação do *software ArcGIS-Pro®*, ao património cultural localizado no Plateau da Cidade da Praia. Bem como analisar os seus resultados. Visa identificar os tipos de infraestruturas do património cultural existentes no Plateau, produzindo a respetiva cartografia e base de dados.

4.1. Mapeamento das infraestruturas

4.1.1. Levantamento do património

Identifica-se um total de **74 infraestruturas** consideradas, pelo IPC, como património cultural imóvel de Cabo Verde, localizadas na área geográfica do Plateau.

Encontram-se agregadas nos seguintes **10 tipos de infraestruturas**, de acordo com o seu uso ou origem: administrativas, comemorativas, educativas, financeiras, hospitalares, militares, recreativas, religiosas, residenciais e de segurança (tabela 2).

TIPOS DE INFRAESTRUTURAS		
Tipos de Infraestruturas	Quantidade	Porcentagem
Administrativas	12	16,22%
Comemorativa	3	4,05%
Educativa	3	4,05%
Financeira	2	2,7%
Hospitalar	1	1,35%
Militar	2	2,7%
Recreativa	3	4,05%
Religiosa	2	2,7%
Residencial	45	60,81%
Segurança	1	1,35%
TOTAL	74	100%

Tabela 2: Tipos de infraestruturas do património cultural localizadas no Plateau, Cidade da Praia.
(Fonte: Com base em IPC)

Como se pode observar (tabela 2, gráfico 1, gráfico 2 e gráfico 3) dos 10 tipos de infraestruturas do património existentes no Plateau, a maioria são de cariz residencial, correspondendo a 45 infraestruturas, ou seja, cerca de 60% do total, mais de metade de todo o património existente na área de estudo. De seguida, a grande distância, surgem as infraestruturas associadas ao tipo administrativo, com 12 exemplos, ou seja, cerca de 16%. Com menor expressão identificam-se as infraestruturas de tipo comemorativo, educativo e recreativo, representando 3 infraestruturas cada, ou seja, cerca de 4% cada uma delas, em relação ao total. As menos representadas são as infraestruturas dos tipos financeiro, militar e religioso, com 2 elementos do património cada uma delas, ou seja, 2,70%. Em último lugar surgem as infraestruturas dos tipos hospitalar e de segurança, com um exemplo cada, correspondente a 1,35%.

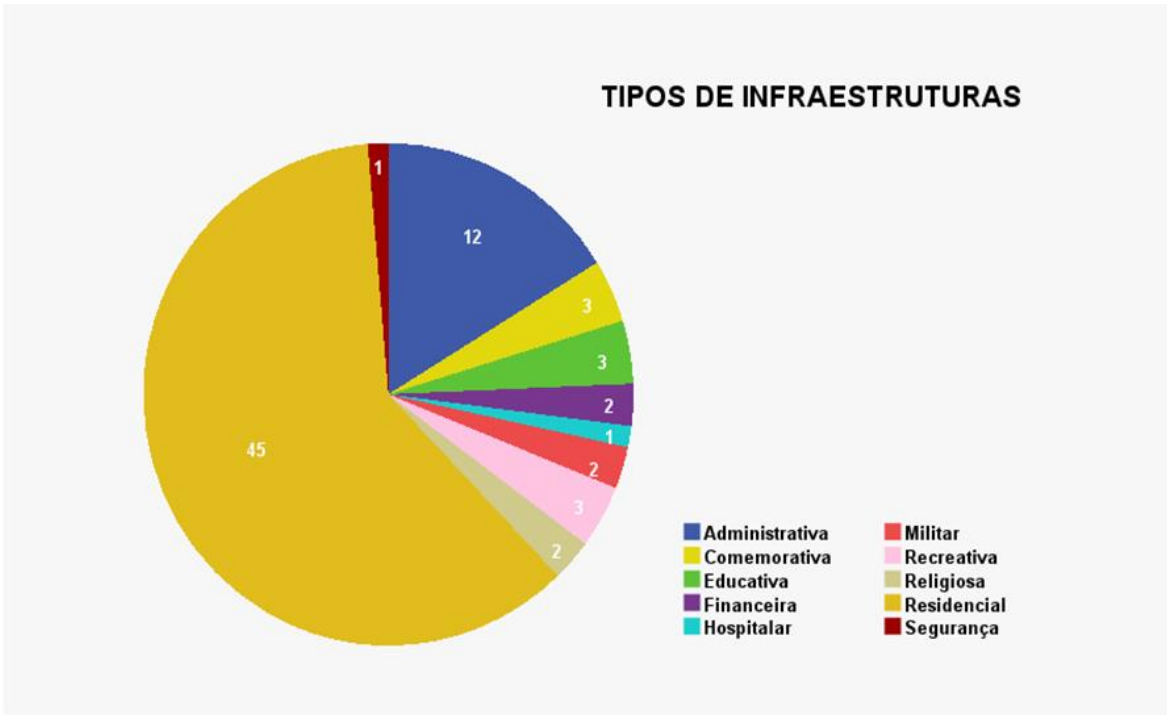


Gráfico 1: Tipos de infraestruturas do património cultural em número, localizadas no Plateau.

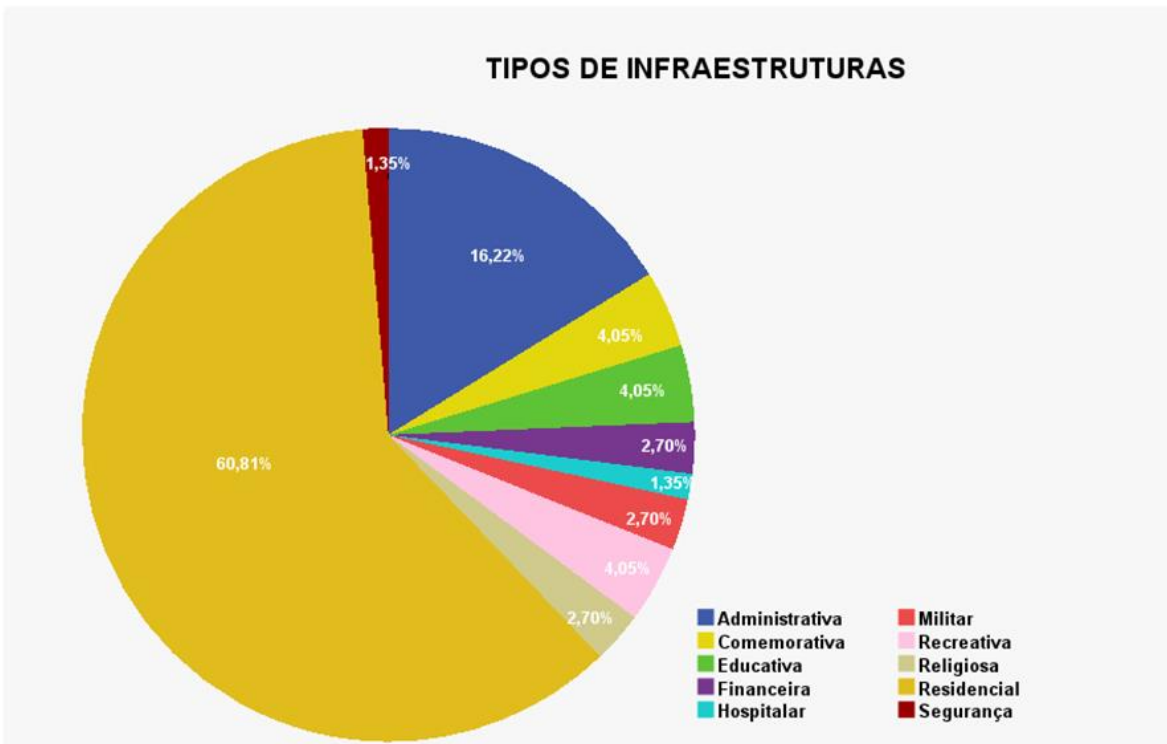


Gráfico 2: Tipos de infraestruturas do património cultural localizadas no Plateau.

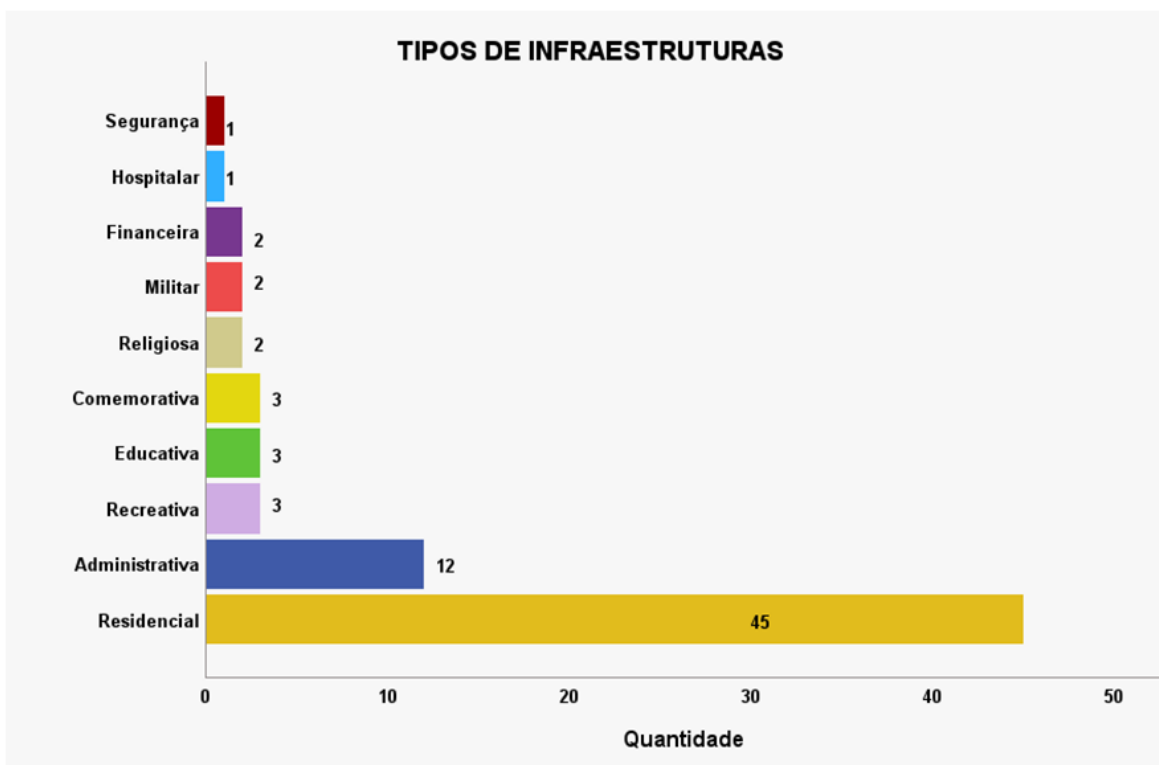


Gráfico 3: Tipos de infraestruturas do património cultural em número, localizadas no Plateau.

Quanto ao nível de proteção do património cultural verifica-se que a grande generalidade (91,9%) dos 74 exemplos, ou seja, 68 infraestruturas estão inventariadas (figura 8, gráfico 3 e gráfico 4). Apenas 6 estão não inventariadas, ou seja, o equivalente a 8,1%. Destas, duas delas localizam-se na zona norte do Plateau, uma de cariz administrativo, o (I48) GAEEIS- Gabinete de Atendimento das Evacuações Externas Inclusão Social e outra residencial (I63) correspondente à Casa do Bispo.

Duas localizam-se na zona mais a sul, o Palácio da Presidência da República (I31) e a Procuradoria da República Comarca da Praia (I73), ambas de índole administrativo. As duas restantes situam-se uma mais a norte, (I23) Casa Sra. Maria Livramento e mais no centro, (I34) a Sede da AJOC, ambas residenciais.

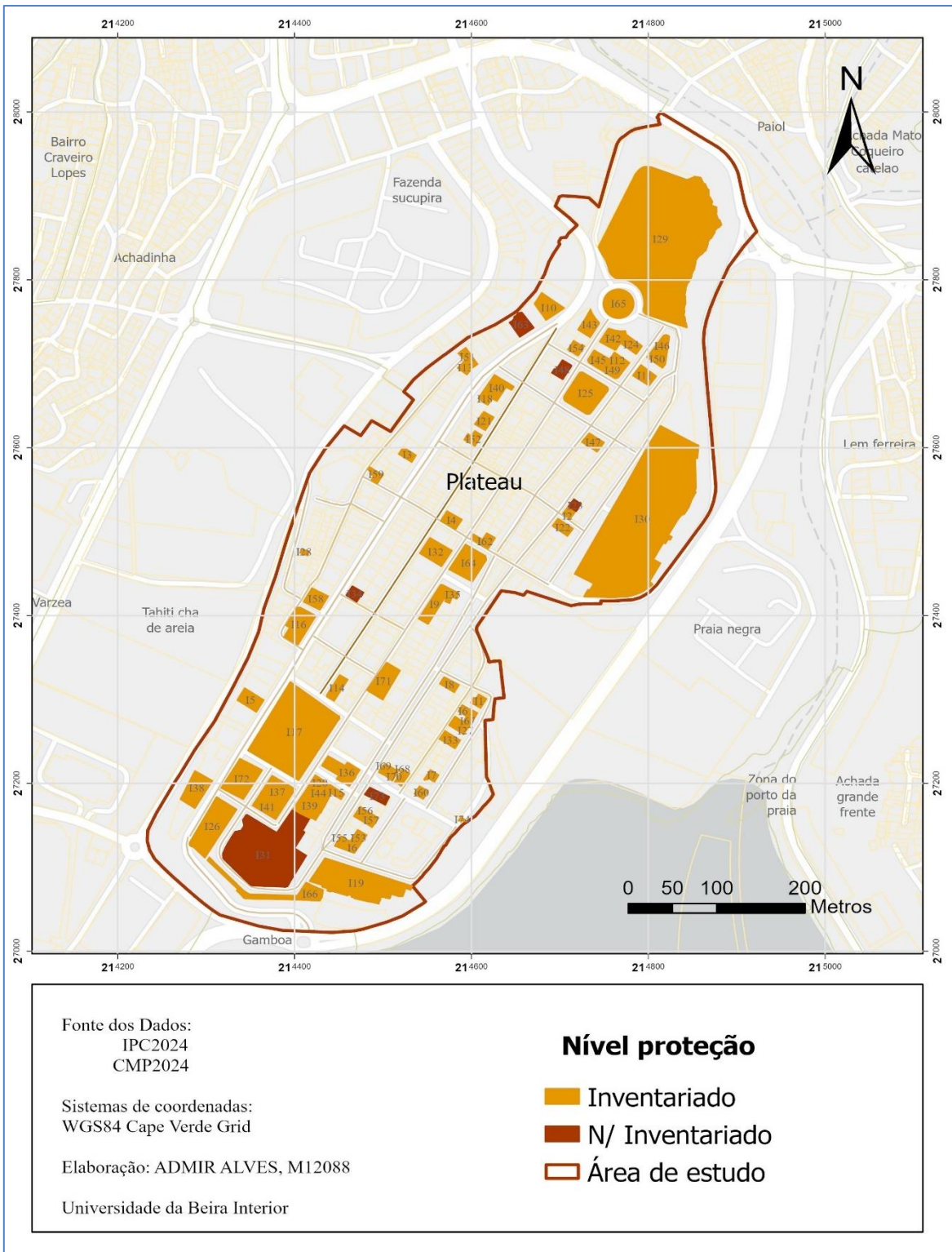


Figura 8: Níveis de proteção das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

Uma análise mais detalhada (gráfico3 e gráfico4) revela que apenas em dois tipos, residencial e administrativo existem infraestruturas não inventariadas (N/Q), correspondentes a 4,05% em cada um destes tipos.

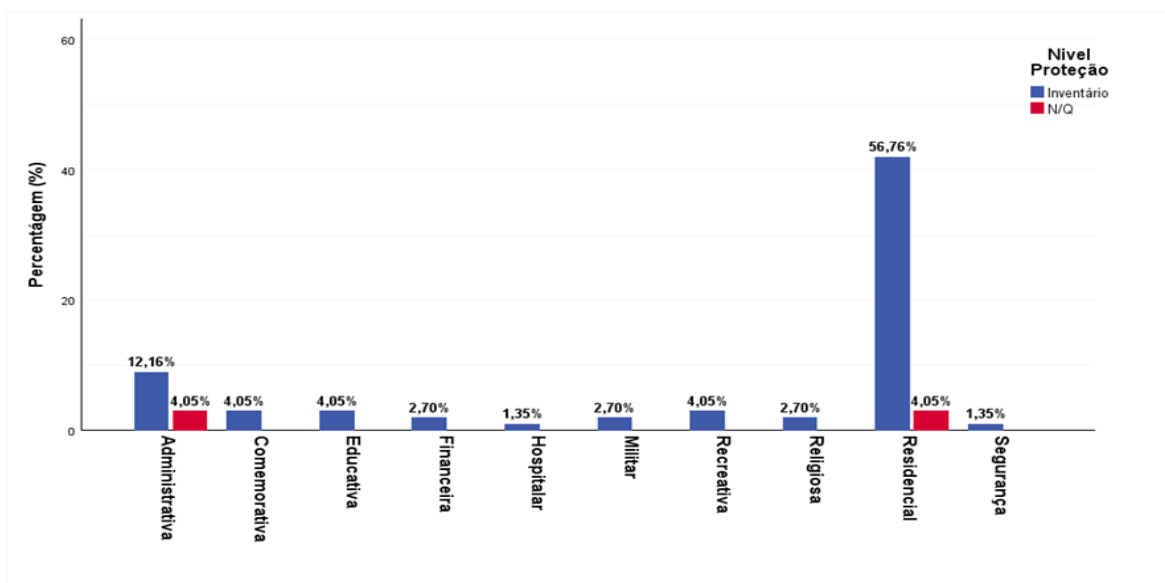


Gráfico 3: Níveis de proteção das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

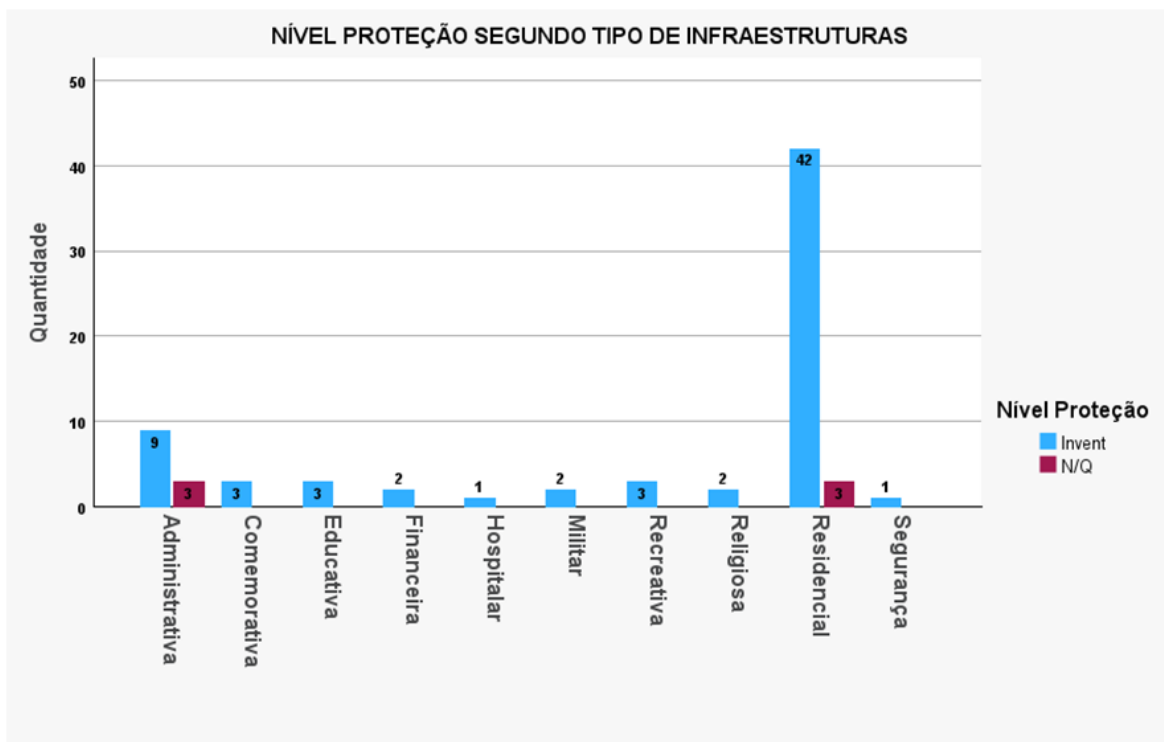


Gráfico 4: Níveis de proteção segundo o tipo de Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

4.1.2. Descrição dos tipos de património

A metodologia utilizada para o levantamento e mapeamento das infraestruturas do património do Plateau no ArcGIS-Pro® seguiu as seguintes etapas:

- 1.ª etapa:** Identificação das infraestruturas do património tendo como fonte o IPC e seu mapeamento com a respetiva localização georreferenciada;
- 2.ª etapa:** Numeração das infraestruturas do património com letra correspondente ao tipo em que se enquadra e número sequencial, a começar em 1, para todas as infraestruturas que se encontram dentro do mesmo tipo, segue **em anexo** o quadro com as respetivas numerações;
- 3.ª etapa:** Reprodução de cartografia para cada um dos atributos considerados pertinentes nesta dissertação, para caracterizar as infraestruturas do património e criação da respetiva base de dados;
- 4.ª etapa:** Análise crítica e comparativa dos resultados, com a produção de informação estatística adicional (quadros, tabelas e gráficos).

Infraestruturas Administrativas

- **12 do Tipo Administrativo (IA):** estão distribuídas em dois núcleos no Plateau, a maioria a sul e as restantes a norte (figura 9):
 - Escritório Luso-Africana (IA1), com uma superfície de ocupação de 337,39 m². Data de 1950. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Palácio da Presidência da República (IA2), com uma superfície de ocupação de 5.885,58 m². Data de 1849. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Paços do Concelho (IA3), com uma superfície de ocupação de 851,43 m². Data de 1860. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa do Cidadão (IA4), com uma superfície de ocupação de 833,97 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Ministério de Administração Interna (IA5), com uma superfície de ocupação de 480 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - ICIEG- Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género (IA6), com uma superfície de ocupação de 468,01 m². Data de 1940. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - ACOLP- Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria (IA7), com uma superfície de ocupação de 404,21 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Delegação do Ministério da Educação da Praia (IA8), com uma superfície de ocupação de 309,16 m². Data de 1940. Tem 1 Piso. Em Bom estado de conservação;
 - GAEEIS- Gabinete de Atendimento das Evacuações Externas Inclusão Social (IA9), com uma superfície de ocupação de 270,18 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - CCSL - Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres (IA10), com uma superfície de ocupação de 110,07 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (IA11), com uma superfície de ocupação de 135,64 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;

- Procuradoria da República Comarca da Praia (IA12), com uma superfície de ocupação de 281,55 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

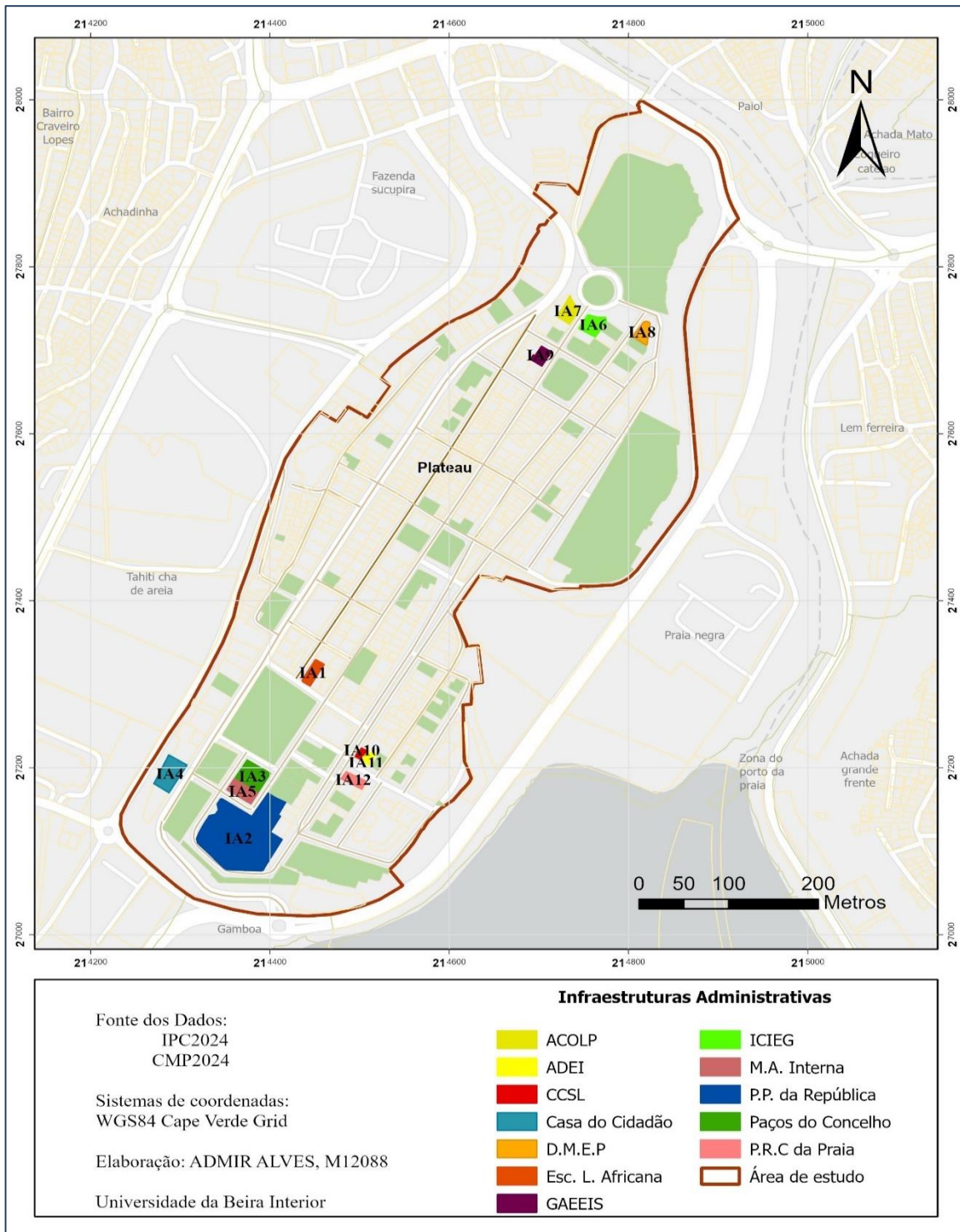


Figura 9: Infraestruturas do património cultural do tipo administrativo, localizadas no Plateau.

- **3 do Tipo Comemorativo (IC):** localizam-se uma delas a norte, o memorial do descobrimento de Cabo Verde e as restantes a sul do Plateau (figura 10):
 - Obelisco (IC1), com uma superfície de ocupação de 1.726,83 m². Data de 1939. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Memorial do Descobrimento de Cabo Verde (IC2), com uma superfície de ocupação de 954,22 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Estátua de Diogo Gomes (IC3), com uma superfície de ocupação de 1.073,47 m². Data de 1958. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.

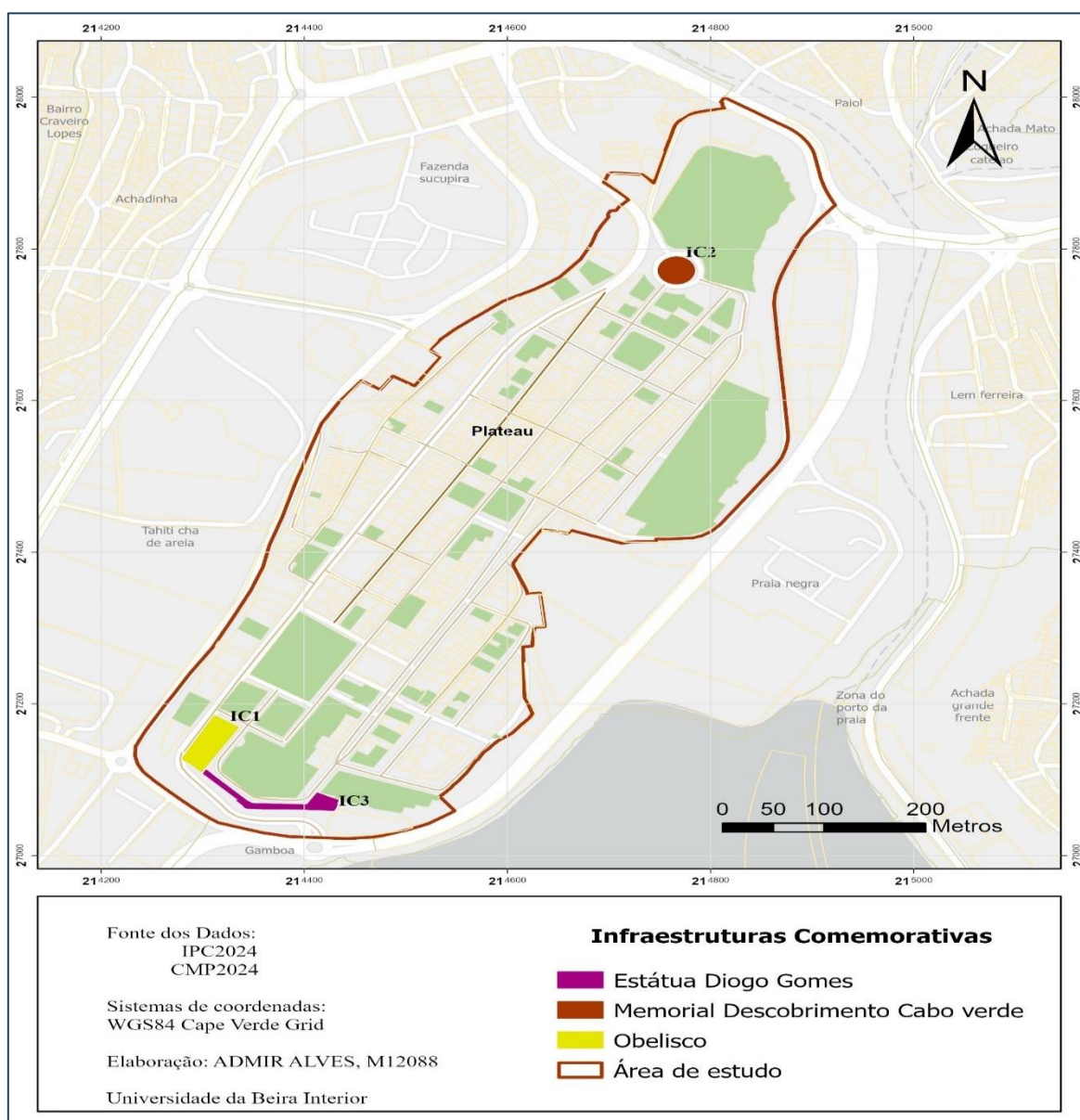


Figura 10: Infraestruturas do património cultural do tipo comemorativo, localizadas no Plateau.

- **3 do Tipo Educativo (IE):** O Liceu Domingos Ramos localiza-se na zona norte e as restantes infraestruturas educativas encontram-se localizadas na zona central (figura 11):
 - Liceu Domingos Ramos (IE1), com uma superfície de ocupação de 16.000 m². Data de 1960. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Escola Grande (IE2), com uma superfície de ocupação de 667,7 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa da Música-Unicv (IE3), com uma superfície de ocupação de 262,27 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

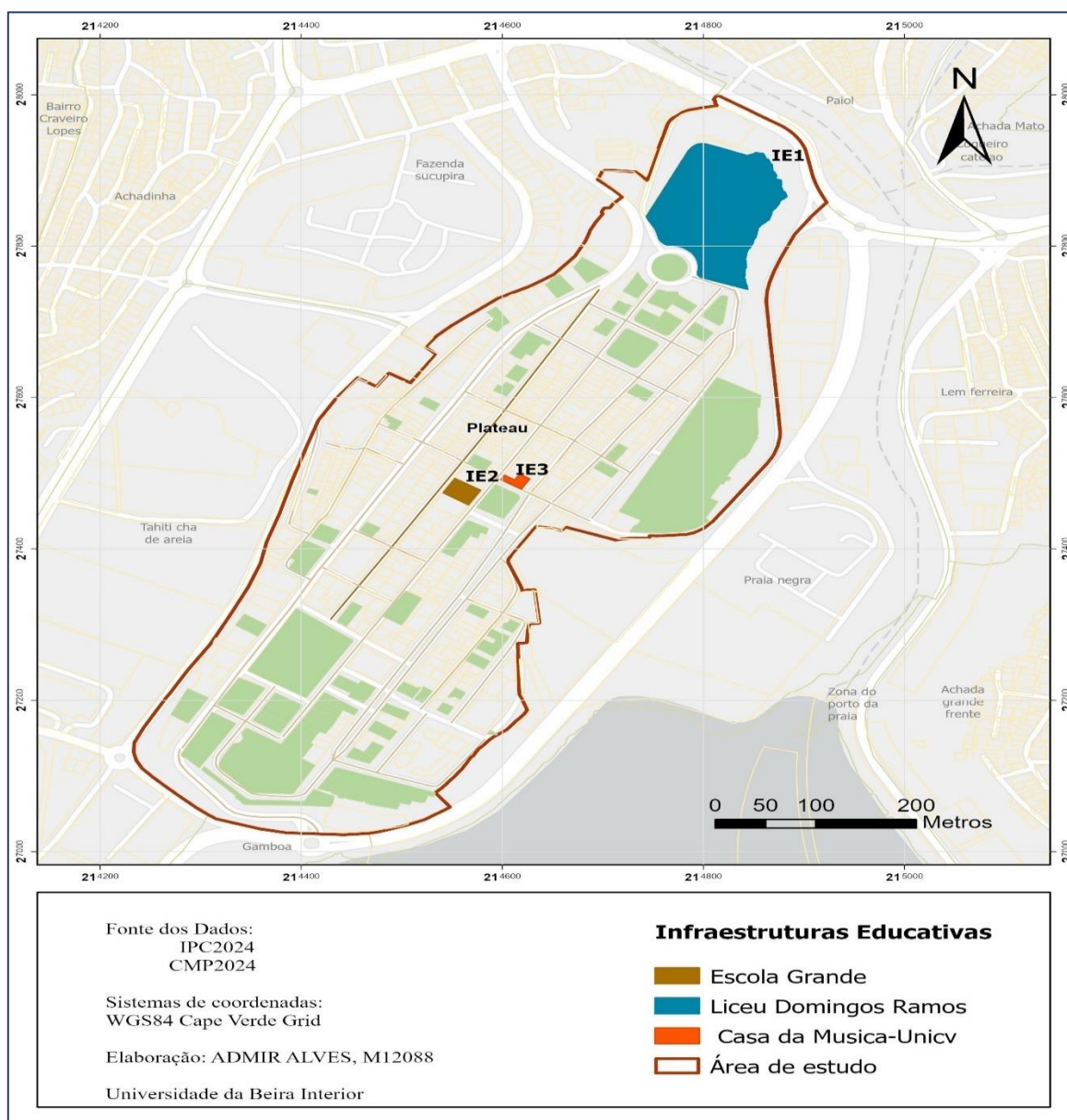


Figura 11: Infraestruturas do património cultural do tipo educativo, localizadas no Plateau.

- **2 do Tipo Financeiro (IF):** localizam-se na zona sul do Plateau (figura 12):
 - Banco de Cabo Verde - Antigas Galerias (IF1), com uma superfície de ocupação de 894,51 m². Data não definida. Tem 6 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Banco Comercial do Atlântico (IF2), com uma superfície de ocupação de 1.196,56 m². Data 1915. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

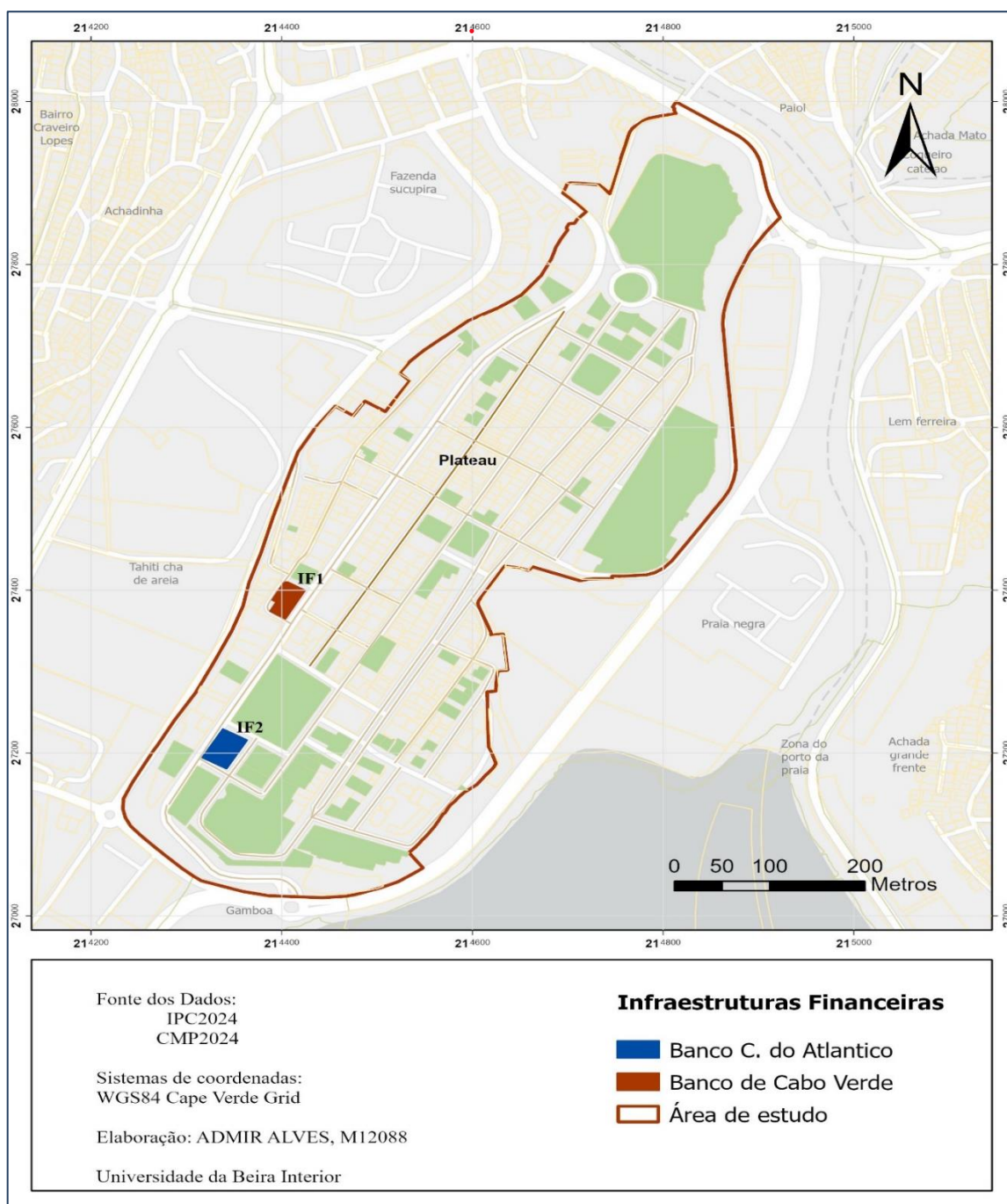


Figura 12: Infraestruturas do património cultural do tipo financeiro, localizadas no Plateau.

- **1 do Tipo Hospitalar (IH):** a infraestrutura hospitalar encontra-se na zona nascente do Plateau (figura 13):
 - Complexo Hospitalar da Praia (IH1), com uma superfície de ocupação de 15.000 m². Data de 1841. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

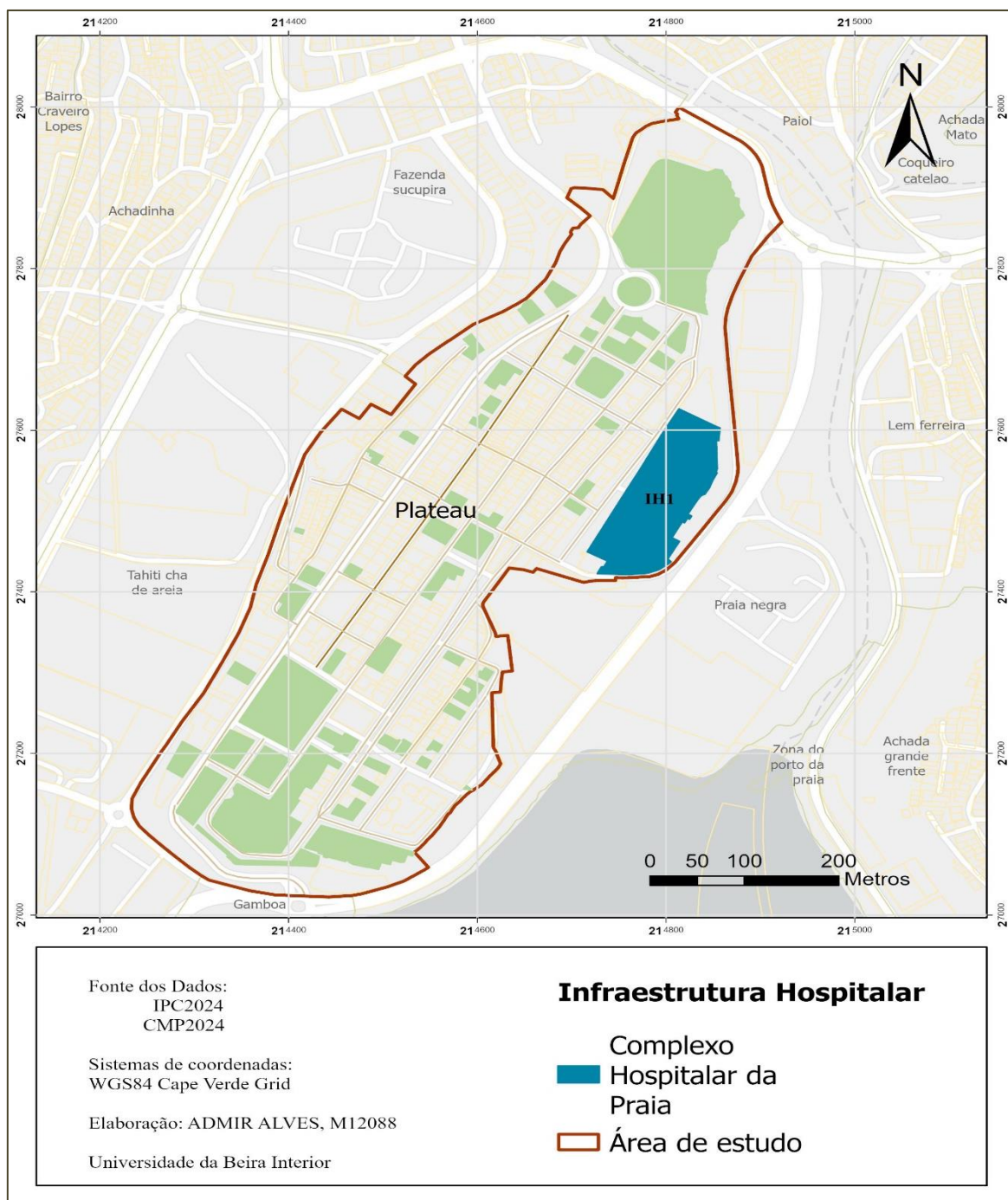


Figura 13: Infraestruturas do património cultural do tipo hospitalar, localizadas no Plateau.

- **2 do Tipo Militar (IM):** localizam-se ambas na zona sul do Plateau (figura 14):
 - Quartel Jaime Mota (IM1), com uma superfície de ocupação de 3.187,01 m². Data de 1862. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
 - Miradouro do Cruzeiro (IM2), com uma superfície de ocupação de 27,68 m². Data de 1880. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.

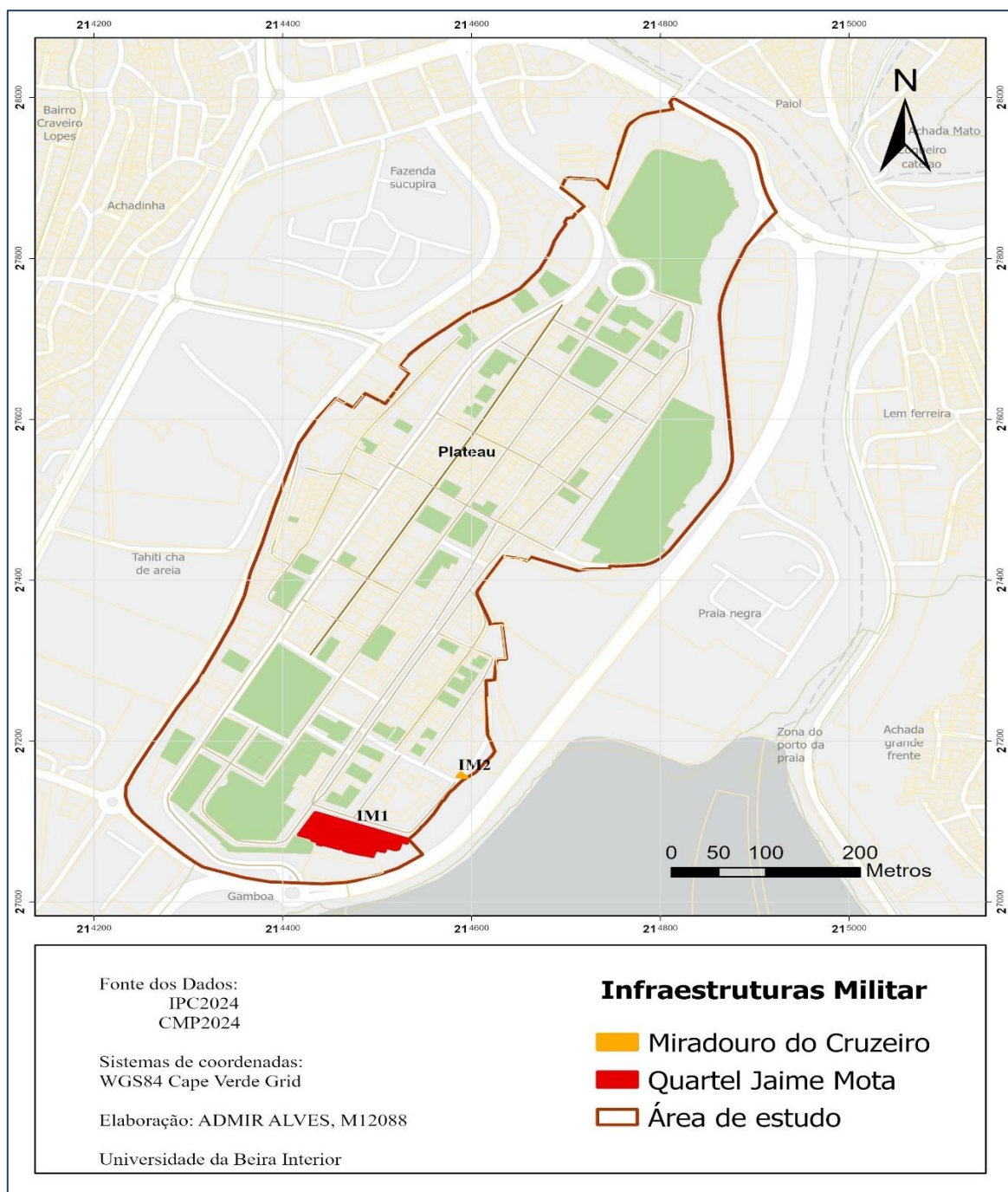


Figura 14: Infraestruturas do património cultural do tipo militar, localizadas no Plateau.

- **3 do Tipo Recreativo (IRC):** A Praça Alexandre Albuquerque localiza-se a sul do Plateau e as restantes infraestruturas recreativas localizam-se na zona central (figura 15):
 - Cinema da Praia (IRC1), com uma superfície de ocupação de 620,55 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Praça Alexandre Albuquerque (IRC2), com uma superfície de ocupação de 6.368,89 m². Data de 1876. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Praça Luís de Camões (IRC3), com uma superfície de ocupação de 1.058,7 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.

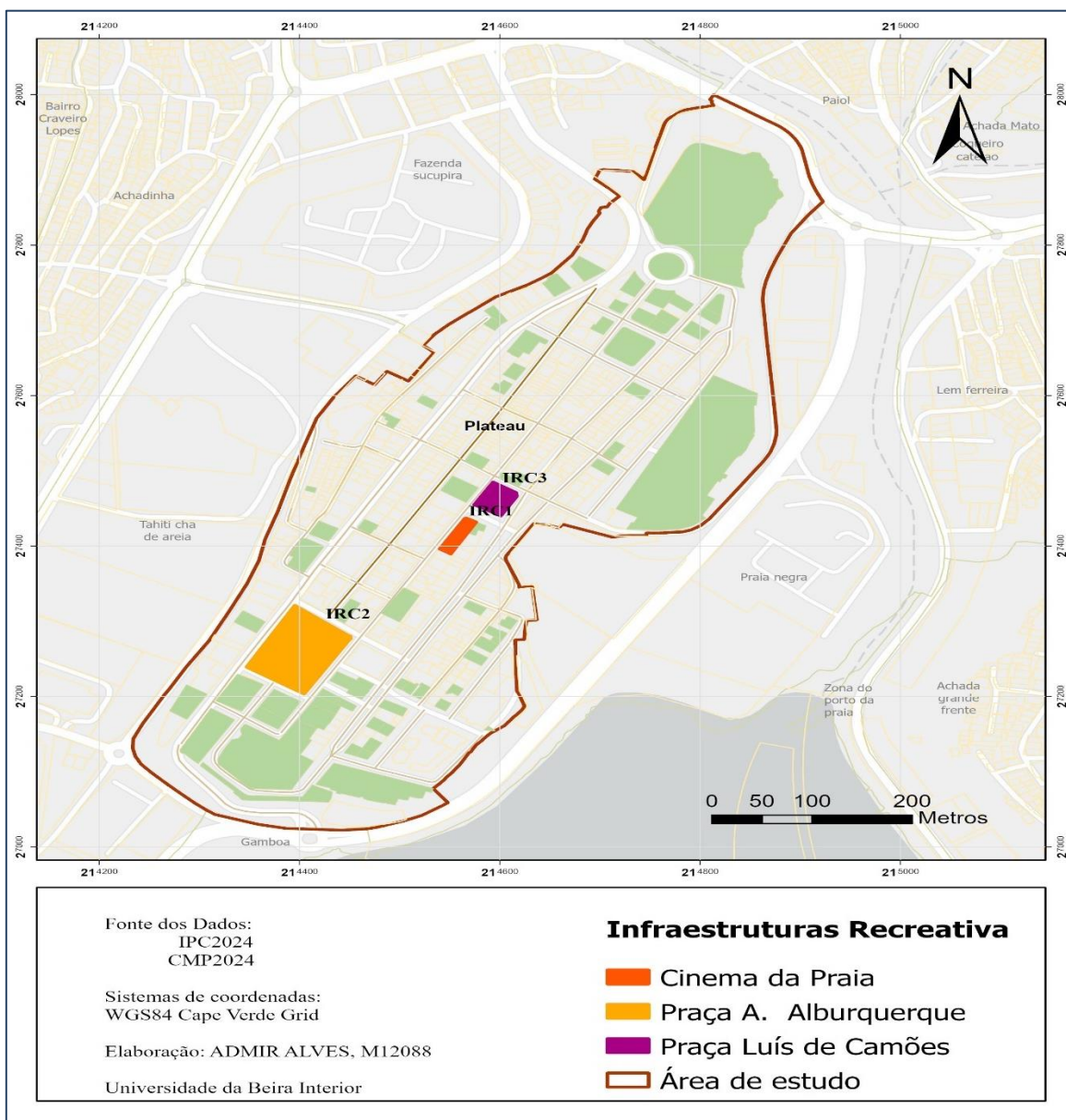


Figura 15: Infraestruturas do património cultural do tipo recreativo, localizadas no Plateau.

- **2 do Tipo Religioso (IRG):** uma delas encontra-se na zona norte do Plateau e a outra na zona sul (figura 16):
 - Igreja do Nazareno (IRG1), com uma superfície de ocupação de 1.504,68 m². Data de 1937. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (IRG2), com uma superfície de ocupação de 724,54 m². Data de 1902. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.

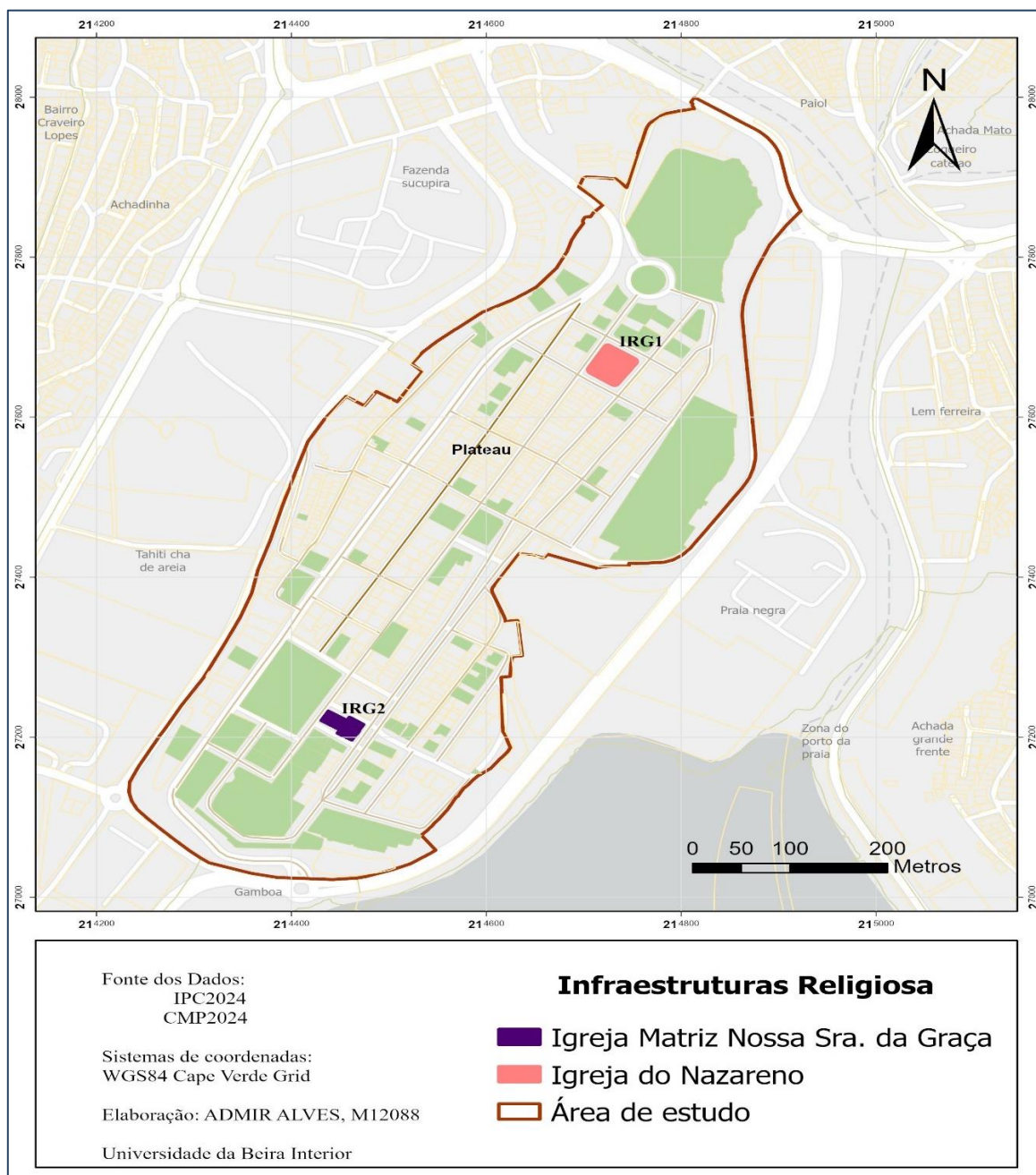


Figura 16: Infraestruturas do património cultural do tipo religioso, localizadas no Plateau.

- **45 do Tipo Residencial (IRS):** estão distribuídas um pouco por todo o Plateau (figura 17):
 - Casa a identificar (IRS1), com uma superfície de ocupação de 166,49 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
 - Casa - Boutique Janete (IRS2), com uma superfície de ocupação de 118,57 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
 - Sobrado "Sab" (IRS3), com uma superfície de ocupação de 180,11 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
 - Sobrado Nhô Felisberto (IRS4), com uma superfície de ocupação de 284,04 m². Data de 1850. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
 - Palácio Cultura Ildo Lobo (IRS5), com uma superfície de ocupação de 446,67 m². Data de 1800. Tem 3 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa do Senhor "Pantchol" (IRS6), com uma superfície de ocupação de 131,7 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
 - Casa Herdeiros Sr. Anibal (IRS7), com uma superfície de ocupação de 131,63 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Sobrado, Sr. Renato Silva (IRS8), com uma superfície de ocupação de 205,49 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa a identificar (IRS9), com uma superfície de ocupação de 559,15 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa Dona Amélia (IRS10), com uma superfície de ocupação de 342,49 m². Data de 1940. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Casa do Sr. Corsino Tolentino (IRS11), com uma superfície de ocupação de 260,52 m². Data de 1940. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Casa do Sr. Salvador Hoffer (IRS12), com uma superfície de ocupação de 148,89 m². Data de 1930. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
 - Casa a identificar (IRS13), com uma superfície de ocupação de 147,18 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
 - Casa a identificar (IRS14), com uma superfície de ocupação de 121,14 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;

- Edifício do Sr. Guilherme José Monteiro (IRS15), com uma superfície de ocupação de 190,61 m². Data de 1890. Tem 2 pisos. Em Mau estado de conservação;
- Casa do Sr. António Varela (IRS16), com uma superfície de ocupação de 260,66 m². Data de 1900. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa Herdeiros da Família Lubrano (IRS17), com uma superfície de ocupação de 240,01 m². Data de 1900. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Casa da Sra. Maria Livramento (IRS18), com uma superfície de ocupação de 117,71 m². Data de 1900. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa Sr. Mário dos Anjos (IRS19), com uma superfície de ocupação de 282,95 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Casa a identificar (IRS20), com uma superfície de ocupação de 259,56 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
- Casa onde viveu Amílcar Cabral (IRS21), com uma superfície de ocupação de 54,7 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Soluz (IRS22), com uma superfície de ocupação de 255,21 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
- Sede AJOC (IRS23), com uma superfície de ocupação de 205,96 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
- Pró Praia (IRA24), com uma superfície de ocupação de 150,03 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Sede da Direção da Polícia Nacional (IRS25), com uma superfície de ocupação de 714,93 m². Data de 1950. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
- Quintal de Música (IRS26), com uma superfície de ocupação de 545,78 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Casa de Nhô Antoninho Santos (IRS27), com uma superfície de ocupação de 373,92 m². Data de 1890. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
- Casa a identificar (IRS28), com uma superfície de ocupação de 333,89 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa do Sr. Napoleão dos Santos (IRS29), com uma superfície de ocupação de 293,27 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;

- Casa do Sr. Alberto Rocha (IRS30), com uma superfície de ocupação de 270,83 m². Data de 1940. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Edifício- Projeto “Bô Kaza” (IRS31), com uma superfície de ocupação de 237,49 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Casa do Sr. Eduardo A. Dantas (IRS32), com uma superfície de ocupação de 229,19 m². Data de 1940. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Museu Etnográfico da Praia (IRS33), com uma superfície de ocupação de 201,98 m². Data de 1800. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação;
- Juízo do Trabalho, Família e Menores (IRS34), com uma superfície de ocupação de 201,51 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa dos Herdeiros do Sr. Júlio Ramos (IRS35), com uma superfície de ocupação de 189,84 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.
- Futura Casa da Arquitetura (IRS36), com uma superfície de ocupação de 158,44 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa Cor de Rosa - IILP (IRS37), com uma superfície de ocupação de 187,09 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;
- Sobrado, Sr. Jorge Pires (IRS38), com uma superfície de ocupação de 159,34 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em estado Razoável de conservação;
- Barbearia - Casa Nhô Filó (IRS39), com uma superfície de ocupação de 415,58 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa do Sr. Indalécio H. Antunes (IRS40), com uma superfície de ocupação de 163,77 m². Data de 1900. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Mecanografia Geral da Praia (IRS41), com uma superfície de ocupação de 136,34 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Bom estado de conservação.;
- Casa Tradicional (IRS42), com uma superfície de ocupação de 192,91 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em Mau estado de conservação;
- Casa do Bispo (IRS43), com uma superfície de ocupação de 443,04 m². Data não definida. Tem 1 piso. Em estado Razoável de conservação;
- Casa Família Spencer (IRS44), com uma superfície de ocupação de 60,39 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação;

- Fundação Amílcar Cabral (IRS45), com uma superfície de ocupação de 176,59 m². Data não definida. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

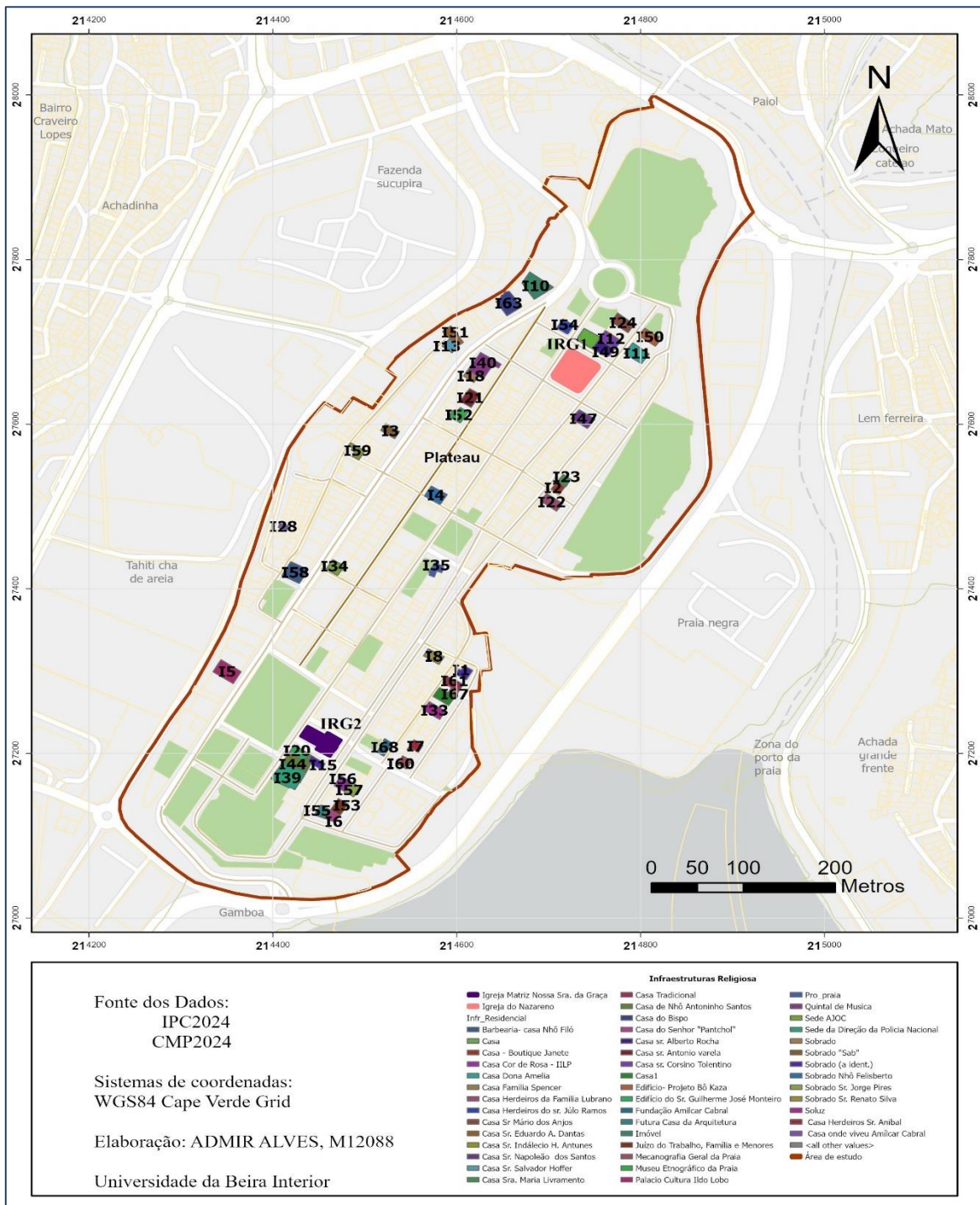


Figura 17: Infraestruturas do tipo residencial do património cultural no Plateau,

- **1 do Tipo Segurança (IS):** Localiza-se na zona sul do Plateau (figura 18):
 - Comando - Polícia Nacional (IS1), com uma superfície de ocupação de 807,45 m². Data de 1946. Tem 2 pisos. Em Bom estado de conservação.

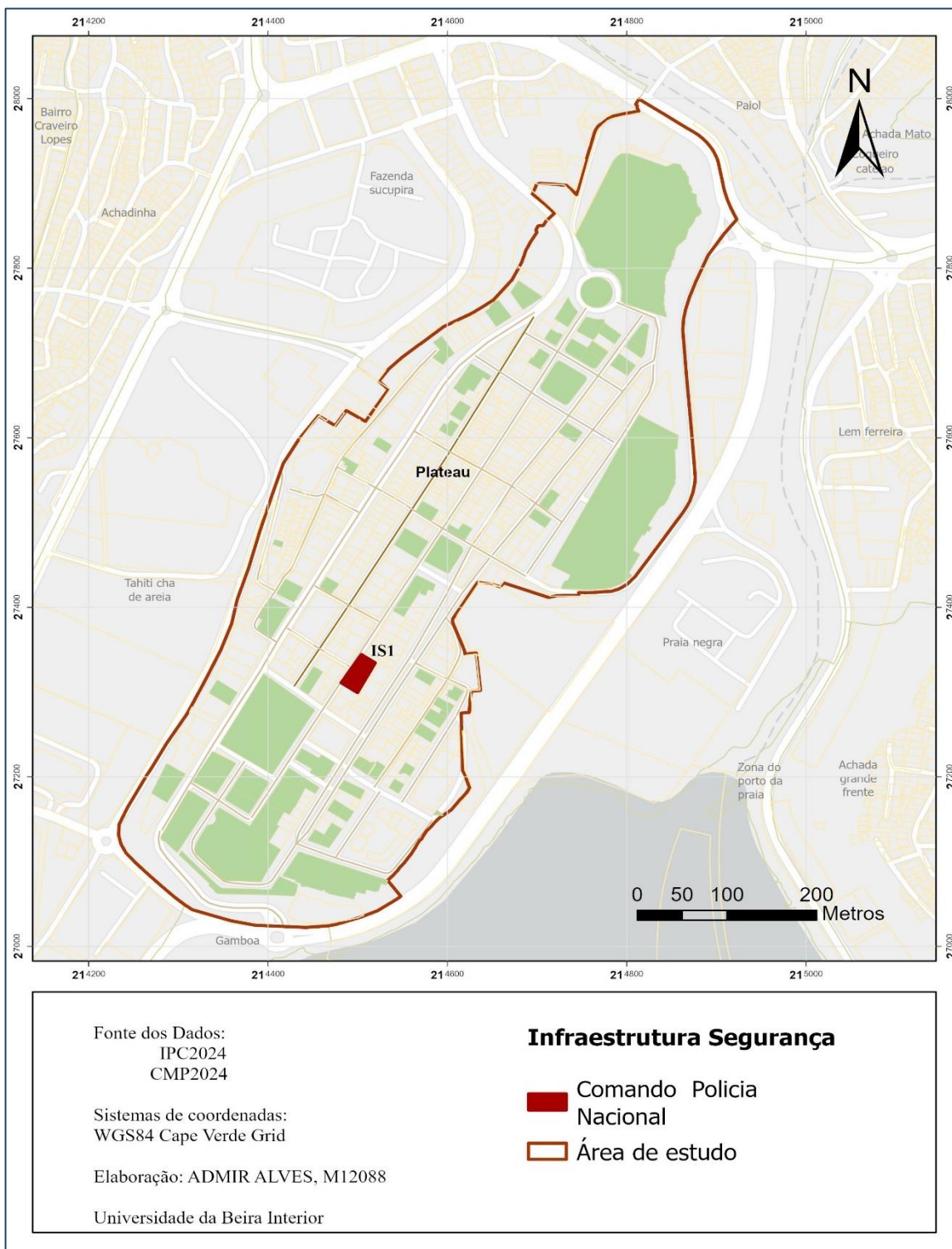


Figura 18: Infraestruturas do património cultural do tipo segurança, localizadas no Plateau.

4.1.3. Distribuição geográfica do património

Das 74 infraestruturas do património em análise, a sua grande maioria corresponde a imóveis, edifícios e outros elementos como fortificações. Contudo, outros correspondem a espaços públicos não edificados, como a Praça Alexandre Albuquerque (I17) e a Praça Luís de Camões (I64). Também o miradouro do cruzeiro (I74) é um elemento do património de utilização pública. Fazem também parte deste levantamento, algumas infraestruturas de cariz simbólico, como peças de escultura, tais como o Memorial de Descobrimento de Cabo Verde (I65) ou a estátua de Diogo Gomes (I66).

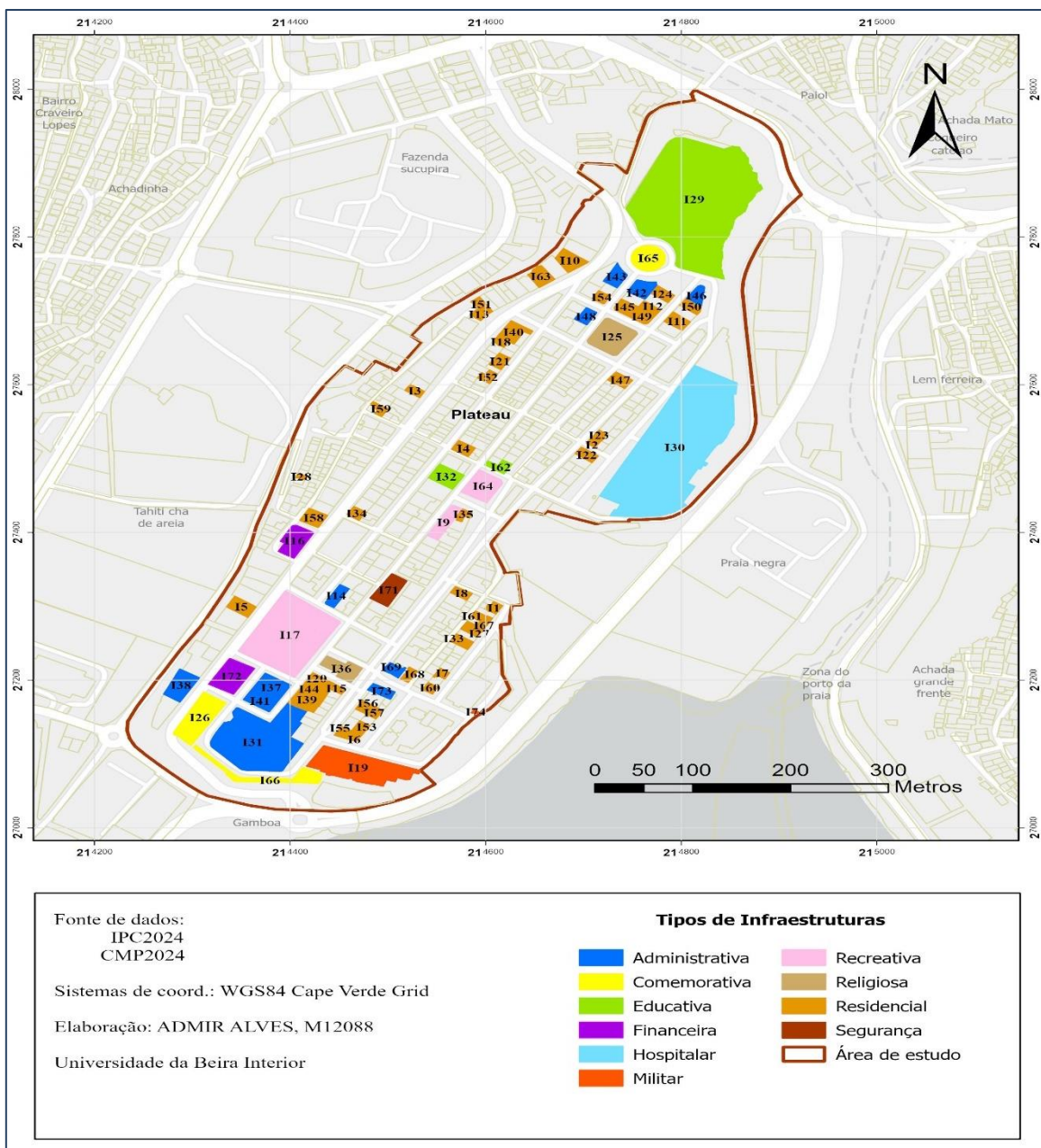


Figura 19: Mapeamento dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

A distribuição geográfica das infraestruturas do património poderá ser organizada em três zonas fundamentais:

- Zona mais a sul;
- Zona central;
- Zona mais a norte.

Como se pode observar (figura 20) pelo mapeamento dos tipos de infraestruturas do património cultural imóvel, localizado no Plateau, a sua distribuição geográfica acontece de um modo geral ao longo de todo este centro histórico.

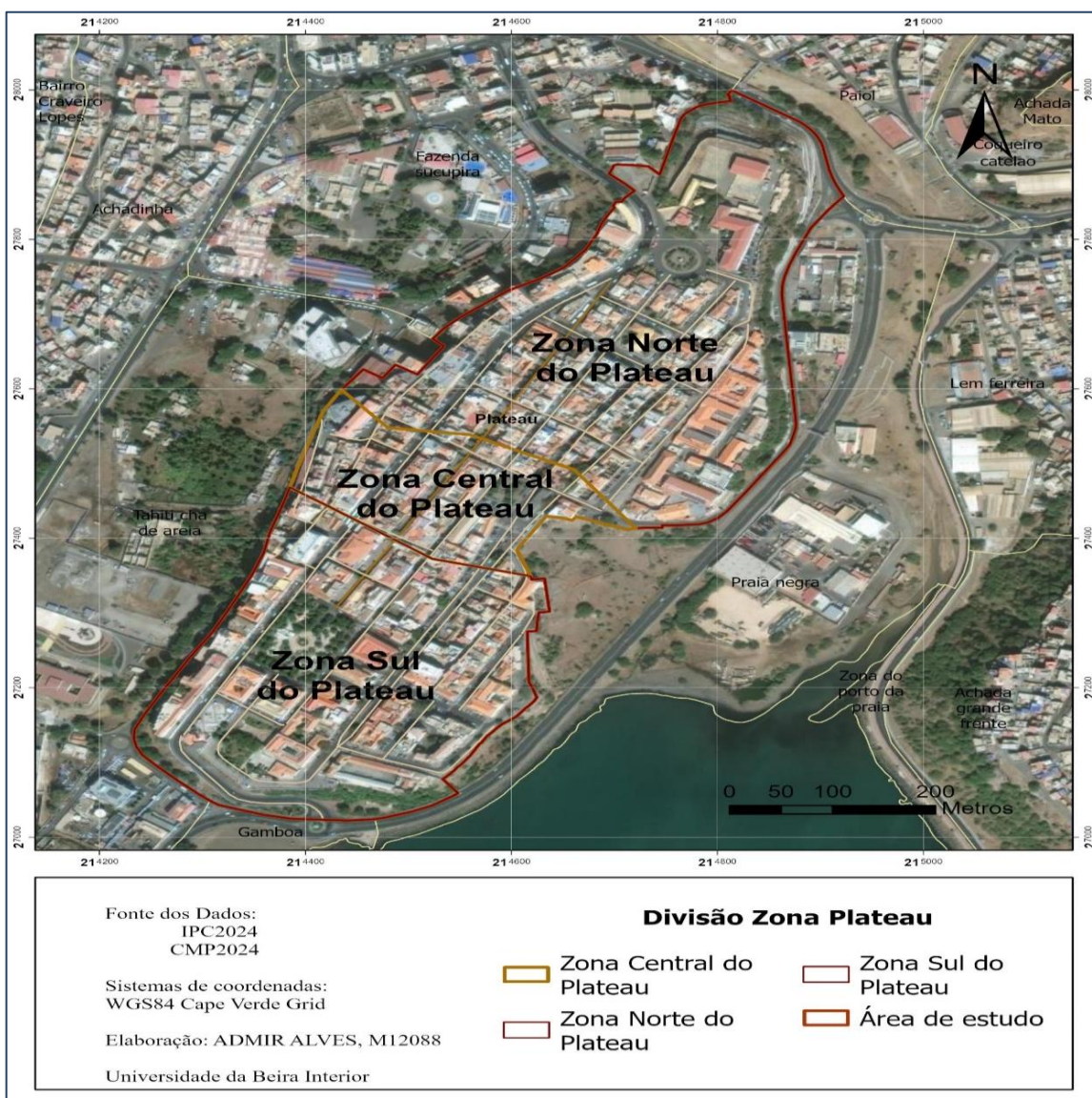


Figura 20: Mapeamento dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

(Fonte: Com base em Google earth)

A **zona mais a sul do Plateau** no limite da área de estudo é onde se verifica uma maior concentração de infraestruturas (figura 20). Neste local reúnem-se 1 infraestrutura recreativa (I17) correspondente à Praça Alexandre Albuquerque, do tipo administrativo destacam-se o imóvel do Palácio da Presidência da República e a Casa do Cidadão (I31 e I38 respetivamente), do tipo comemorativo destacam-se o obelisco e a estátua de Diogo Gomes (I26 e I66 respetivamente). É aqui também que se localiza uma das principais infraestruturas patrimoniais de cariz militar, trata-se do Quartel Jaime Mota (I19). De cariz religioso concentra-se na área a sul do Plateau a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça (I36) e de cariz financeiro os principais elementos mapeados neste local são o Banco Comercial do Atlântico e o Banco de Cabo Verde (I72 e I16 respetivamente). Por último destaca-se nesta zona a infraestrutura classificada como I71 que corresponde ao Comando da Polícia Nacional, o único elemento do património associado à segurança.

Na **zona mais central do Plateau** em termos geográficos (figura20), mapearam-se 8 infraestruturas do património cultural, ainda que pelo que se pode observar, não estejam tão concentradas como a sul ou a norte. Destas, duas são de cariz recreativo, correspondentes ao Cinema da Praia e à Praça Luís de Camões (I9 e I64 respetivamente), duas são de cariz educativo, a Escola Grande e a Casa da Música-UNICv (I32 e I62 respetivamente) e quatro de cariz residencial, correspondentes ao Sobrado Nhô Felisberto, Casa Onde Viveu Amílcar Cabral, Sede AJOC, e ao Pro-Praia (I4, I28, I34 e I35 respetivamente).

Na **zona mais a norte do Plateau** (figura 20), observa-se uma menor concentração de infraestruturas patrimoniais do que na zona mais a sul. A infraestrutura que maior destaque tem nesta zona é de cariz educativo, classificada como I29 e corresponde ao Liceu Domingos Ramos, ocupa 16.000 m² de superfície, ou seja 1,6 ha. Destaca-se também a norte o Memorial de Descobrimento de Cabo Verde (I65) de tipo comemorativo, bem como a Igreja do Nazareno (I25) de tipo religioso. Este local partilha as infraestruturas, anteriormente referidas, com outras de cariz residencial e administrativo. Quanto às administrativas identificam-se o Instituto cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (I42, ICIEG), a Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria (I43, ACOLP), a Delegação do Ministério da Educação da Praia (I46) e o Gabinete de Atendimento das Evacuações Externas Inclusão Social (I48, GAEEIS). Por fim, observa-se uma concentração na zona norte do Plateau, mais 9 infraestruturas classificadas como património residencial, são elas a Casa Dona Amélia, Casa Senhor Corsino Tolentino, Casa Senhor Mário dos Anjos, uma casa a identificar, Casa Senhor Alberto Rocha, Edifício-Projeto “Bô Kaza” e a Casa Herdeiros Senhor Júlio Ramos (I11, I12, I24, I45, I49, I50 e o I54). Nesta zona, mas localizadas na ala mais a poente, situam-se uma casa a identificar e a Casa do Bispo (I10 e I63 respetivamente). Ainda a norte, mas na zona nascente, o imóvel do património cultural do Plateau que mais se destaca é o grande Complexo Hospitalar da Praia (I30), o qual ocupa uma superfície total de 1,5 ha ou seja 15.000 m².

4.1.4. Época de construção do património

No que concerne à época de construção do património, refira-se em primeiro lugar que das 74 infraestruturas (figura 22), para 43 delas, mais de metade (58,1 % do total) não existe informação disponível. Existem, portanto, 31 (41,89%) infraestruturas datadas num intervalo temporal de mais de um século e meio, de 160 anos, compreendido entre 1800 e 1960. Contudo, é possível, ainda assim, retirar algumas conclusões, sobre a fita do tempo deste legado patrimonial.

Observa-se que os elementos mais antigos classificados pelo IPC de Cabo Verde nesta área de estudo, datam de início do Séc. XIX. Os mais antigos são o Palácio da Cultura Ildo Lobo (I5) localizado na zona sul do Plateau e o Museu Etnográfico da Praia (I52) localizado entre a zona norte e a zona central do Plateau, datando ambas de 1800 (tabela 3, figura 21, gráficos 5 e 6).

Do início da década de 1840 ao final da década de 1850 datam 3 infraestruturas, o Complexo Hospitalar da Praia de 1841 (I30), o Palácio da Presidência da República de 1849 (I31) e o Sobrado Nhô Felisberto (I4) de 1850, correspondentes a 4,10%. O mesmo número das que datam de 1860 a 1880, neste caso os Paços do Concelho de 1860 (I37), o Quartel Jaime Mota de 1862 (I19) e a Praça Alexandre Albuquerque 1876 (I17) e das que datam de 1880 a 1900, correspondentes ao Miradouro do Cruzeiro de 1880 (I74), a Casa de Nhô Antoninho Santos (I44) e o Edifício do Sr. Guilherme José Monteiro (I20) ambas de 1890. E ainda das que datam de 1920 a 1940 sendo elas a Casa Sr. Salvador Hoffer de 1930 (I13), a Igreja do Nazareno de 1937 (I25) e o Obelisco de 1939 (I26).

A época mais representativa das infraestruturas do património data das décadas de 1940 a 1960 com 11 casos, o que significa cerca de 15 % (14,90%) do total. Segue-se a época das décadas de 1900 a 1920, com 4 exemplos do dealbar do século XX (1900), a Casa Sr. António Varela, a Casa Herdeiros da família Lubrano, a Casa Sra Maria Livramento e a Casa Sr. Indalécio H. Antunes (I21, I22, I23 e I59 respetivamente). De 1902 data a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça (I36) e de 1915 data o Banco Comercial do Atlântico (I72).

Assim, conclui-se que cerca de $\frac{1}{3}$ das infraestruturas do património, ou seja 27,02%, são datadas do Séc. XX.

QUADRO ÉPOCA CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS		
Época de Construção	Quantidade	Percentagem
1800 - 1820	2	2,7%
1840 - 1860	3	4,05%
1860 -1880	3	4,05%
1880 - 1900	3	4,05%
1900 - 1920	6	8,11%
1920 - 1940	3	4,05%
1940 - 1960	11	14,86%
N/C	43	58,11%
TOTAL	74	100%

Tabela 3: Época de construção das infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

LINHA DE TEMPO ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

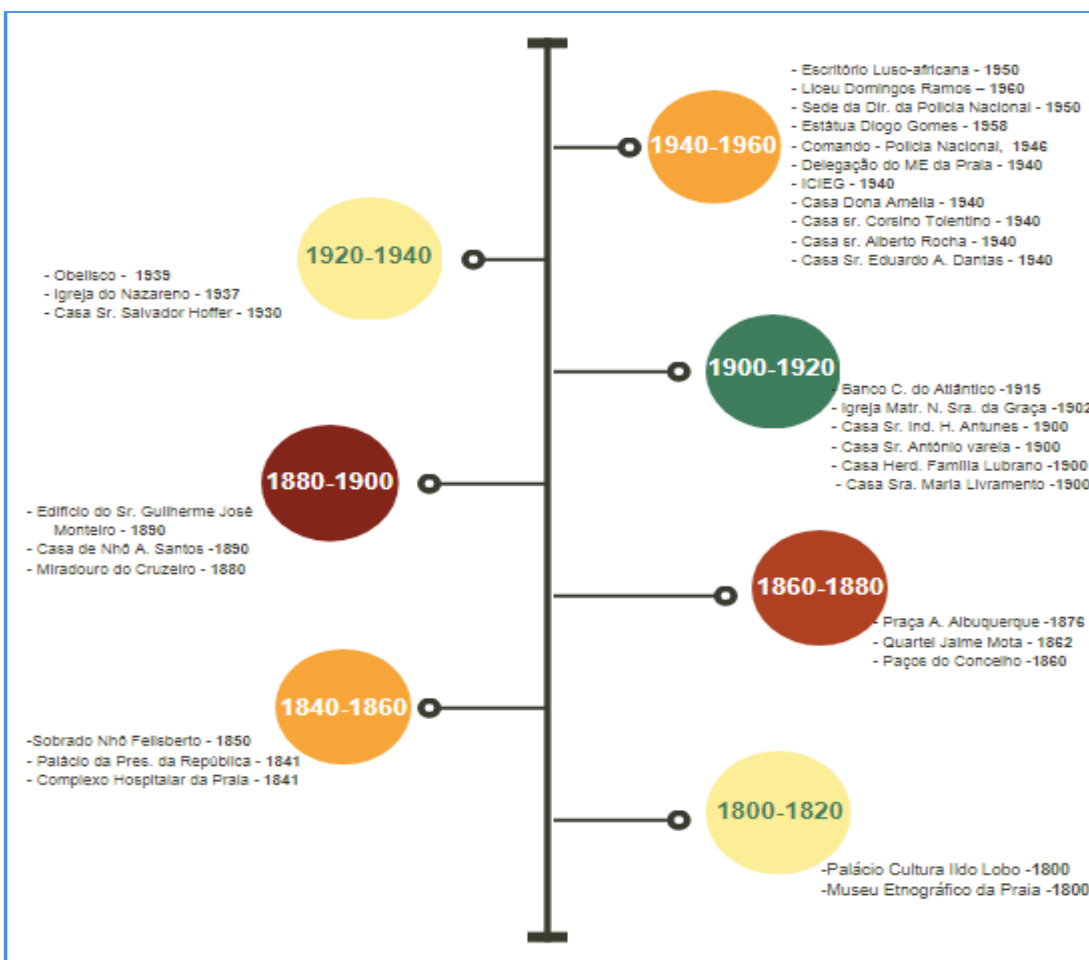


Figura 21: Linha de tempo da construção das Infraestruturas património cultural no Plateau.

(Fonte: Com base em IPC)

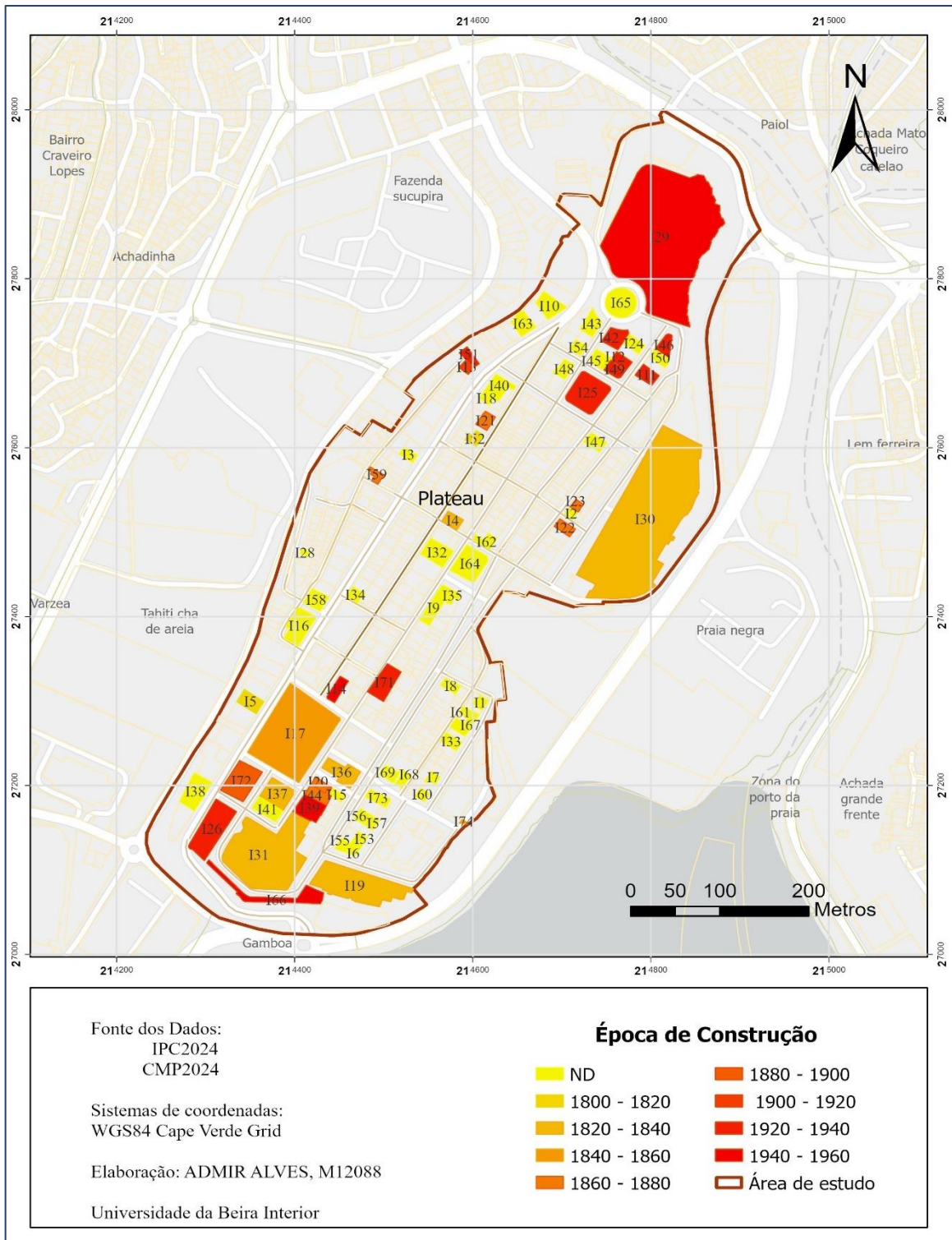


Figura 22: Mapeamento da época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

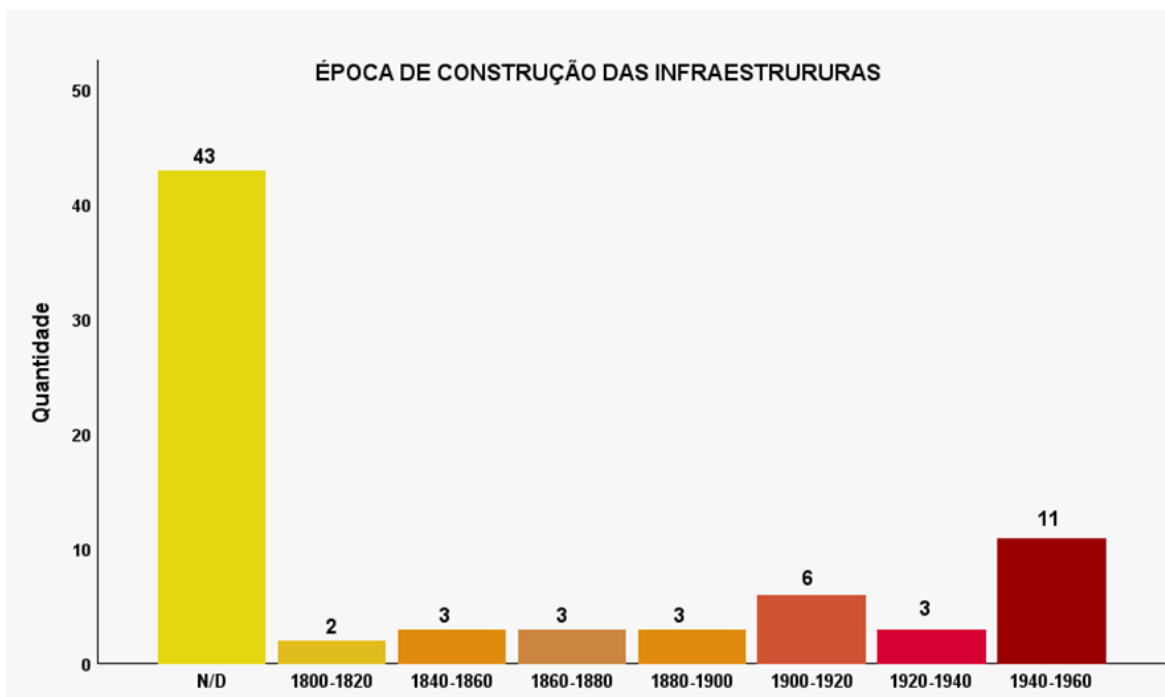


Gráfico 5: Época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

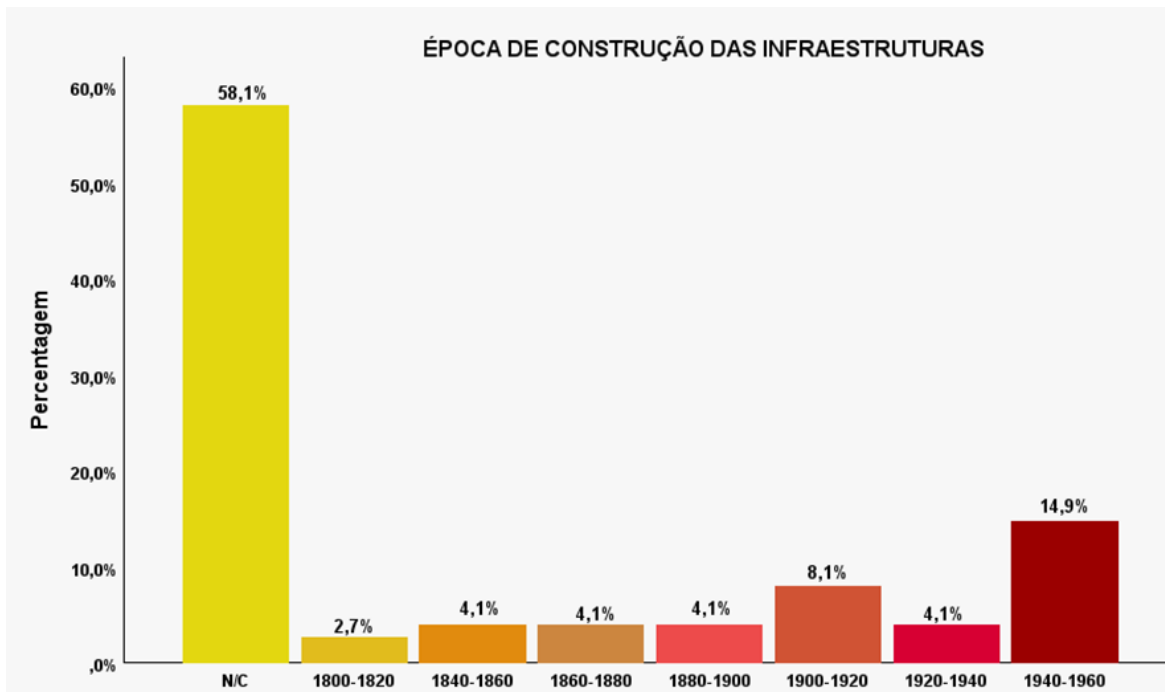


Gráfico 6: Época de construção dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

4.1.5. Área ocupada pelo património

Para melhor analisar a área ocupada pelas infraestruturas do património no Plateau, foram definidos intervalos de acordo com as diversas dimensões. O primeiro intervalo definido foi para infraestruturas até 250 m². Trata-se da maior percentagem de infraestruturas existentes, ou seja, 41,9% que corresponde a 31 exemplos do património classificado no Plateau (tabela 4, figura 23 e gráfico 7). O Miradouro do Cruzeiro de cariz militar com os seus 27,68 m² (I74) é o elemento do património com a menor área de ocupação entre todos os analisados.

Seguem-se as infraestruturas com uma área de ocupação compreendida entre 250 m² e 500 m², que representam 28,7% do total, ou seja, 22 exemplares. Entre elas encontra-se o Ministério da Administração Interna (I41) com 480 m².

Seguem-se com 10,8% do total, as infraestruturas com uma área de ocupação de 1.000 m² a 10.000 m², que coincide com 8 dos casos. Entre elas situa-se por exemplo o Palácio da Presidência da República (I31) com os seus 5.885,58 m².

As infraestruturas com uma área de ocupação entre 500 m² e 750 m² e as infraestruturas entre 750 m² e 1.000 m² representam uma percentagem semelhante, respetivamente 8,1% e 6,8%.

Por fim existem apenas 2 infraestruturas com uma área de ocupação superior a 10.000 m², sendo elas o Complexo Hospitalar da Praia (I30) com os seus 15.000 m² e o Liceu Domingos Ramos (I29) que com os seus 16.000 m² que é o elemento classificado que ocupa a maior área entre todos.

ÁREAS OCUPADAS PELAS INFRAESTRUTURAS (m ²)		
Áreas das Infraest. em m ²	Quantidade	Percentagem
<250	31	41,90%
250 - 500	22	28,7%
500 - 750	6	8,10%
750 - 1.000	5	6,80%
1.000 - 10.000	8	10,8%
>10.000	2	2,7%
TOTAL	74	100%

Tabela 4: Área de ocupação (m²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

Quanto à distribuição geográfica das infraestruturas do património, tendo em consideração a área que ocupam, observa-se que a norte (o Complexo Hospitalar) e a nascente (o Liceu) se encontram os maiores, e únicos com mais de 10.000 m², como anteriormente referido (figura 23). Seguem-se, na zona sul a Praça Alexandre Albuquerque com os seus 6.368,89 m², o Palácio da Presidência da República com os seus 5.885,58 m² e o Quartel Jaime Mota com os seus 3.187,01 m² (I17, I31 e I19 respetivamente).

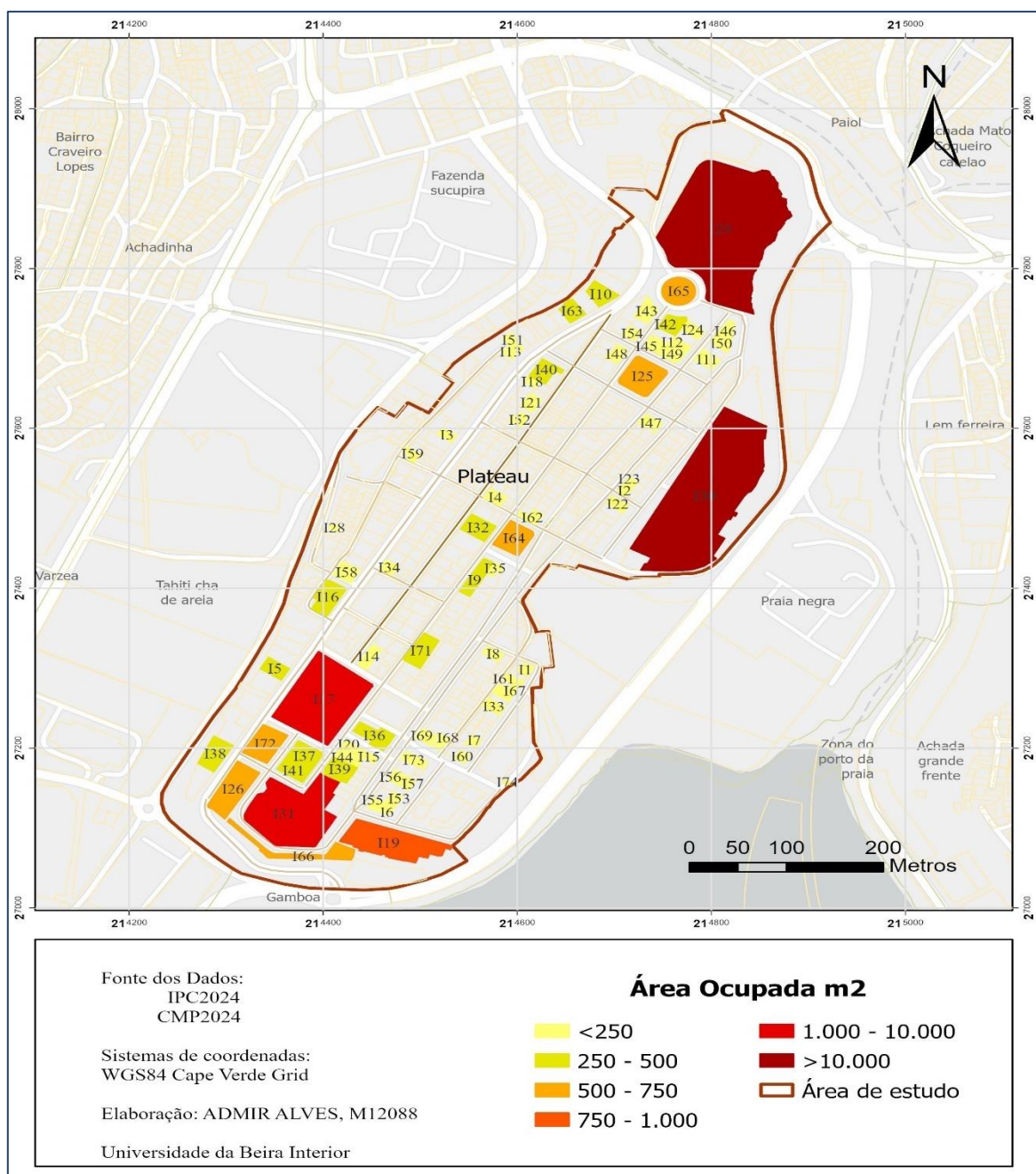


Figura 23: Mapeamento da área de ocupação (m²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

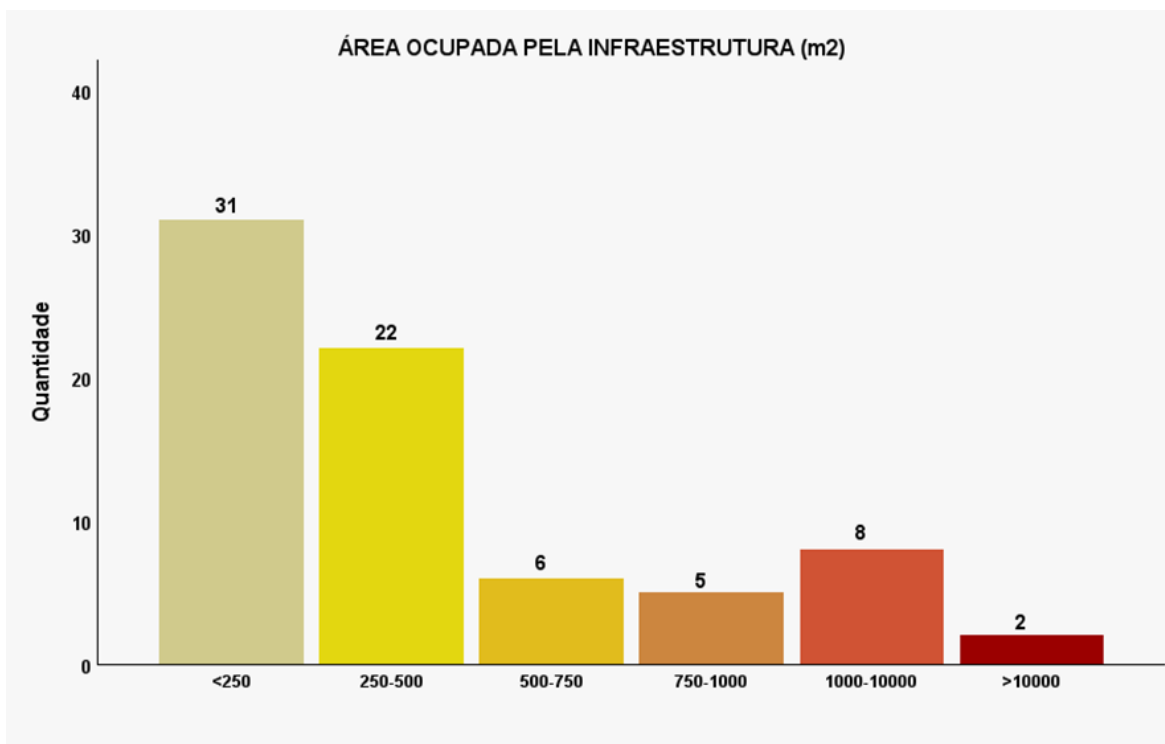


Gráfico 7: Área de ocupação (m²) dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

Como se poderá observar pelo levantamento efetuado no ArcGIS-Pro® (figura 24, tabela 5), existe apenas uma infraestrutura do património no Plateau com 6 pisos, trata-se do Banco de Cabo Verde (I16), localizado na zona sul que é o edifício mais alto desta análise.

Os restantes 73 elementos têm uma cêrcea que poderá ser considerada bastante homogénea entre eles, pois, varia entre 1 e 2 pisos, sendo que apenas um deles tem 3 pisos, trata-se do Palácio da Cultura Ildo Lobo (I5), também ele localizado na zona mais a sul do Plateau.

A maioria (51,30%) são mesmo infraestruturas de apenas um piso, sendo esta a cêrcea dominante. Seguem-se com 45,9% as infraestruturas com dois pisos.

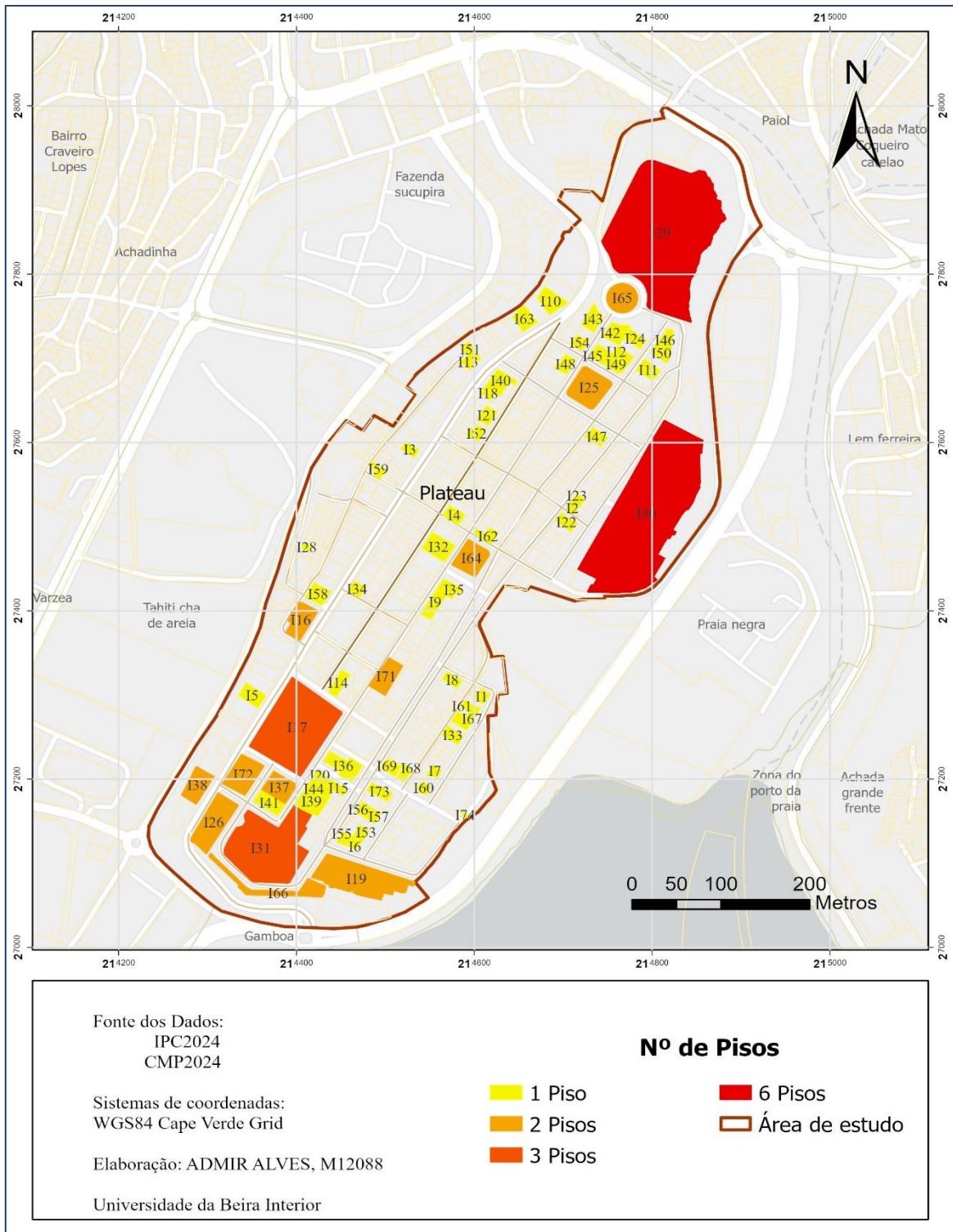


Figura 24: N.º de pisos dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

N° DE PISOS DAS INFRAESTRUTURAS		
N° de Pisos	Quantidade	Percentagem
1 Piso	38	51,3%
2 Pisos	34	45,9%
3 Pisos	1	1,4%
6 Pisos	1	1,4%
TOTAL	74	100%

Tabela 5: N.º de pisos dos tipos de infraestruturas do património cultural no Plateau.

4.1.6. Estado de conservação do património

Quanto ao estado de conservação, das infraestruturas do património cultural, de acordo com IPC este legado classifica-se em três níveis distintos (bom, razoável e mau).

Segundo a mesma fonte¹⁴¹, sabe-se que uma das principais dificuldades em preencher este critério relaciona-se com a subjetividade do que se pode considerar, ou classificar como estado de conservação. Assim optou-se pelas seguintes considerações, quanto ao estado de conservação do património do Plateau:

- **Bom** - entende-se por bom quando, não apresenta grandes danos, e aparenta estar relativamente preservado.
- **Razoável** - entende-se por razoável quando apresenta alguns elementos destruídos, mas passível de ser objeto de uma caracterização efetiva.
- **Mau** - entende-se por mau quando se encontra abandonado, com muitos elementos destruídos, sendo quase impossível a sua identificação.

¹⁴¹ Tavares, Nireide T. (2017), "Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural", Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Lisboa, p. 96.

ESTADO CONSERVAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS		
Estado conservação	Quantidade	Percentagem
Bom	51	68,92%
Razoável	21	28,37%
Mau	2	2,71%
TOTAL	74	100%

Tabela 6: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

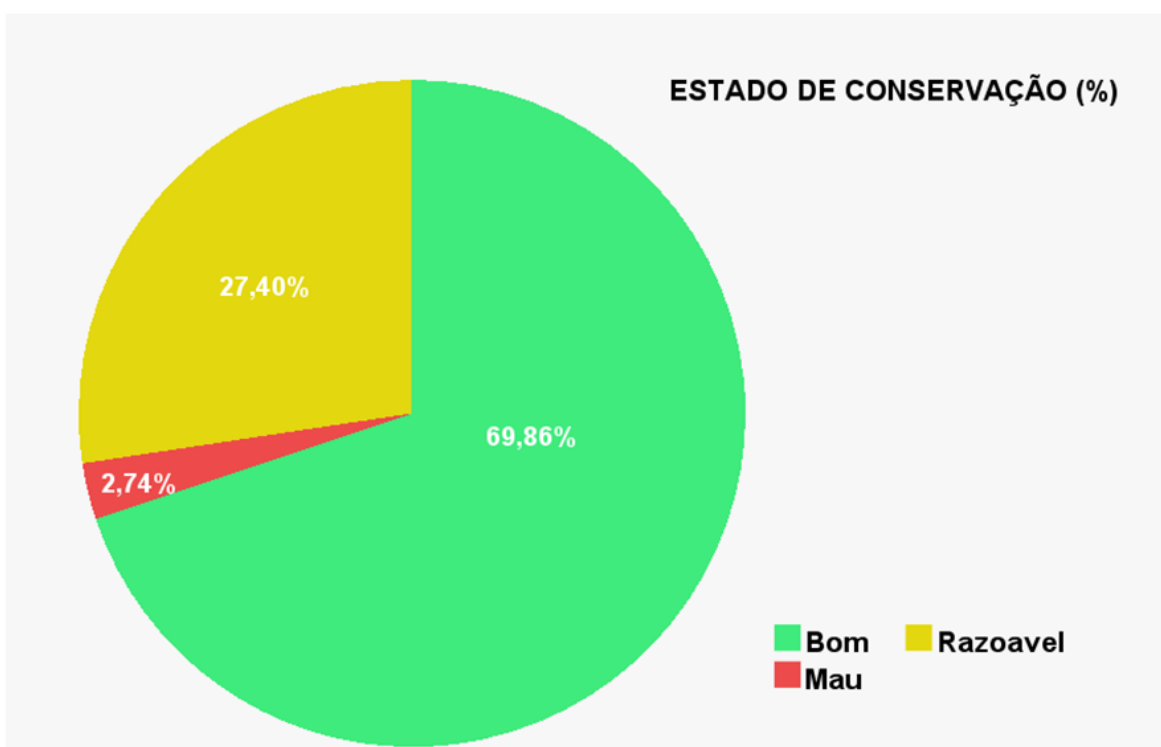


Gráfico 8: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

Tendo em consideração os 3 graus quanto ao estado de conservação verifica-se no Plateau, que dos 74 elementos patrimoniais, no estado de conservação **Bom** encontra-se um total de 51 infraestruturas, cerca de 68,92% do total. Estão inseridas em todos os 10 tipos de infraestruturas, sendo que as do tipo residencial encontra-se em maior número, cerca de metade, pois 23

infraestruturas deste tipo estão bem conservadas, o que corresponde a 45,09% de todas as infraestruturas em Bom estado e a 35,38% de todas as infraestruturas residenciais.

Em seguida as do tipo administrativo representam um total de 12 infraestruturas (23,5%) em Bom estado de conservação, ou seja, a totalidade (100%) das infraestruturas deste tipo. Os restantes tipos são representados em menor número, sendo que as do tipo comemorativo, educativo e recreativo têm três infraestruturas cada (ou seja 5,88% cada), e as financeiras e religiosas duas cada (isto é 3,92% cada), e uma (ou seja 1,96% cada) para a segurança, hospitalar e militar também no estado Bom de conservação (gráficos 8 e 9 e figura 25).

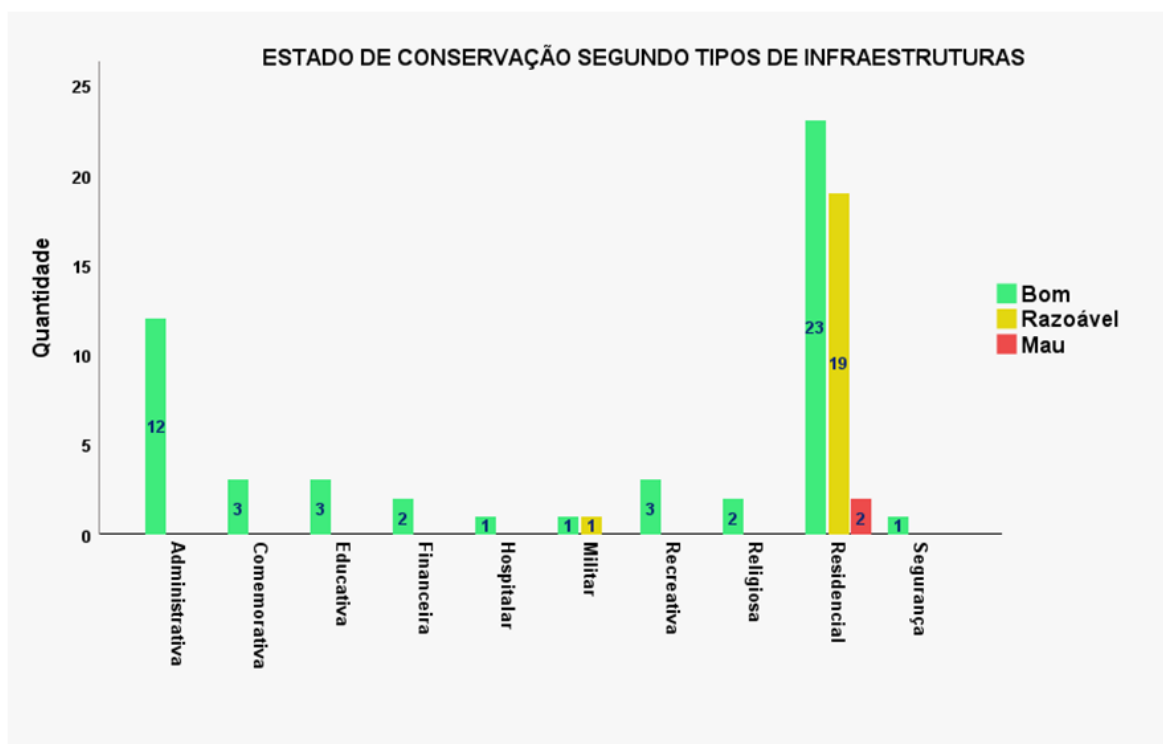


Gráfico 9: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

No estado de conservação **Razoável** encontra-se um total de 21 infraestruturas, correspondentes a cerca de 28,37 % do total. Entre estas, encontram-se 1 (5%) do tipo militar, nesse caso o Quartel Jaime Mota (I19) e os restantes 19 (95%) infraestruturas do tipo residencial.

Por fim, no estado de conservação mais degradado e mais preocupante, correspondente ao **Mau**, encontram-se apenas 2 infraestruturas do património, o que equivale a 2,71 % do total, ambas de cariz residencial. São elas, o Edifício do Sr. Guilherme José Monteiro (I20) e a Casa Tradicional (I61).

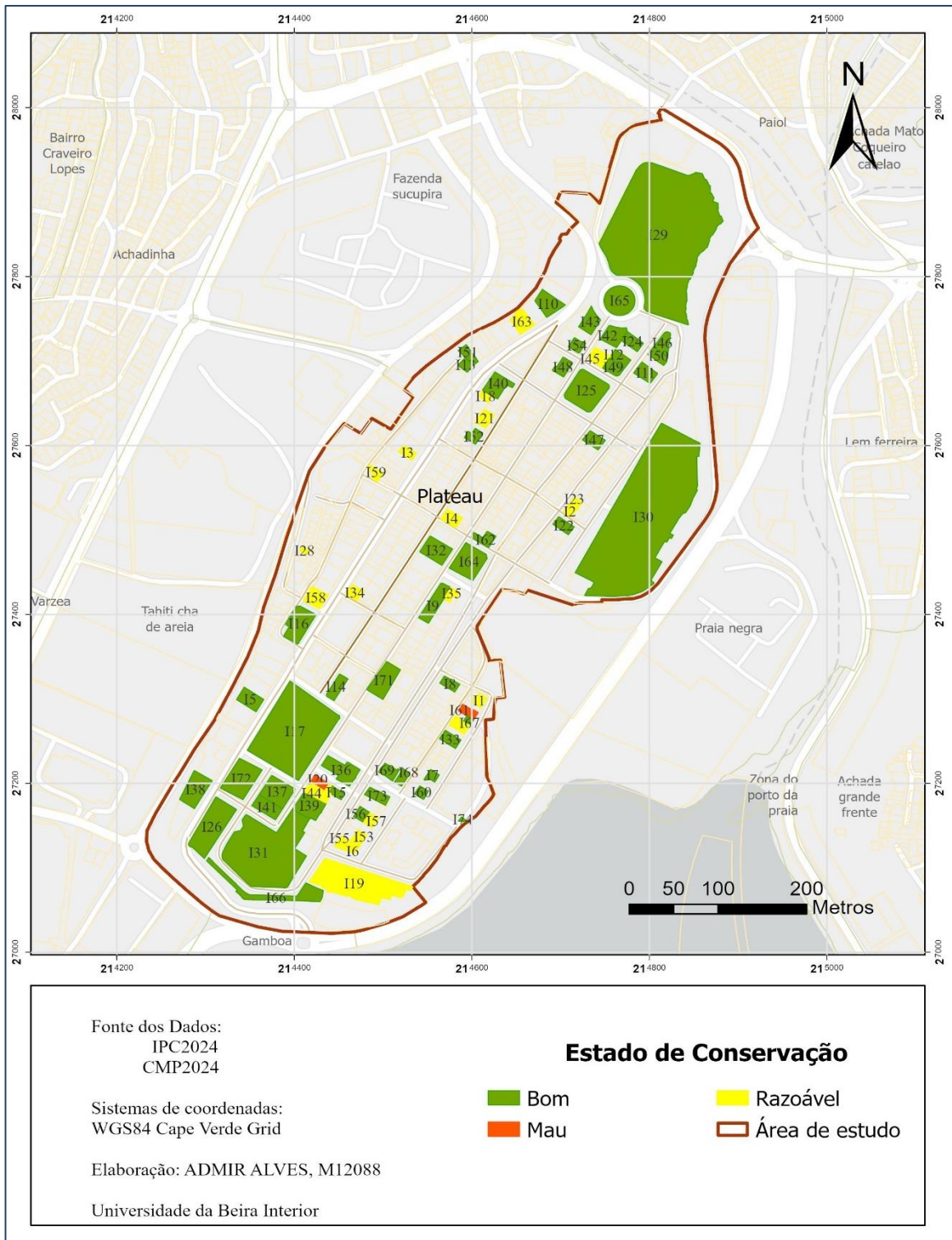


Figura 25: Estado Conservação das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

4.2. Enquadramento no Plano Diretor Municipal da Praia

4.2.1. Uso do solo e modelo territorial

De acordo com o Plano Diretor Municipal da Praia¹⁴², verifica-se que toda a área de estudo, ou seja, o Plateau, está classificada como uso do solo urbano. Consequentemente, as 74 infraestruturas do património aqui existentes, estão sujeitas às regras urbanísticas definidas para esta classe de espaço (figura 26).

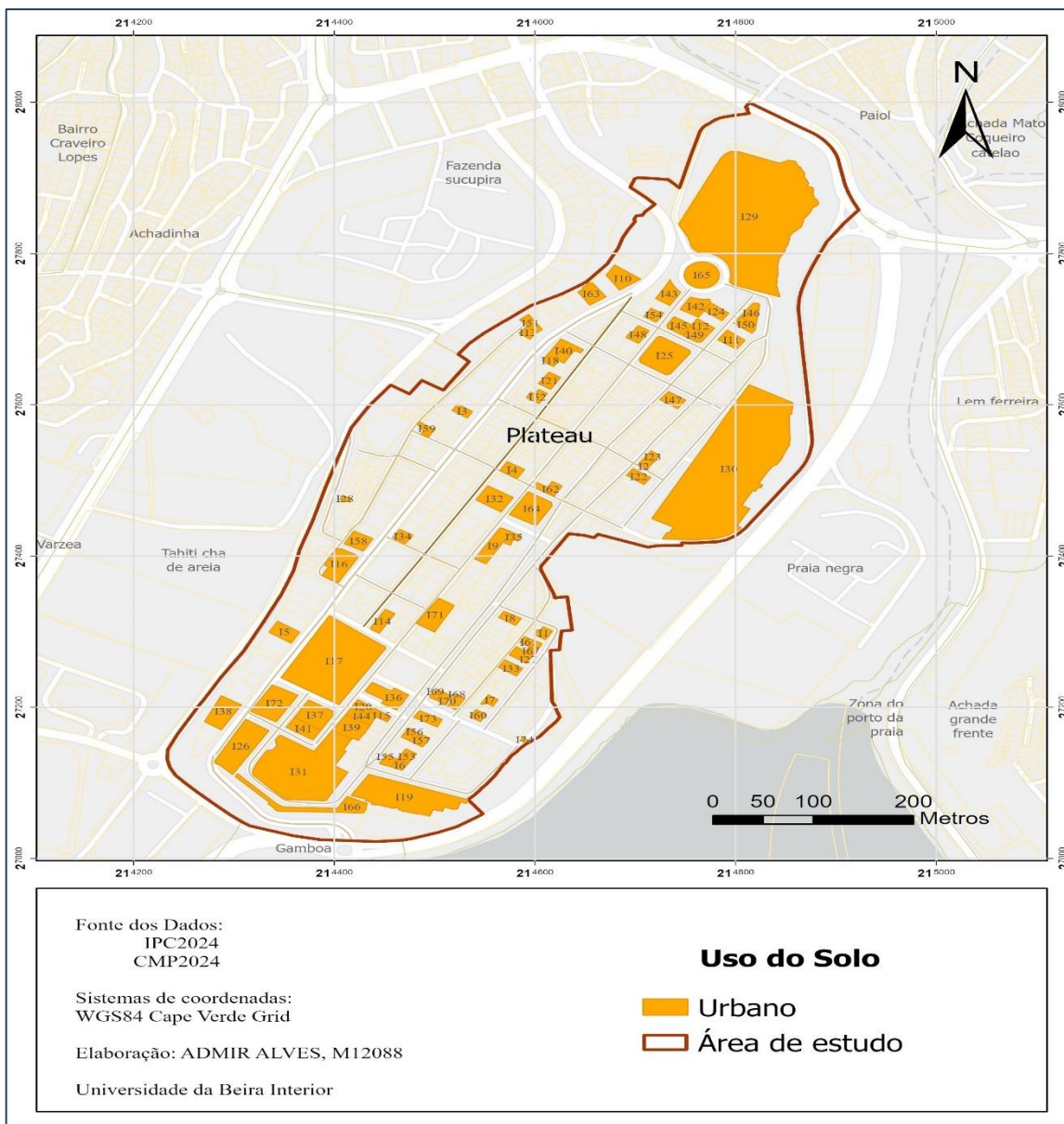


Figura 26: Tipos de usos do solo (PDM) das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

¹⁴² Plano Diretor Municipal da Praia, 4.ª versão, novembro de 2016.

Também de acordo com o Plano Diretor Municipal, verifica-se que são propostas para o perímetro urbano da cidade da Praia cinco UOPG, ou seja, unidades operativas de planeamento e gestão (figura 25) para o modelo territorial definido na capital do país. São elas a UOPG 1 relativa à Praia Norte (U1), a UOPG 3 da Praia Sul (U3), a UOPG 4 da Praia Oriental (U4) e a UOPG 5 da Praia Ocidental (U5). A zona do Plateau está integrada na designada UOPG 2 da Praia Centro (U2). Estas cinco zonas correspondem, portanto, a áreas urbanas (U), consideradas estruturantes no modelo territorial da cidade da Praia, as quais se pretende consolidar (figura 27).

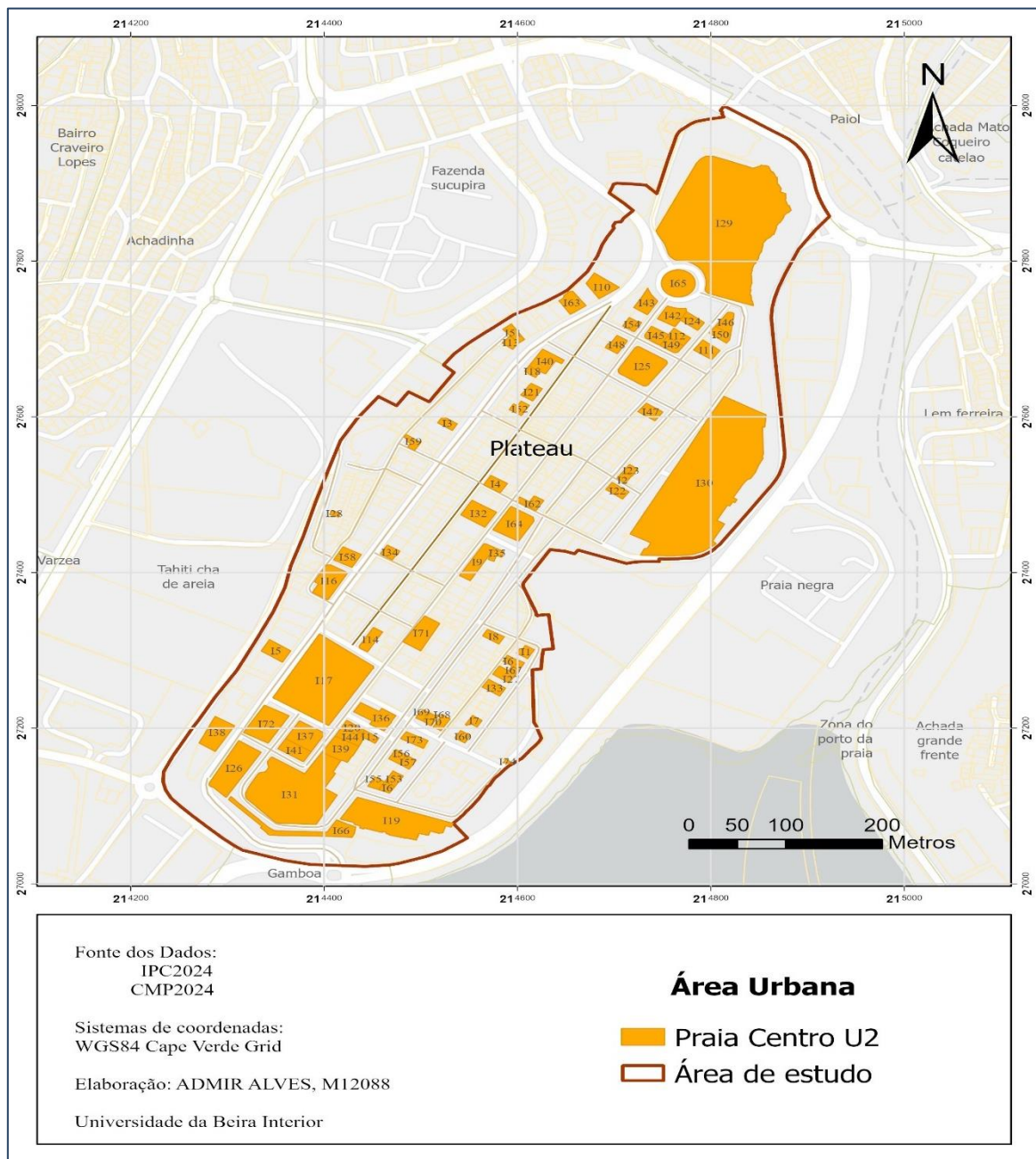


Figura 27: Tipo de modelo territorial (PDM) das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

Este modelo territorial para além das anteriormente referidas áreas urbanas estruturantes de extensão e consolidação dos bairros, propõe ainda um conjunto de três UOPG referentes a áreas de expansão urbana, que designa por zonas periurbanas/rurais. São elas a UOPG 6 que respeita à coroa/arco de expansão nordeste (R1), a UOPG 7 que respeita à coroa/arco de expansão noroeste (R2) e a UOPG 8 que corresponde à coroa/arco de expansão sudeste (R3). Trata-se de zonas de índole rural que poderão também servir como zonas de expansão periurbana da cidade (figura 28).

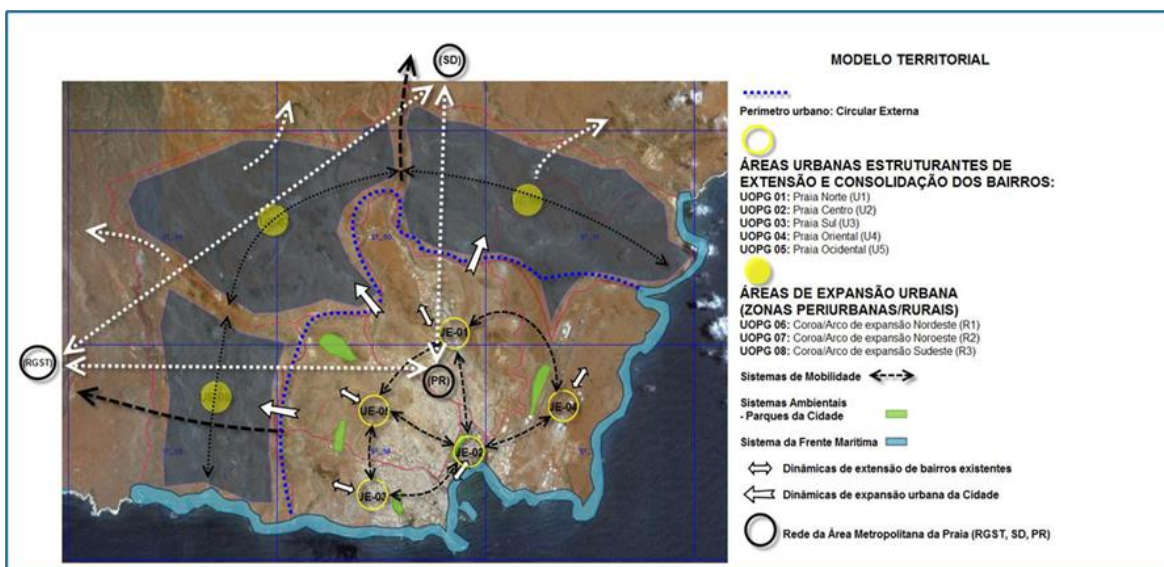


Figura 28: Extrato do PDM da Praia, Modelo Territorial da cidade da Praia.

(Fonte: PDM da Praia, p. 35)

4.2.2. Delimitação dos graus de proteção do património cultural

Para além da proteção patrimonial, que é a mais relevante nesta dissertação, o PDM da cidade da Praia faz também menção à proteção hídrica. Ainda que não seja da maior relevância, considera-se pertinente mencionar que existem três tipos de preocupações hídricas, uma vez que os cursos de água doce não abundam na ilha de Santiago. Assim, o PDM identifica as zonas de proteção hidrogeológica, as zonas de proteção das ribeiras e as zonas de proteção de equipamentos hídricos. Contudo, pela análise do PDM verifica-se que, a zona do Plateau não está diretamente abrangida por nenhum destes tipos de proteção, ainda que eles existam na sua envolvente próxima (figura 29).

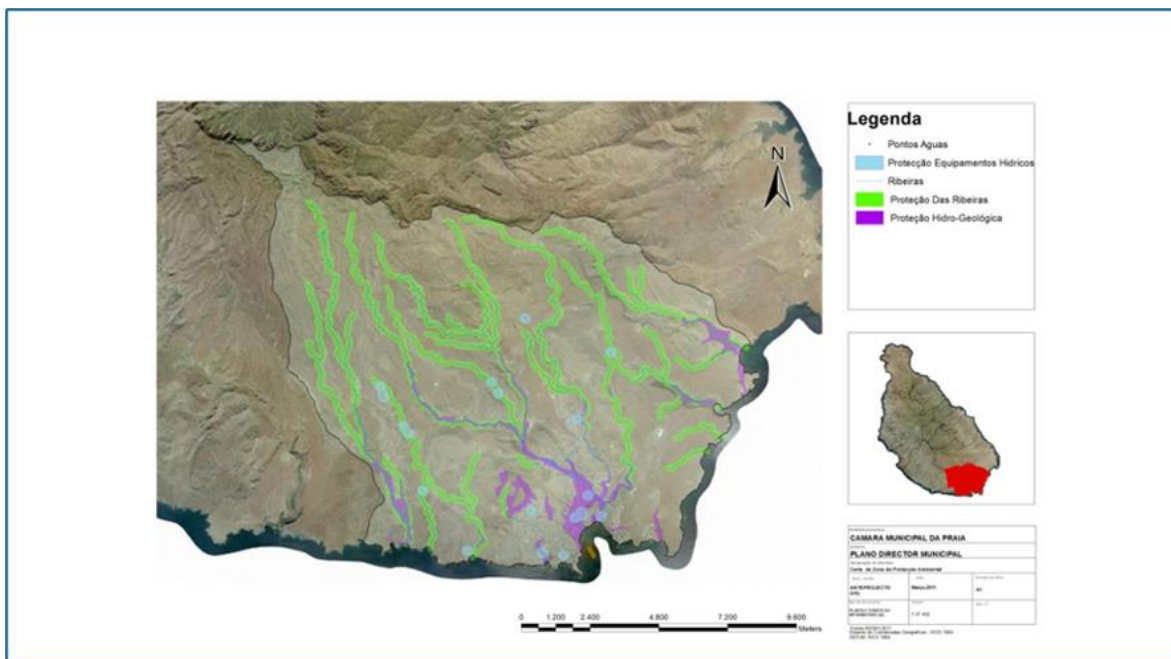


Figura 29: Extrato do PDM da Praia, Proteção Hídrica da cidade da Praia.
(Fonte: PDM da Praia, p. 27).

No que concerne à proteção do património cultural, verifica-se que o PDM da Praia é omissivo quanto a esta matéria. Ou seja, ainda estão por delimitar as zonas de proteção do património, às quais o PDM alude sem as ter definido. Refere tratar-se de um polígono de 50 metros em torno dos elementos do património, mas deixa por delimitar estas zonas. Ora, este ponto pretende proceder à delimitação das zonas de proteção das infraestruturas do património cultural do Plateau.

Atualmente estas zonas de proteção das infraestruturas do património cultural e à semelhança do que acontece em Portugal com os imóveis classificados, estão abrangidas por uma zona de proteção de 50 m (figura 30). O mapeamento seguinte representa estas zonas de proteção para as 10 infraestruturas do património cultural consideradas piloto, por serem representativas de cada um dos 10 tipos de infraestruturas existentes no Plateau.

A decisão de proceder à sua delimitação, ainda que exemplificativa, para as dez infraestruturas do património cultural, veio a revelar-se outro aspeto inovador desta dissertação. Consequentemente, dá resposta a um trabalho futuro que o PDM deixou por concretizar.

De acordo com o Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde¹⁴³, definem-se três diferentes graus de proteção do património cultural. Trata-se do grau de proteção alta, do grau de proteção médio e do grau de proteção nulo. Por grau de **proteção alta** entende-se “imóveis ou zonas classificadas, de qualidade ou de interesse”¹⁴⁴. Abrange os edifícios isolados, zonas ou conjuntos de edificações, consideradas de valor patrimonial elevado, a preservar, sendo a sua conservação integral indispensável”¹⁴⁵. Advoga-se ainda que para os edifícios classificados com grau de proteção alta “definem-se perímetros com **um raio de proteção de 50 metros** a partir do centro do imóvel, devendo todas as intervenções localizadas nessa faixa, ser objeto de parecer vinculativo”¹⁴⁶, atribuído pelo Gabinete Conjunto. O que envolve, equipas técnicas mistas responsáveis pelo património e Urbanismo, da Câmara Municipal da Praia.

Por grau de **proteção médio**, entendem-se as “zonas ou edificações não classificadas, mas referenciadas como sendo imóveis ou zonas de acompanhamento”¹⁴⁷. Abrangem edifícios isolados de construção corrente e zonas de edificações com valor de conjunto pela forma como se inserem na malha urbana, devendo ser preservados por fazerem parte da memória viva da cidade da Praia”¹⁴⁸.

Por grau de **proteção nulo** entendem-se os “imóveis ou zonas dissonantes”¹⁴⁹ ou sem interesse. Abrange edifícios isolados, zonas ou conjuntos de edificações que não apresentam qualidade individual, nem estão integrados em áreas a preservar. Portadores de adulterações irreversíveis na forma, tipologia ou grande quantidade de elementos dissonantes. Podem ser alvo de demolições totais ou parciais, seguidos de nova construção integrada no conjunto¹⁵⁰.

Seguidamente procedeu-se à delimitação das zonas de proteção das infraestruturas do património do Plateau, numa amostra piloto. A escolha desta amostra justifica-se no facto de incluir um exemplo, representativo de cada um dos 10 tipos de infraestruturas do património cultural, identificadas no Plateau. Consequentemente, a amostra é composta por seguintes 10 elementos: o Banco Comercial do Atlântico (IF2), Comando da Polícia Nacional (IS1), Complexo Hospitalar da Praia (IH1), Estátua Diogo Gomes (IC3), Igreja do Nazareno (IRG1), Liceu Domingos Ramos (IE1), Palácio Cultura Ildo Lobo (IRS5), Palácio da Presidência da República (IA2), Praça Alexandre Albuquerque (IRC) e o quartel Jaime Mota (IM1), (figura 30).

¹⁴³ BO, I Série nº 68, Quarta Feira, 7 de Dezembro de 2016, Da Portaria nº 35/2016, que ratifica o Plano Diretor Municipal da Praia, Art.º 12 C, p. 2155.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 2155.

¹⁴⁵ Ibidem, C.i, p. 2155.

¹⁴⁶ Ibidem, Art.º 12, p. 2155.

¹⁴⁷ Ibidem, Art.º 12, C ii, p. 2155.

¹⁴⁸ Ibidem, Art.º 12 C. 2ii, p. 2155.

¹⁴⁹ São áreas geográficas que se diferenciam ou se distanciam de forma marcante no uso, na função ou nas características em relação às regiões próximas.

¹⁵⁰ Ibidem, Art.º 12 C iii, p. 2155.

A observação da definição das zonas de proteção de 50 metros correspondentes ao grau de proteção alta, aplicada às 10 infraestruturas piloto representativas dos 10 tipos de património, localizadas em dois núcleos do Plateau, um a sul e o outro a norte revela os seguintes aspetos:

- Quer o espaço urbano do núcleo a norte, quer do núcleo a sul, ficam quase totalmente cobertos pela zona de proteção e pelas respetivas regras a que esta zona está sujeita;
- O espaço abrangido pelas zonas de proteção, quer no núcleo a sul, quer no núcleo a norte, extravasa a área compreendida nos limites do Plateau e estende-se para zonas urbanas fora do espaço histórico da cidade da Praia.

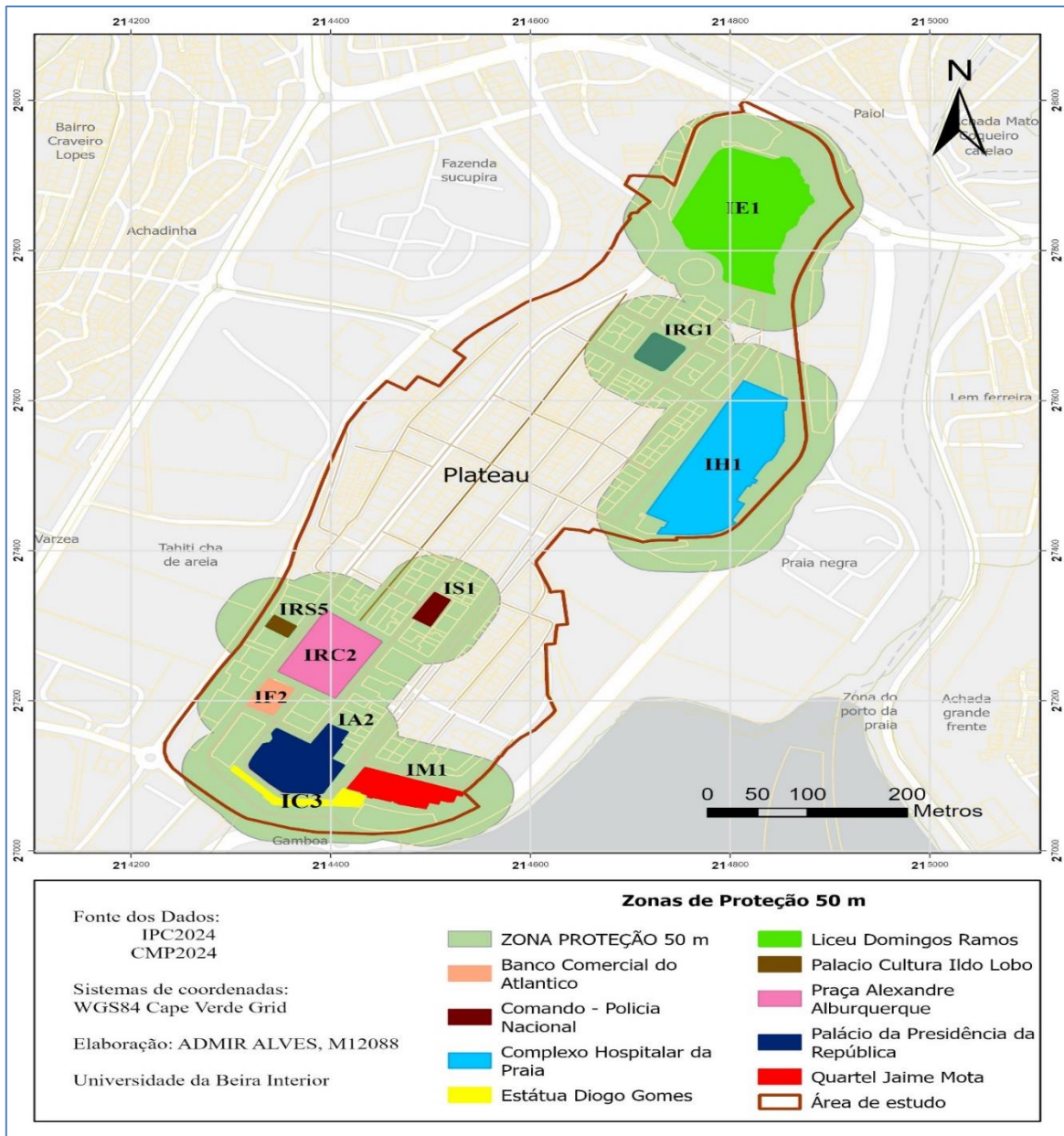


Figura 30: Proposta de delimitação das Zonas de Proteção de 50 m do património cultural do Plateau: amostra de 10 infraestruturas piloto representativas dos 10 tipos de infraestruturas existentes.

4.2.3. Ruas pedonalizadas

Uma análise à escala urbana, interligando as infraestruturas do património cultural com os arruamentos do Plateau ao longo dos quais se situam, revela que existe apenas uma rua, a Rua 5 de Julho que se encontra pedonalizada, na qual o trânsito automóvel está interdito. Nesta via apenas é permitido o trânsito de veículos de emergência (tais como bombeiros, ou ambulâncias) e de veículos de cargas e descargas. Contudo, trata-se de um eixo central do Plateau, um dos mais importantes,

que percorre esta zona histórica da cidade da Praia, de Norte para Sul, desembocando na Praça Alexandre de Albuquerque. Ao longo do seu percurso de mais de 500 metros de extensão (511m), localizam-se quatro infraestruturas do património, a Casa Sr. António Varela (I21), o Museu Etnográfico da Praia (I52), o Sobrado Nhô Felisberto (I4) e o Escritório Luso-Africana (I14). Assim, poder-se-á concluir que apenas 5,4% das infraestruturas do património cultural estão localizadas em ruas que privilegiam a circulação dos peões, em detrimento dos automóveis (tabela 7 e figura 31). Consequentemente, muito há a fazer nesta zona em prol dos meios de mobilidade suave.

INFRAESTRUTURAS PEDONALIZADAS		
Infraest. Pedonalizadas	Quantidade	Percentagem
Pedonalizadas	4	5,4%
Não Pedonalizadas	70	94,6%
TOTAL	74	100%

Tabela 7: Infraestruturas do património cultural do Plateau, localizadas em ruas pedonalizadas.

4.2.4. Uso das infraestruturas

Nas 74 Infraestruturas inventariadas no Plateau, considerados Património, foram identificadas 13 tipo quanto ao seu uso original (tabela 8, figura 32, gráficos 10 e 11). Sendo que a maioria para Habitação num total de 42 infraestruturas, representando cerca de 56,76% dos totais inventariados.

Em seguida o uso Administrativo representa cerca de 9,46% do uso original das Infraestruturas. É de realçar também que em cerca de 9,46% das Infraestruturas não se conhece o seu uso original.

Os usos comemorativos e para lazer representam cada um cerca 4,05%. Os usos residencial, militar e para o culto representam cada um cerca de 2,7% do total. Em menor número estão os usos para repartições públicas, financeiros, escolas, educativo, bancos e assistencial, com apenas 1 ocupação original para cada um, representando aproximadamente cerca de 1,35% das que têm uso.

USO ORIGINAL DAS INFRAESTRUTURAS		
Tipo Uso original	Quantidade	Percentagem
Administrativo	7	9,46%
Assistencial	1	1,35%
Banco	1	1,35%
Comemorativo	3	4,05%
Culto	2	2,7%
Educativo	1	1,35%
Escola	1	1,35%
Financeiro	1	1,35%
Habitação	42	56,76%
Lazer	3	4,05%
Militar	2	2,7%
Repartições Públicas	1	1,35%
Residencia	2	2,7%
N/V	7	9,46%
TOTAL	74	100%

Tabela 8: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

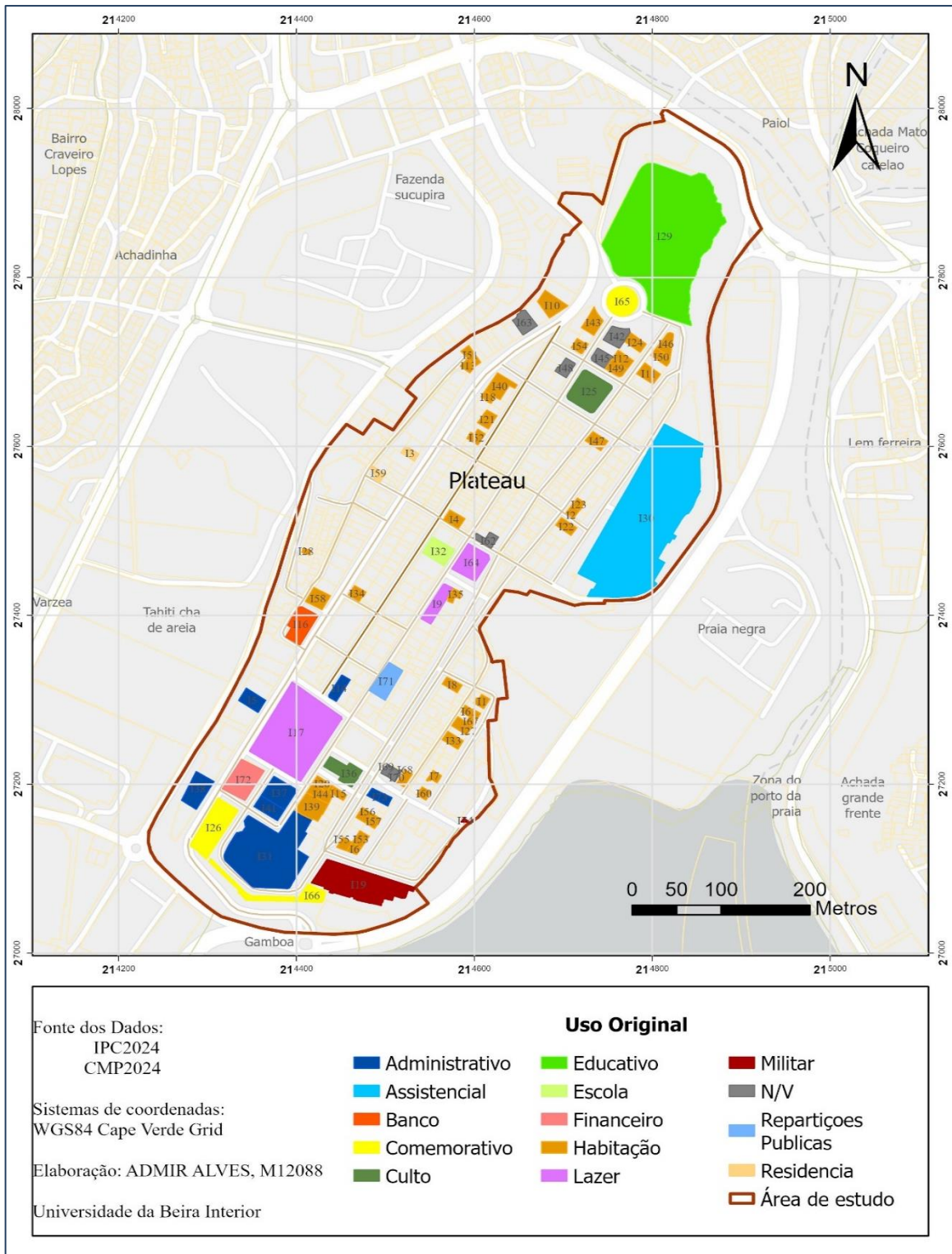


Figura 32: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

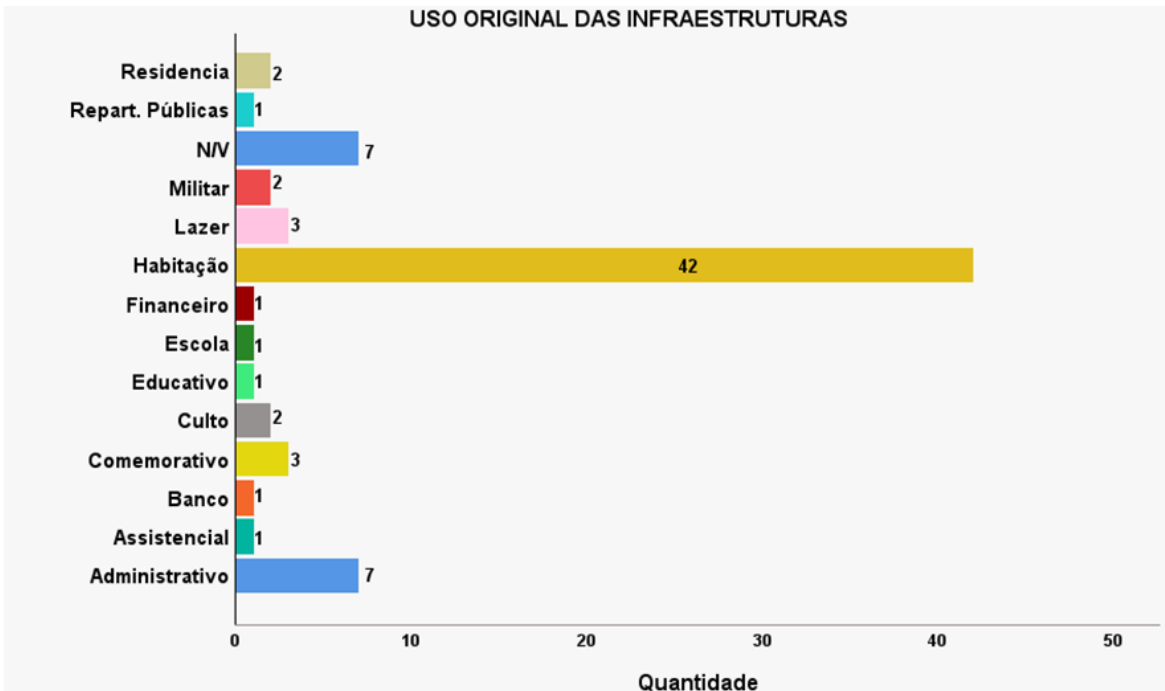


Gráfico 10: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

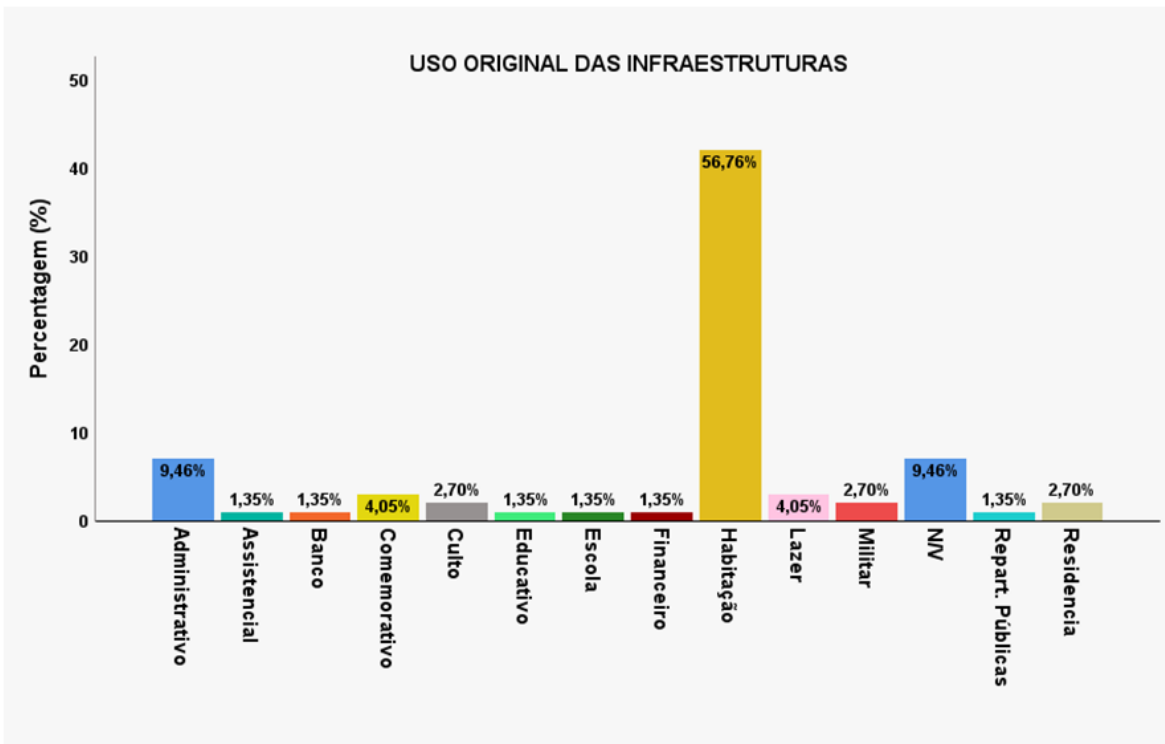


Gráfico 11: Uso original das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

Atualmente, das 74 Infraestruturas inventariadas no Plateau, verifica-se que foram identificados 17 tipos no seu uso atual (tabela 9, figura 33).

De acordo com as análises efetuadas constatou-se, que estão afetas aos usos de habitação e administrativo, em 48,7%, quase metade do total, ou seja, 36 infraestruturas. Sendo que destas a maioria é para habitação com um total de 19 infraestruturas, cerca de 25,7% e 17 para fins administrativos.

Em seguida foram identificadas 7 infraestruturas devolutos, representando 9,5% do total. Das infraestruturas do tipo comercial e para lazer, existem 6 elementos em cada uma delas, no seu uso atual, 8,1% cada.

USO ATUAL DAS INFRAESTRUTURAS		
Tipo Uso atual	Quantidade	Percentagem
Administrativo	17	23%
Assistencial	1	1,4%
Banco	1	1,4%
Comercial	6	8,1%
Culto	2	2,7%
Devoluto	7	9,5%
Educativo	2	2,7%
Financeiro	1	1,4%
Habitação	19	25,7%
Judicial	2	2,7%
Lazer	6	8,1%
Militar	1	1,4%
Posto Policial	1	1,4%
Recreativo	1	1,4%
Residencia	1	1,4%
Turismo	4	5,4%
N/V	2	2,7%
TOTAL	74	100%

Tabela 9: Uso atual das Infraestruturas do património cultural no Plateau.

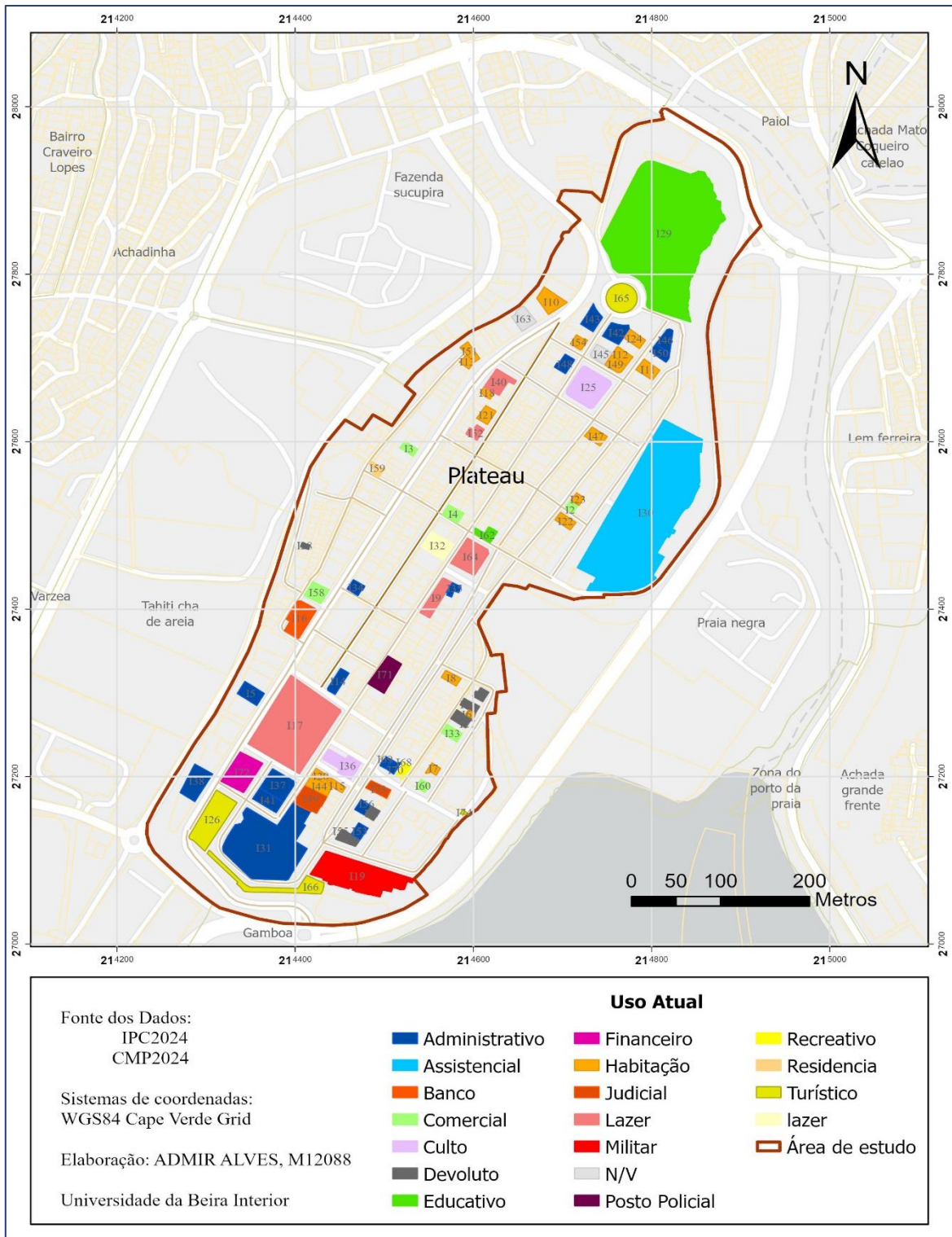


Figura 33: Uso atual das Infraestruturas do património cultural, localizadas no Plateau.

4.3. Base de dados: Fichas de descrição das infraestruturas

Este ponto tem como principal objetivo apresentar uma proposta de ficha tipo da descrição detalhada das infraestruturas do património em análise nesta dissertação. Trata-se de estabelecer os conteúdos que integram a base de dados, criada a partir da aplicação SIG ao património do Plateau. Assim, com base no software Excel®, procedeu-se à elaboração de uma ficha individual para cada elemento do património, na qual se descrevem pormenorizadamente todas as suas características e atributos, nomeadamente as seguintes:

- Número atribuído;
- Denominação / referência;
- Tipo de infraestrutura;
- Número de designação (para cada tipo);
- Ano de construção;
- Nível de proteção (inventariado / não inventariado);
- Uso original;
- Uso atual;
- Uso do solo, de acordo com o PDM da Praia;
- Área urbana na qual se insere de acordo com o PDM da Praia;
- Proteção hídrica, de acordo com o PDM da Praia;
- Rua pedonalizada / não pedonalizada;
- Estado de conservação;
- Número de pisos;
- Superfície ocupada (m²);
- Localização;
- Fotografia;
- Descrição histórica e arquitetónica.

Refira-se por último, que serão apresentadas de seguida 10 fichas elaboradas para as infraestruturas, e consideradas como exemplos a seguir. Escolheram-se estes 10 exemplos por corresponderem a uma infraestrutura de cada um dos dez tipos de património em análise. Consequentemente, para os restantes 64 exemplos, as fichas seguirão a mesma metodologia, o que será um trabalho a realizar no futuro. Entende-se que estas fichas podem servir de base para outros elementos patrimoniais que venham a ser identificados quer no Plateau, quer em outros locais da cidade da Praia ou de Cabo Verde. Em síntese, apresentam-se de seguida as fichas das seguintes infraestruturas:

- Palácio da Presidência da República (IA2), administrativa;
- Estátua Diogo Gomes (IC3), comemorativa;
- Liceu Domingos Ramos (IE1), educativa;

- Banco Comercial do Atlântico (IF2), financeira;
- Complexo Hospitalar da Praia (IH1), hospitalar;
- Quartel Jaime Mota (IM1), militar;
- Praça Alexandre Albuquerque (IRC2), recreativa;
- Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (IRG1), religiosa;
- Palácio da Cultura Ildo Lobo (IRS5), residencial;
- Comando da Polícia Nacional (IS1), segurança.

A fonte de informação para o preenchimento destas fichas de atributos do património em estudo, baseou-se nas seguintes referências:

- Inventário Nacional do Património Cultural Imóvel (IPC): denominação, localização, referência, época de construção da generalidade das infraestruturas, tipo de infraestrutura, uso original e atual, estado de conservação, nível de proteção, generalidade da descrição histórica e arquitetónica, fotografia e algumas das referências bibliográficas;
- PDM da Praia: uso do solo, área urbana e a proteção hídrica.

Os restantes atributos que compõem as fichas de caracterização são:

- Número atribuído no âmbito deste estudo, número de designação para cada tipo de infraestruturas, época de construção de algumas infraestruturas, número de pisos, superfície ocupada (m²), complemento à descrição histórica e arquitetónica, algumas das referências bibliográficas de modo a completarem as já referidas.

Refira-se ainda que em alguns dos atributos, as cores escolhidas para os representar nestas fichas, são as mesmas do respetivo mapeamento, gráficos e tabelas elaborados para esse mesmo atributo.

A título de exemplo, o tipo de infraestrutura identifica-se com a mesma cor do mapeamento resultante da aplicação do *ArcGIS-Pro*®, ou no caso do estado de conservação o verde representa o Bom, o amarelo o Razoável e o vermelho o Mau, tal como o mapeamento (ver ponto 4.1.6).

4.3.1. Infraestrutura Administrativa (IA)

- **Palácio da Presidência da República (IA2)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	B1	N.º Designação	IA2		
Denominação	Palácio da Presidência da República		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Administrativa	Ano Construção	1849	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Administrativo	Nível Proteção	N/ Inventariado	Proteção Hídrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Administrativo			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>O edifício em apreço foi erigido por decisão da Companhia Pombalina de Grão-Pará e Maranhão no século XVIII. Na segunda metade do século XIX o edifício pertencia ao Sr. António Theodoro de Barros, acreditado comerciante da praça. Por esta altura os governadores gerais residiam em casas particulares alugadas em condições condignas. No entanto, este edifício seria o último a ser arrendado aos governadores compreendendo o período entre 1866 e 1886.</p> <p>Porém, em ofício nº 142 de maio 1878, o Governo-geral da Província de Cabo Verde solicitou a construção duma residência para os Governadores-gerais, cujo projeto foi elaborado, no mesmo ano (1878), pela então Direcção-Geral das Obras Públicas. No entanto, o projeto não foi aplicado e o edifício não sofreu remodelações no tempo em que esteve arrendado entre 1866 e 1886. O antigo Projeto foi retomado a partir de 1910, adaptando este edifício que, no entanto, fora adquirido pelo governo em 1886. Deste modo, o edifício erguido no coração da cidade da Praia, conferia maior dignidade ao mais alto magistrado da Província. Após a independência de Cabo Verde em 1975, o edifício passou a funcionar como Palácio da Presidência.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Possui uma planta em formato de U desenvolvendo-se em dois pisos e com cobertura em telha marselhesa de quatro águas. Verifica-se no edifício uma sobreposição de elementos arquitetónicos clássicos associados a um ornamentação de «art deco», que confere um certo eclésmo ao mesmo. A fachada principal orientada para O, e concretamente no piso térreo, rasga-se uma porta nobre com ombreira e lintéis sobrepujada por uma varanda nobre central assente em mísulas. Ladeando a porta nobre central estão oito janelas de verga reta que estão distribuídas acima do reboco formando o soco. Tais aberturas projetam-se de modo igual, no 2º piso, de forma equidistante em relação a uma janela de sacada em arco pleno. Na parte superior encontra-se um friso e uma cornija que antecedem a platibanda com arranjos decorativos em forma de balaustrada. Nos cunhais observam-se pilastras coroadas com urnas. Esta composição repete, em quase tudo, na parte traseira do edifício em exceção da varanda no piso superior. O acesso à porta principal faz-se a partir de uma escada de dois braços e balcão central</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Serpa Pinto		Referência	CV-7174/741/003/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	Nº de Pisos	2	Área m2	5.885,58 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Orsino José Senna: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné. Academia Real das Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a N, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional •Gomes, Lourenço. Urbe, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1940 à actualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emília Madalena de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1938), Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, IRLU, Portugal •IRLU, SPA: Arquivo Histórico Ultramarino: Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Palácio da Presidência da República Área de estudo Ruas Nº Pedonalizada Pedonalizada <p>Escala de escala: 1:20000 (1:10000) Escala 1:10000</p> <p>Centro Nacional de Informação Geográfica</p> <p>Edição: 1998/10/15, 2008</p>			

Figura 34: Ficha de descrição da infraestrutura Palácio da Presidência da República.

4.3.2. Infraestrutura Comemorativa (IC)

- **Estátua Diogo Gomes (IC3)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	166	N.º Designação	IC3		
Denominação	Estátua Diogo Gomes		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Comemorativa	Ano Construção	1958	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Comemorativo	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Turístico			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>Esta escultura monumental, pertenceu ao escultor Português Joaquim Correia. Foi oferecido à cidade pelo Presidente de Portugal o General Craveiro Lopes com o lembrança da sua visita em 1955, e inaugurado pelo Governador Peixote Correia, em 14 de julho de 1958, pela altura das comemorações do 1º centenário da elevação da vila da Praia à categoria de cidade. O monumento visa evidenciar a ligação entre Diogo Gomes e o empreendimento que proporcionou o achamento do Arquipélago de Cabo Verde.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Constitui um belo exemplar de escultura concebida em ferro fundido, com forte sentido decorativo impregnado de idealismo e alguma palpitação anímica. A escultura procura por um lado encarnar a figura de um grande comandante, segurando na mão esquerda um a espada, enquanto na mão direita traz um livro que pode ser tomado como um livro de bordo, dando a ideia de estamos na presença de um grande navegador e explorador, que tem o cuidado de registar as ocorrências das suas viagens.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Pedro Álvares Cabral		Referência	CV-7/74/741/001/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	Nº de Pisos	1	Área m2	1.073,47 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<p>Levantamento do Património Cultural imóvel do Instituto do Património Cultural</p>		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO Estátua Diogo Gomes</p> <p>Ruas N/ Pedonalizada Pedonalizada Área de estado</p> <p>UP Serviço de apoio, W3081/174/200/20 Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia Curso: Mestrado em Engenharia Geoplástica Elaboração: GPH/ER/10/11/10/2008</p>			

Figura 35: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Estátua Diogo Gomes.

4.3.3. Infraestrutura Educativa (IE)

- Liceu Domingos Ramos (IE1)

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	129	N.º Designação	IE 1		
Denominação	Liceu Domingos Ramos		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Educativa	Ano Construção	1960	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Educativo	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Educativo			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>O primeiro liceu da Praia foi criado em 1860 mas, durou pouco tempo. A primeira extensão do Liceu Gil Eanes, sediada em S. Vicente, foi criada na Praia pelo decreto-lei nº 40.196 de 22 de Junho de 1955, pelo Ministro do Ultramar português. Funcionou com o primeira escola secundária de Santiago, estando instalada no edifício da antiga Casa Serbam. Estes estabelecimentos de ensino foram dirigidos pelo Magnífico Reitor Baltazar Lopes da Silva, digníssimo patrono do dia do Liceu e dos professores. O Liceu da Praia foi inaugurado em Junho 1960, pelo Governador da Província, integrado nas festividades do V centenário do achamento de Cabo Verde, criado pelo art.º 3º, do Decreto nº 43.158, de 8 de Setembro de 1960. Situado na extremidade Norte da falésia do plateau, foi o primeiro edifício construído de raiz, para acolher o liceu Adriano Moreira, conquistando assim a sua autonomia em relação ao do Mindelo. Com a Independência Nacional deixou de ser um liceu construído na província, para ser o Liceu do país livre e independente. Nasceu assim o Liceu Domingos Ramos (combatente da liberdade da pátria) e que durante muito tempo teve estatuto de único liceu da ilha.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Apresenta um corpo classicizante marcando a fachada, dentro da linha neo-tradicional corrente nestas tipologias. Detém planta poligonal com formato de L, formado por dois blocos, desenvolvendo-se em dois pisos, cobertura de telha marseilha a quatro águas. O bloco de menor dimensão apresenta uma fachada diferente do conjunto, quer em termos dos materiais construtivos com também a nível da linguagem arquitetónica. Abaixo da platibanda escalonada, depara-se com um relógio sob qual surge a inscrição LICEU. O bloco de maior dimensão apresenta uma fachada simétrica, marcada ao centro por um imponente torre com os cunhos de cantaria rematada por carochêu piramidal, e cobertura de telhado que destaca e monumentaliza o edifício. O interior do edifício é revestido de um granulado muito resistente. A decoração do interior do Liceu faz-se através de um conjunto de painéis pintadas com recurso à azulejaria dispostas ao longo das escadarias. No segundo piso denota-se salas de aulas que apresentam ainda estrados de madeira, que espelha a filosofia da educação na época em que foi edificada. Os corredores destacam-se pela sua extensão e pé direito altos.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Cândido dos Reis		Referência	CV-7/74/741/045/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	2	Área m2	16.000 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS	IMAGENS		
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Crisino José Serra: Subsídios para História de Cabo Verde e Guiné, Academia Real das Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a IV, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço. Urbe, Memória e Crítica da Arte, Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à actualidade), Edições UNICV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emília Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936); Lisboa, 2010 •VEIRA João e LA CERDA Manuel (Coord): Coleção Kit Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, IlRLI, Portugal •IlRLI: SIRA, Arquivo Histórico Ultramarino: Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Liceu Domingos Ramos Ruas N/ Pedonalizada Pedonalizada Área de estudo <p>Escala de 1:10000</p> <p>Fonte: SIRA, Arquivo Histórico Ultramarino</p>			

Figura 36: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Liceu Domingos Ramos.

4.3.4. Infraestrutura Financeira (IF)

- Banco Comercial do Atlântico (IF2)

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	172	N.º Designação	IF2		
Denominação	Banco Comercial do Atlântico		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Financeira	Ano Construção	1915	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Financeiro	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Financeiro			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>Pelo menos em 1915 o edifício já estava edificado. Funcionou como sede da Rádio Clube de Cabo Verde, depois como sede do Banco Nacional Ultramarino ou Banco de Cabo Verde.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>O edifício possui planta retangular simples, com cobertura de telha marseilha a quatro águas. As fachadas são rebocadas e pintadas em tons rosa com platibanda balaústra pintada de cor branca. É constituído por dois pisos, ambos com vários compartimentos. Ao longo das fachadas apresenta pilastras fundidas na parede também de cor branca. As portas e as janelas são em formato de arco e com lintel na parte centralizada da fachada principal, enquanto as outras são do formato retangular. O edifício ostenta elementos que o enquadram no estilo «art deco».</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Avenida Amílcar Cabral		Referência	CV-7/74/741/007/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	2	Área m2	1.196,56 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Orsino José Serra: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné. Academia Real da Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a V, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço Ulbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à actualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emília Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936); Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral. IGESPAR, IHRU, Portugal •IHRU. SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Banco Comercial do Atlântico <p>Ruas</p> <ul style="list-style-type: none"> Nº Pedonalizada Pedonalizada Área de estado <p>INSTITUTO DE GESTÃO DE TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE</p> <p>INSTITUTO DE GESTÃO DE TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE</p> <p>Centro Nacional de Informação Geográfica</p> <p>Edição: 2018</p>			

Figura 37: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Banco Comercial do Atlântico.

4.3.5. Infraestrutura Hospitalar (IH)

- **Complexo Hospitalar da Praia (IH1)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	B0	N.º Designação	IH1		
Denominação	Complexo Hospitalar da Praia		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Hospitalar	Ano Construção	1841	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Assistencial	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Assistencial			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>A história do antigo hospital da Praia está ligada às atividades da Santa Casa da Misericórdia em Cabo Verde, primeiramente instalada na Ribeira Grande, e posteriormente transferida os serviços hospitalares desta instituição, para a vila da Praia, em 12 de março de 1819. Por volta de 1840, à tomada de posse do Governador-geral Fortes Pereira de Mello, o então edifício hospitalar, encontrava-se num estado lastimável sem meios suficiente para dar tratamento aos oito doentes. Foi assim que conseguiu financiamento para construção de um novo hospital na localidade na altura conhecido por Chão de Denga. As obras arrancaram em 30 de maio de 1841, sendo utilizado pedras de cantaria do convento dos frades da cidade de Ribeira Grande, aos quais se poderia retirar sem causar dano.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>O edifício possui planta retangular composta por vários volumes escalonadas, todas de um só piso, cobertura de telha marselha a quatro águas, no corpo principal. É dotado de interessantes sistemas de ventilação natural.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Borjona de Freitas		Referência	CV-7/74/741/007/17	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	2	Área m2	15.000 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Orlino José Senna: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real da Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a V, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço. Ubre, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à atualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emilia Maderna de, GARCIA, João Carlos (dir.): Album cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936) Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral. IGESPAR, INRII, Portugal •IRLI: SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Complexo Hospitalar da Praia Ruas N/ Pedonalizada Pedonalizada Área de estado <p>Universidade de Beira Interior Centro Nacional de Informação Geográfica Elaboração: APODER 15/11/2020</p>			

Figura 38: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Complexo Hospitalar da Praia.

4.3.6. Infraestrutura Militar (IM)

- **Quartel Jaime Mota (IM1)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	I19	N.º Designação	IM1		
Denominação	Quartel Jaime Mota		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Militar	Ano Construção	1862	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Militar	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Militar			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>O edifício começou a ser cogitado em 1811, em virtude da necessidade de incrementar a defesa da vila da Praia para fazer face às ações de pirataria e de corso, que periodicamente fustigava as populações desta vila. A sua conclusão só efetivou em 1862. A autoria do projeto é do engenheiro Januário Correia de Almeida. Foi Quartel do Batalhão de Caçadores d'África Ocidental depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar e atualmente Companhia de Infantaria Jaime Mota.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>O edifício de um piso, possui planta poligonal composta, com formato em L. Uma construção de afirmativa volumetria, pela localização e dimensão; de desenho revivalista. Apresenta torre central com cimalha e terraço superior, rematadas por ameias e guaritas do estilo neo-manuelino castrense. Situa-se na proximidade do Palácio do Governador.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Avenida Andrade Corvo		Referência	CV-7/74/741/004/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Razoável	N.º de Pisos	1	Área m2	3.187,01 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS	IMAGENS		
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Cristiano José Senna: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real da Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a IV, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional •Gomes, Lourenço. Urbe, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à atualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emília Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936); Lisboa, 2010 •VIDRA, João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, IRLI, Portugal •IRLI: SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO ■ Quartel Jaime Mota</p> <p>RUAS --- N/ Pedonalizada --- Pedonalizada Área de estado</p> <p>Mapa de escala 1:10.000, com coordenadas UTM e sistema de referência de datum.</p>			

Figura 39: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Quartel Jaime Mota.

4.3.7. Infraestrutura Recreativa (IRC)

- **Praça Alexandre Albuquerque (IRC2)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	I17	N.º Designação	IRC2		
Denominação	Praça Alexandre Albuquerque		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Recreativa	Ano Construção	1876	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Lazer	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Lazer			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>Antigamente era denominada de praça de Pelourinho, denominação justificada pelo facto de que, antigamente as feiras e mercados na metrópole realizavam-se nas praças ou aglomerados urbanos. Esse fenómeno teve reflexo em Cabo Verde através da antiga urbe da Ribeira Grande de Santiago. Por um lado, a sua denominação explica-se, devido a existência do primeiro espaço de comércio, 1864, reportado por Travassos Valdez (cf. Gomes, 2010, p.175) e por outro lado, em associar o vasto paralelogramo, a um espaço onde, supostamente levantado um pelourinho das justiças municipais das cidades (...). Em 1876, passou-se a ser denominada de Praça Alexandre Albuquerque (...), no último quartel do século XX como reconhecimento ainda hoje da importância da figura histórica que foi Caetano Alexandre de Albuquerque, para esta Cidade.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Praça de planta quadrangular pavimentada e lajeado de argamassa com vários canteiros arborizados proporcionando um embelezamento natural da praça. De entre elementos ornamentais presentes nas praças das cidades portuguesas, nota-se a presença de um centro de água, um autêntica obra de arte ao ar livre, sendo um elemento de decoração urbana. Apresenta com o um monumento edificado em mármore branco, que habitualmente emite luzes, especialmente durante a noite, que ilumina os jatos de água. Para o lado sul, ergue-se o busto de Alexandre Albuquerque de rosto voltado para o edifício da Camara Municipal.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Avenida Amílcar Cabral		Referência	CV-7/74/741/011/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	1	Área m2	6.368,89 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Cristino José Senna: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real da Ciências de Lisboa, Typografia das Academias, vol. I a V, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço, Urbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1940 à actualidade), Edições UNICV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emilia Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1938) Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, INRI, Portugal •IRLI: SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO Praça Alexandre Albuquerque</p> <p>Ruas N/ Pedonalizada Pedonalizada Área de estado</p> <p>UP Número do cadast. 91208117N Ezer 205 Universidade de Beira Interior Centro Nacional de Informação Geográfica Elaboração: SPDR 10/25/2008</p>			

Figura 40: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Praça Alexandre Albuquerque.

4.3.8. Infraestrutura Religiosa (IRG)

- Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (IRG1)

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	B6	N.º Designação	IRG1		
Denominação	Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Religiosa	Ano Construção	1902	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Culto	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Culto			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>o processo de cristianização do arquipélago de Cabo Verde, entronca-se no quadro da expansão portuguesa quatrocentista e quinhentista, onde os poderes temporais e espirituais andavam lado a lado. Com efeito, o proselitismo religioso da Coroa portuguesa começou a surtir efeito, logo após a descoberta e o povoamento das ilhas de Cabo Verde, com edificação e difusão de edifícios sacras neste arquipélago. Assim, capelas e igrejas são erguidas primeiramente na Ribeira Grande de Santiago no séc. XV, e posteriormente, em 1526 na vila da Praia, a igreja da Nossa Senhora da Graça, para dar vazão ao crescimento desta vila que por esta altura contava com cerca de 447 almas, e deste modo, suprir as suas necessidades espirituais. Entretanto, com a elevação da Praia à categoria de cidade em 1858, a implantação de um templo começou a vicejar. Para além da necessidade de dotar a capital da província de Cabo Verde, de um edifício religioso condizente, esta obra veio em substituição da antiga igreja, que se encontrava em avançado estado de deterioração, desprovida de quaisquer elementos ornamentais, e de dimensões bastante reduzida para dar resposta à demanda dos fiéis, sendo demolida em 1902. Assim, a igreja matriz ostentando o mesmo nome veio substituir essa primitiva igreja, sendo edificada entre 1894 e 1902.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Igreja de expressão classicizante com uma planta poligonal retangular em formato de T, de três panos. Na frontaria, nota-se uma compartimentação através de pilastras sendo que a nível inferior, encontra-se a porta de entrada, coroada por uma figura alada, de um anjo protetor; no 2º registo três janelas de arco pleno. A igreja é rematada por um frontão triangular encimada por uma cruz, com pilastras nos cunhais e no pano central. No interior depara-se com um espaço religioso amplo, de uma só nave, com 4 altares laterais, dispostos ao longo de duas telas laterais, e de um coro disposto na parte superior, à entrada, destacando-se o arco triunfal que separa a nave do altar-mor. Nos altares laterais existem duas telas de tamanho considerável uma delas assinada em Milão em 1902, por S. Maldarelli.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Serpa Pinto		Referência	CV-774/741/015/21	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	1	Área m2	724,54 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Cristino José Senna: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real das Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a V, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço. Ubre, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à atualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emília Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936); Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção KI Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, IRLU, Portugal •IRLU SPA: Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça</p> <p>RUAS — N Pedonalizada — Pedonalizada □ Área de estudo</p> <p><small>Mapa de coord. WGS84 UTM Zone 25N Universidade do Porto - IGESPAR Centro Nacional de Informação Geográfica Edição: 09/2014 (REV. 02/2018)</small></p>			

Figura 41: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça.

4.3.9. Infraestrutura Residencial (IRS)

- **Palácio da Cultura Ildo Lobo (IRS5)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	I5	N.º Designação	IRS5		
Denominação	Palacio Cultura Ildo Lobo		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Residencial	Ano Construção	1800	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Administrativo	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Administrativo			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>Construído no século XIX, este edifício foi adquirido pelo Banco Nacional Ultramarino (BNU) com o doação em pagamento de dívida e diversas execuções «hipotecárias», como reporta o ofício datado de 1889 e foi comprado por Fernando J. Serra e Sousa, por arrematação em hasta pública.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Possui um a planta em formato de U simples, e apresenta em termos de estilo arquitetónico um ecletismo vincado. O edifício de tipo residencial possui três pisos e galerias cobertas em pátio interno com vários compartimentos. As fachadas são rebocadas e pintadas em tons rosa tarjada com cornijas ao longo da fachada principal, na qual estão enquadradas as portas expostas de estilo ritmado no primeiro piso. O mesmo evidencia-se nas janelas altas que expressam certa nobreza. Notamos nos pisos superiores uma decoração sóbria através das molduras simples das portas e janelas, sendo mais ousado o trabalho de ornamentação das varandas, suportadas por mísulas e colunas, bem como a platibanda. O interior é rebocado e pintado de branco. O tecto é forrado de madeira, o chão é pavimentado com mesmo material (soalhos). Na parte traseira, o edifício ostenta duas varandas de madeira expostas frontalmente.</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Avenida Amílcar Cabral		Referência	CV-7/74/741/032/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	N.º de Pisos	3	Área m2	446,67 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Orestino José Serra: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real da Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. 1 a N. 1, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional •Games, Lourenço. Urbe, Memória e Crítica da Arte. Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1840 à actualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emilia Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Album cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936); Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção XI Património – Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, INRL, Portugal •IRLU: SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Palacio Cultura Ildo Lobo Rua N/ Pedonalizada Pedonalizada Área de estudo <p>INRL</p> <p>Nome do sítio: ROMA 179 Zone SA Entidade de Bacia Saneamento Centro Nacional de Informação Geográfica Edição: 1998 (1:15.000)</p>			

Figura 42: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Palácio da Cultura Ildo Lobo.

4.3.10. Infraestrutura Segurança (IS)

- **Comando Polícia Nacional (IS1)**

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS					
N.º Infraestrutura	171	N.º Designação	IS1		
Denominação	Comando - Polícia Nacional		Uso Solo	Urbano	
Tipo Infraestrutura	Segurança	Ano Construção	1946	Área Urbana	Praia Centro U2
Uso Original	Repartiç. Públicas	Nível Proteção	Inventariado	Proteção Hidrica	N/ Abrangida
Uso Atual	Posto Policial			Rua Pedonal	N/ Pedonalizada
Descrição Histórica	<p>Segundo dados do projeto arquitetónico, a construção do edifício tinha como finalidade sedear a Repartição da Administração Civil no piso térreo e Repartição Militar e Administração do Concelho no piso superior. O projeto de construção do edificado foi da autoria do Gabinete de Urbanização colonial em 1946 e poderá ter inaugurado um estilo impulsionado pelo Estado Novo adaptado à realidade dos trópicos.</p>				
Descrição Arquitetónica	<p>Edificado de volumetria paralelepédica de dois pisos, cobertura de telha marselha a quatro águas. A fachada principal é simétrica, com galerias com arcadas. O piso superior é rasgado por aberturas protegidas por varandins de ferro forjado. A fachada posterior apresenta uma simplicidade maior, pontuado em ambos os pisos por janelas de dois batentes e ao centro por um conjunto de aberturas de menor dimensão ao nível da caixa de escadas. De modo a assegurar a independência dos vários serviços foram definidas quatro entradas distintas: uma principal, por onde se acede à escadaria de acesso ao 1º andar, duas laterais, que servem a administração do concelho e a polícia, e uma localizada no tardo, destinada à entrada de "indígenas".</p>				
LOCALIZAÇÃO					
Localização	Rua Serpa Pinto		Referência	CV-7/74/741/060/20	
DESCRIÇÃO					
Estado Conservação	Bom	Nº de Pisos	2	Área m2	807,45 m2
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		MAPAS		IMAGENS	
<ul style="list-style-type: none"> •BARCELOS, Cristino José Semra: Subsídios para história de Cabo Verde e Guiné, Academia Real das Ciências de Lisboa, Typografia da Academia, vol. I a V, Lisboa, 1905. •Código Geográfico Nacional; •Gomes, Lourenço Ulber, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (1940 à actualidade), Edições UNCV, 2010 •Plano Diretor Municipal da Praia, 2013; •Plano Urbanístico Detalhado da Praia (PUD), 1993 •SANTOS, Maria Emilia Madeira de, GARCIA, João Carlos (dir.): Álbum cartográfico de Cabo Verde, Comissão de Cartografia (1883-1936) Lisboa, 2010 •VIEIRA João e LACERDA Manuel (Coord): Coleção IG Património - Património Arquitetónico Geral, IGESPAR, INRL, Portugal •IRLU: SPA; Arquivo Histórico Ultramarino; Agência Geral do Ultramar 		<p>LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA</p> <p>DESIGNAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Comando - Polícia Nacional ■ Rua — N/ Pedonalizada — Pedonalizada □ Área de estudo <p>Número de caxilho: W30861 EN, Zona 205 Autoridade de Bases Datas Fonte: Sistema de Informação Geográfica Edição: 14/09/2016, 10:30h</p>			

Figura 43: Ficha de descrição da infraestrutura do património cultural do Plateau: Comando Polícia Nacional.

4.4. Síntese conclusiva

Pelo presente capítulo poder-se-á constatar que através do inventário do IPC, para a área urbana do Plateau, foi identificado um total de 74 infraestruturas, consideradas património cultural imóvel de Cabo Verde. Conclui-se que estão associadas a 10 tipos ou tipologias distintas de infraestruturas. A maioria das quais são do tipo residencial, o equivalente a 45 infraestruturas, 60,81% do total. Seguem-se as infraestruturas Administrativas, com 16,22%. A restante representada em menor escala, são as do tipo Comemorativo, Educativo e Recreativo, cada uma com 4,05% do total. As do tipo Financeiro, Militar e Religioso constituem cerca de 2,7% do total, cada uma delas. Para as do tipo Hospitalar e de Segurança esta análise revelou um total de apenas 1,35% cada, sendo as menos representativas no Plateau.

No que diz respeito à época deste património, conclui-se que mais de metade, 43 (58,1% do total), não dispõe de informações. Mesmo após várias consultas em diversas fontes, não foi possível identificar esta informação. Cerca de 14,9% (11 infraestruturas) foram construídas num período mais recente, compreendido entre 1940 a 1960. Em seguida encontra-se o património erigido no período de 1900 a 1920, o que representa um total de 6 infraestruturas, 8,1%. As restantes épocas apresentam um total de apenas 3 infraestruturas cada, 4,1% cada uma delas. As infraestruturas mais antigas datadas da época de 1800 a 1820, representam apenas 2,7%, com 2 exemplos. Conclui-se, por último, que cerca de $\frac{1}{3}$ das infraestruturas do património, ou seja, 27,02%, datam do Séc. XX.

Conclui-se também que de acordo com o intervalo estipulado das áreas ocupadas em m², uma grande parte, 31 (41,9%), representa uma área ocupada inferior a 250m². Em seguida, com 22 elementos (28,7%), são representadas as que têm uma área ocupada no intervalo de 250 a 500m². Para os restantes intervalos conclui-se que 8 infraestruturas (10,81%) ocupam uma área no intervalo de 1.000 a 10.000m². 8,1% (6 infraestruturas), ocupam uma área de 500 a 750m². Para a maior área que é superior a 10.000m² identificaram-se apenas 2 infraestruturas, 2,7%, o Complexo Hospitalar e o Liceu Domingos Ramos.

Com os levantamentos efetuados através da aplicação do SIG, observa-se que a maioria das infraestruturas, têm 1 a 2 pisos, o que representa a quase totalidade com 96,2%. Desses, mais de metade têm apenas 1 piso, 38 edifícios (51,3%), e 34 têm 2 pisos.

Uma análise detalhada ao Plano Diretor Municipal da Praia, evidencia que toda a área do Plateau, está classificada em solo Urbano. No que se refere ao modelo territorial, do PDM, o Plateau está designado como território UOPG 2 da Praia Centro (U2). Portanto, todas as 74 infraestruturas ocupam esta UOPG.

Outro aspeto, a destacar tem a ver com o facto de a aplicação dos SIG ao património cultural do Plateau ter permitido, dar resposta a uma das prioridades estabelecidas pelo Governo de Cabo Verde, de acordo com o Boletim Oficial¹⁵¹. Trata-se da definição do perímetro de proteção de 50 metros a partir do centro de cada imóvel ou elemento do património. Ora, esta dissertação veio dar resposta a este objetivo, tendo procedido à delimitação das zonas de proteção, como apresentado no ponto 4.2.2.

As vantagens da aplicação do *ArcGIS-Pro*® traduzem-se também no âmbito da morfologia urbana. Ainda que este aspeto não tenha sido o foco desta dissertação, os elementos da morfologia urbana são indissociáveis do património cultural. Assim, o SIG permitiu identificar os arruamentos, que constituem a estrutura urbana do centro histórico da Praia, de modo a mapear e a inserir na base de dados as suas diversas características. Deste mapeamento conclui-se que de entre as ruas que constituem o centro histórico, apenas uma rua se encontra pedonalizada, ou seja, interdita ao trânsito automóvel com prioridade para a circulação pedonal, trata-se da Rua 5 de julho. Como se pôde observar, localizam-se aqui, quatro infraestruturas do património. Consequentemente, apenas 5,4% das infraestruturas patrimoniais estão em ruas que privilegiam a circulação dos peões.

Quanto ao uso original património, foram mapeados 13 tipos distintos, sendo que a maioria são de habitação, 42 infraestruturas (56,76%). Os usos administrativos ocupam 9,46%. Vale a pena ressaltar também que para 9,46% das infraestruturas não se identificou o seu uso original. As demais infraestruturas estão representadas em menor quantidade, tais como nos usos comemorativo e para lazer, que simbolizam cada um deles 4,05%.

Quanto ao uso atual, conclui-se que estão afetos à habitação e administrativo, 48,7%, quase a metade do total, ou seja, 36 infraestruturas. Sendo que a maioria é para habitação com um total de 19 infraestruturas, 25,7% e 17 usadas para fins administrativos.

Um dos aspetos mais importantes inerentes à salvaguarda e valorização do património é o estado de conservação. Ora, com o SIG foi possível concluir que a maior parte das infraestruturas, ou seja, mais de metade do total encontra-se em bom estado de conservação (51 infraestruturas), o que representa 68,92%. As restantes estão em estado razoável, i.e. 28,37% (21 elementos). Apenas duas se encontram em mau estado de conservação. Em síntese, a aplicação dos SIG ao património do Plateau veio revelar tratar-se de um legado maioritariamente em bom ou razoável estado de conservação, que, portanto, reúne todos os requisitos para que venha a ser objeto com sucesso, de medidas de salvaguarda e valorização. Deste modo, poder-se-á transmitir esta identidade às gerações vindouras, acessível aos residentes e aos visitantes.

¹⁵¹ B.O, I Serie nº49, 20 de abril 2020, Lei nº 85/IV/2020, p. 1138.

CAPÍTULO 5 - Conclusões e Sugestões

Este ponto pretende proceder a uma síntese dos principais resultados do levantamento das infraestruturas do património cultural, através da aplicação do *software ArcGIS-Pro®*, na área geográfica do Plateau.

A presente investigação permitiu uma análise detalhada, acerca da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica no património cultural imóvel, no centro histórico da cidade da Praia. Revelou-se uma ferramenta crucial de análise territorial, que inclui quer a capacidade de produzir cartografia, quer a faculdade de criar bases de dados. Consequentemente, espera-se que possa vir a contribuir para a definição de ações para a salvaguarda e valorização, da identidade histórica da cidade, para a gestão deste património e a tomada de decisões estratégicas.

No Capítulo 2, foi demonstrada a relevância dos SIG na organização e processamento de informações geoespaciais relacionadas com o património cultural. Os SIG possibilitaram uma análise mais detalhada dos atributos, tais como a distribuição espacial, o tipo de infraestruturas inventariadas, a sua época de construção ou o estado de conservação, entre outros. Foram abordados vários fatores relevantes para a compreensão e aplicação desta ferramenta no contexto do património cultural, abrangendo tanto a metodologia utilizada, conceitos teóricos, vantagens e a sua importância na gestão patrimonial. E ainda a análise ao pormenor dos atributos geoespaciais e físicos das infraestruturas inventariadas.

A metodologia utilizada procedeu ao levantamento documental e bibliográfico acerca dos casos de estudo, bem como o acesso à plataforma do IPC, que veio a revelar-se um elemento-chave, para a recolha de dados. Posteriormente, estes dados foram organizados através do *software ArcGIS-Pro®* como ferramenta SIG para análise, complementada pelo *software Excel®*. A fase seguinte resultou na produção de informação cartográfica e respetiva base de dados acerca deste legado, quer em termos da sua localização, quer no que concerne aos atributos o caracterizam.

A utilização dos Sistemas de Informação Geográfica, discutida detalhadamente no Capítulo 2, permitiu sistematizar a sua importância para a gestão do património cultural, fornecendo vantagens significativas, pelo seu potencial de armazenamento e análise de grandes conjuntos de dados geoespaciais. Tal como pela simplicidade na atualização constante das informações. As inúmeras cartas temáticas produzidas no Capítulo 4 permitem a interpretação visual pormenorizada dos atributos em análise e a identificação mais eficiente do estado de conservação das infraestruturas, bem como de potenciais riscos de degradação, contribuindo para priorizar as intervenções futuras.

Conclui-se ainda que a aplicação dos SIG ao património da cidade da Praia impulsionará uma gestão mais eficiente e uma preservação aprimorada dos bens culturais. Proporcionará também uma visão mais completa e abrangente da sua inserção no contexto urbano. A destreza em interpretar e representar dados espaciais, serve como ferramenta fundamental para a salvaguarda da identidade e bem-estar da comunidade local.

A aplicação dos SIG ao património cultural do Plateau, permitiu uma abordagem mais completa do fenómeno. A análise foi fundamentada no inventário do IPC para a área urbana do Centro Histórico da Praia, num total de 74 infraestruturas, distribuídas em 10 tipos. Como se demonstrou no Capítulo 4, a maioria (60,81%) são do tipo residencial, seguidas das administrativas (16,22%). O património educativo, comemorativo e recreativo representa 4% cada e o financeiro, militar e religioso constitui 2,7% cada. O património hospitalar e de segurança é menos representativo, com 1,35% cada.

Quanto à época de construção, mais de metade do património (58,1%) não tem registo disponível. O que constituirá um trabalho futuro de crucial interesse, proceder ao levantamento da época de construção deste legado. 14,9% data de finais do período colonial, 1940-1960, 8,1% do início do Séc. XX (1900-1920) e 2,7% da época mais antiga 1800-1820. Em síntese, $\frac{1}{3}$ do património do Plateau (27%,) data do Séc. XX.

Em termos de área, 41,9% tem menos de 250 m², 28,7% de 250-500 m² e 10,81% de 1.000-10.000 m². Com mais de 10.000 m², são o Complexo Hospitalar e o Liceu Domingos Ramos, representando 2,7% do total. 51,3% tem 1 piso e 45,9% tem dois.

As vantagens da aplicação do *software ArcGIS-Pro*® traduzem-se também no âmbito da morfologia urbana do Plateau. Ainda que este aspeto não tenha sido o foco desta dissertação, O SIG permitiu identificar os arruamentos do Plateau, que constituem a estrutura, de modo a mapear e a inserir na base de dados as suas características. Deste mapeamento conclui-se que de entre as ruas que constituem o centro histórico, apenas uma se encontra pedonalizada, ou seja, interdita ao trânsito automóvel com prioridade para a circulação pedonal. Trata-se da Rua 5 de julho, cuja extensão é de aproximadamente 500 metros, representando 5,4% dos arruamentos. Nela se situam 4 elementos do património. Como trabalho futuro urge expandir os troços pedonais no Plateau, em prol da mobilidade suave e fazer o mapeamento de outras características morfológicas. Por exemplo a largura das vias, o estacionamento automóvel ou os locais onde ocorrem conflitos entre peões e automóveis.

No que concerne ao enquadramento no sistema de planeamento urbanístico, poder-se-á concluir que de acordo com o PDM da cidade da Praia, toda a área do Plateau é classificada com o uso do solo Urbano e está incluída na Unidade Territorial UOPG2. À semelhança do contexto português, em

Cabo Verde, o Plano Diretor Municipal é a figura chave para definir o modelo territorial de cada concelho. Assim, as infraestruturas do património não estão diretamente sujeitas a proteção hídrica, embora existam na proximidade.

Esta dissertação veio também dar resposta no ponto 4.2.2, a uma das principais diretrizes do Governo de Cabo Verde na salvaguarda do património, o que constitui por si só, um aspeto inovador. Foi utilizado o *software* SIG para delimitar, pela primeira vez, as zonas de proteção do património, no raio de 50 metros a partir do centro de cada imóvel. Quanto ao uso original, a maior parte das infraestruturas é residencial (56,76%),

Um aspeto positivo demonstrado nesta dissertação, foi o bom estado de conservação, em que se encontra 68,92% do património do Plateau. Cerca de $\frac{1}{3}$ (28,37%) está em razoável estado de conservação e apenas 2 exemplos em mau estado. Este resultado virá a minorar futuras ações de intervenção. O Plateau reúne, portanto, todos os requisitos para que venha a ser objeto com sucesso de medidas de salvaguarda e valorização, de modo a transmitir este legado às gerações futuras.

Em síntese, pretende-se que os resultados obtidos, possam vir a contribuir para informar as autoridades nacionais de Cabo Verde, o Governo, o IPC e as entidades locais, como a Câmara Municipal da Cidade da Praia, acerca das boas práticas a seguir para salvaguardar e valorizar este património. Para tal sugere-se como trabalho futuro, proceder à inventariação da pequena fração de património (8,1%) ainda em falta. O exemplo da aplicação dos SIG aqui estudado no Plateau, poderá vir a ser replicado ao património existente noutros centros urbanos de Cabo Verde.

O património constitui uma questão discutida no país. Pois embora já se tenha feito muito, ainda há muito por fazer. Espera-se que os resultados alcançados nesta dissertação, possam constituir uma fonte de informação ao serviço da salvaguarda e valorização do património cultural de Cabo Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA, VV. (2013) “Perfil Urbano da Cidade da Praia. Ilha de Santiago. República de Cabo Verde”, in Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), HS Number: HS/023/14P, ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7, ISBN Number (Volume): 978-92-1-132612-3.
- Albert, Jaana (2024), “Políticas e Ações de Reabilitação Urbana em Aldeias Históricas: Idanha-a-Velha” Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior.
- Anastácio, R. (2012b), “Sistema de Informação Geográfica para Gestão do Património: Caso Estudo do Médio Tejo”, Arqueologia Ibero-americana e Arte Rupestre. Revista Arkeos 32. CEIPHAR. pp.82-88
- Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural à Gestão do Território com recurso a Tecnologias de Informação Geográfica: Contributos Metodológicos”, Tese de Doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- BCSD Portugal, in <https://ods.pt/ods/>, (consultado em 10.09.024).
- Burrough, P. A., McDonnell, R. A., & Lloyd, C. D. (1986). Principles of GIS for land resources assessment. Oxford: Clarendon Press.
- Burroug, P., (1986), apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar.
- Coelho, Francisca D. (2010), “Santo Antão: O Património e o Ambiente”, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Universidade de Évora.
- Constituição da República de Cabo Verde de 13 de Outubro de 1980, artigo 16º
- Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, III - Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural, de acordo com a redação do seu Artigo nº 11º.

- Correia, Ailton A. R. (2019), “Projeto e Identidade, Práticas de Salvaguarda do Património Arquitectónico em Cabo Verde” Dissertação de Mestrado Integrado Arquitectura, Universidade do Porto.
- Correia, Gilson B. (2017), “Ordenamento do Território e a sua Relação com a Criminalidade na Cidade da Praia- Cabo Verde: Caso dos Bairros de Achada Santo António e Palmarejo” Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre
- Cortêz, Felisberto, et al (2018), “PRAIA - ANÁLISE URBANA E MORFOLÓGICA DO PLATEAU (1517 - 2018)”, Trabalho teórico submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Instituto Universitário de Lisboa Escola de Tecnologia e Arquitectura, Departamento de Arquitectura e Urbanismo.
- Cowen, (1988), Maguire, (1991) apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar.
- Cowen, (1990) apud Anastácio. R. (2016). Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Dill, Amélia C. et al., (2001), Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete.
- Entidade Federal Interagency Coordinating Committée, 1988, apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomarp.
- ESRI, in <https://www.esri.com/pt-br/about/about-esri/company>, (consultado em 04.09.2024)

ESRI. (s.d.). O que são os SIG? Obtido de ESRI Portugal: <https://www.esriportugal.pt/pt-pt/o-que-sao-os-sig/overview>

Fernandes D., Alonso J., Julião R. P., Lourenço J., Ramos R. A. R. O uso de SIG no património cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro, Engenharia Civil / Civil Engineering, Issue 48, pp. 7-21, 2014.

Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto Politécnico de Tomar.

Ferreira, Marcos C., Matias, Lindon F. B., Édson L, (2008), “Sistemas de Informação Geográfica: uma abordagem contextualizada na história”. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 33, n. 1.

Fortes, Maria F. J. F. (2007), “Sistemas de Informação Geográfica na Gestão do Cadastro Urbano Municipal Aplicado ao Município da Praia”, Dissertação de Mestrado em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

Gestor Património Cultural in http://gestorpatrimoniocultural.cicop.com/PRAIA/PLATEAU_ou_PLAT%C3%94, (consultado em 06.08.2024)

Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete.

Goodchild & Kemp, (1990) apud Ferreira, Maria do C. (2019), “Sistemas de Informação Geográfica Aplicados à Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais: caso de estudo do Concelho de Ferreira do Zêzere), Relatório de estágio Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território, Instituto politécnico de Tomar.

Goodchild, M. (2000), “New Horizons for the social sciences: geographic information systems”. In OECD, Social Sciences for a Digital World: Building Infrastructure and Database for the Future, pp. 173-182.

- Henriques, R. (1990), apud Anastácio, R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo. Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Hodder, I. & Orton, C. (1976), apud Anastácio. R. (2016), “Da Gestão Do Património Cultural À Gestão Do Território Com Recurso A Tecnologias De Informação Geográfica”: Contributos Metodológicos: Caso De Estudo - Região Do Médio Tejo, Tese de doutoramento em Quaternário Materiais e Culturas. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- HPIP Património de Influência Portuguesa, in <https://hpip.org/pt/contents/place/557> (consultado em 30.07.24).
- INE Cabo Verde, Indicadores Gerais da População, por Concelho, V Recenseamento Geral da População (2021), in <https://inecabo Verde.maps.arcgis.com/apps/instant/basic/index.html?appid=06891dd92e3340c8ae6217e2d855eb53> , (Consultado em 06.08.2024)
- INE Cabo Verde Censo 2021, V Recenseamento Geral da População e Habitação.
- Inventário dos Recursos Turísticos, Município da Praia (2015).
- Instituto de Património Cultural, in <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/>, (Consultado em 10.09.2024)
- Instituto Património Cultural (IPC), in <https://ipc.cv/monumento-e-sitio/centro-historico-da-praia/>, (consultado em 03.09.2024)
- International Council on Monuments and Sites, in <https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>, (consultado em 31.08.2024).
- Inventário dos Recursos Turísticos, Município da Praia (2015)
- Longley, P. A (2013) apud Gulambondo, Jorge E. C. (2019), “Aplicações dos Sistemas de Informação Geografia na análise do uso e ocupação do solo no Município de Tete”, Monografia apresentada no Curso de Geografia, Departamento de Ciências da Terra e Ambiente – Delegação de Tete, Licenciatura em ensino de Geografia com habilidades em História, Universidade Pedagógica- Tete.

- Maguire (1991), Volk et al., (2001) apud Serafim, Vânia F. de M., (2014), *Sistemas de Informação de Marketing e Níveis Estratégicos em Organizações no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Gestão de Informação, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa.
- Maria, Bessa J. & Rui, Julião (2018) apud Soares, Cristiana B. G. (2020), “Os Sistemas de Informação Geográfica na Gestão do Património- Município de Aveiro”, Relatório Estágio de Mestrado em Tecnologias de Informação Geográfica aplicadas ao Ambiente e Ordenamento do Território, do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mendes, A. R. (2012), “O que é o Património Cultural”. Olhão. Gente Singular Lda. 45p.
- Nascimento, Judite M., Lopes, Antero E., Pires, Zuleica S., “O Município da Praia: Governança e Desenvolvimento Urbano Sustentável”, in *Revista Brasileira de Geografia Física* 06 (2012) 1358-1373.
- Prats, Llorenç (1997), “Antropología y Patrimonio”, Editorial Ariel, Barcelona.
- Programa do Governo de Cabo Verde, 2016-2021.
- UNESCO, in <https://whc.unesco.org/en/statesparties/cv>, (Consultado em 22.08.2024)
- Silva, José (2021), “Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas”, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.
- Silva, Patrik F. P. da (2014), “Avaliação das dinâmicas do crescimento urbano na cidade da Praia de 1969 a 2010, Cabo Verde”, Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, Universidade do Porto.
- Tavares, Nireide T. (2017), “Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural” Dissertação de Mestrado em Arqueologia
- Varela, Gilson B. T. (2013), “Plateau. Estratégia de reabilitação integrada do centro histórico da Praia”, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra.
- Vilas-Boas, Carlos M. R. (2013), “Arquitetura, Património e Turismo; o caso da Cidade Velha, Cabo Verde. Concurso de ideias”, Dissertação de Mestrado Integrado Arquitetura, Universidade da Beira Interior.

Zocche, J. Campos, J. Scarpato, P. Marcomin, F. (2012), "Ecologia de Paisagem: bases teórico-metodológicas para o gerenciamento territorial". In: Oosterbeek, L., Cerezer, J. F., Bitencourt, J., Zocche, J. (Ed.). Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre. Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, Vol. 32.

ZNTGEO "Consultoria, Cursos e Treinamentos", in <https://zntgeo.com/sistema-de-informacao-geografica/>, (consultado em 21.08.2024).

Wheatley, D., & Gillings, M. (2002). Spatial Technology and Archaeology, The Archaeological Applications of GIS. Londres: Taylor and Francis.

Legislação consultada:

B.O. I Série nº26, de 17 de Maio de 2013, Resolução nº67/2013, Art.º 1º.

B.O. I Série nº49, de 20 de Abril de 2020, Lei nº85/IX/2020, Art.º 12º.

De acordo com a redação do Decreto-Lei n.º 45/75.

De acordo com a redação do Decreto-lei nº 85/IX/2020 de 20 de Abril.

Decreto Lei Nº 45/75, de 24 de Maio de 1975.

Decreto n.º 121/90, de 8 de Dezembro.

Decreto n.º 50/77 de 12 de Abril.

Decreto- Regulamentar nº 26/2014, 27 de Junho.

Decreto- Regulamentar nº 3/2020, de 17 de Janeiro e que revogou, entretanto, o Decreto-lei nº 26/2014, de 17 de Junho.

Decreto-Lei n.º 67/98, de 31 de Dezembro

Decreto-Regulamentar n.º 8/2014 de 10 de Fevereiro, p.270

Decreto-Regulamentar nº 3/2020, de 18 de Janeiro. Decreto este que revogou, portanto, o Decreto-lei nº 26/2014, de 17 de Junho.

Lei n.º 102/III/90, de 29 de Dezembro.

Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho.

Lei n.º 48/II/84.

Lei n.º 85/IX/20, de 20 de Abril.

Lei n.º 102/III/90, 29 de Dezembro.

Resolução n.º 63/97, de 31 de Dezembro.

Resolução n.º 64/97, de 31 de Dezembro.

Resolução n.º 67/2013, de 17 de Maio.

Webgrafia:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Praia_\(Cabo_Verde\)#Hist%C3%B3ria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Praia_(Cabo_Verde)#Hist%C3%B3ria)

<https://ipc.cv/monumento-e-sitio/centro-historico-da-praia/>

ANEXOS

Listagem das 174 Infraestruturas do Património Cultural do Plateau, Cidade da Praia

(Fonte: IPC)

Denominação	Num_Infraestrutura	Designação
Sobrado (a ident.)	I1	IRS1
Casa - Boutique Janete	I2	IRS2
Sobrado "Sab"	I3	IRS3
Sobrado Nhô Felisberto	I4	IRS4
Palacio Cultura Ildo Lobo	I5	IRS5
Casa do Senhor "Pantchol"	I6	IRS6
Casa Herdeiros Sr. Anibal	I7	IRS7
Sobrado Sr. Renato Silva	I8	IRS8
Cinema da Praia	I9	IRC1
Imóvel	I10	IRS9
Casa Dona Amelia	I11	IRS10
Casa Sr. Corsino Tolentino	I12	IRS11
Casa Sr. Salvador Hoffer	I13	IRS12
Escritório Luso-africana	I14	IA1
Sobrado (a ident.)	I15	IRS13
Banco de Cabo Verde - Antigo Galarias	I16	IF1
Praça Alexandre Alburquerque	I17	IRC2
Sobrado	I18	IRS14
Quartel Jaime Mota	I19	IM1
Edifício do Sr. Guilherme José Monteiro	I20	IRS15
Casa Sr. Antonio Varela	I21	IRS16
Casa Herdeiros da Familia Lubrano	I22	IRS17
Casa Sra. Maria Livramento	I23	IRS18
Casa Sr. Mário dos Anjos	I24	IRS19
Igreja do Nazareno	I25	IRG1
Obelisco	I26	IC1
Casa1	I27	IRS20
Casa onde viveu Amílcar Cabral	I28	IRS21
Liceu Domingos Ramos	I29	IE1
Complexo Hospitalar da Praia	I30	IH1
Palácio da Presidência da República	I31	IA2
Escola Grande	I32	IE2
Soluz	I33	IRS22
Sede AJOC	I34	IRS23

Denominação	Num_Infraestrutura	Designação
Pro_praia	I35	IRS24
Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça	I36	IRG2
Paços do Concelho	I37	IA3
Casa do Cidadão	I38	IA5
Sede da Direção da Polícia Nacional	I39	IRS25
Quintal de Música	I40	IRS26
Ministério da Administração Interna	I41	IA5
ICIEG	I42	IA6
ACOLP	I43	IA7
Casa de Nhô Antoninho Santos	I44	IRS27
Casa	I45	IRS28
Delegação do ME da Praia	I46	IA8
Casa Sr. Napoleão dos Santos	I47	IRS29
GAEIIS	I48	IA9
Casa Sr. Alberto Rocha	I49	IRS30
Edifício- Projeto Bô Kaza	I50	IRS31
Casa Sr. Eduardo A. Dantas	I51	IRS32
Museu Etnográfico da Praia	I52	IRS33
Juízo do Trabalho, Família e Menores	I53	IRS34
Casa Herdeiros do Sr. Júlio Ramos	I54	IRS35
Futura Casa da Arquitetura	I55	IRS36
Casa Cor de Rosa - IILP	I56	IRS37
Sobrado Sr. Jorge Pires	I57	IRS38
Barbearia- Casa Nhô Filó	I58	IRS39
Casa Sr. Indalécio H. Antunes	I59	IRS40
Mecanografia Geral da Praia	I60	IRS41
Casa Tradicional	I61	IRS42
Casa da Musica-Unicv	I62	IE3
Casa do Bispo	I63	IRS43
Praça Luís de Camões	I64	IRC3
Memorial Descobrimto de Cabo Verde	I65	IC2
Estátua Diogo Gomes	I66	IC3
Casa Família Spencer	I67	IRS44
Fundação Amilcar Cabral	I68	IRS45
CCSL	I69	IA10
ADEI	I70	IA11
Comando - Polícia Nacional	I71	IS1
Banco Comercial do Atlântico	I72	IF2
Procuradoria da República Comarca da Praia	I73	IA12
Miradouro do Cruzeiro	I74	IM2

